



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 186

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 9 NOVEMBRO DE 2015

ANO IV

### SUMÁRIO

ASSESSORIA DA MESA .....	Capa
TAQUIGRAFIA .....	4014
SUP. DE RECURSOS HUMANOS .....	4061
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES .....	4062

### ASSESSORIA DA MESA

#### PROPOSIÇÕES APRESENTADAS DA 56ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

**REQUERIMENTO COLETIVO** - Requer a realização de audiência pública no dia 27 de novembro de 2015, às 10h na Câmara Municipal de Nova Mamoré, para debater sobre o Turismo de Porto Murtinho naquele Município.

O Deputado que a este subscreve, após o cumprimento regimental, **REQUER** a realização de audiência pública no dia 27 de novembro de 2015, às 10h na Câmara Municipal de Nova Mamoré, para debater sobre o Turismo de Porto Murtinho naquele Município.

#### JUSTIFICATIVA

O objetivo dessa audiência pública é debater sobre os meios necessários e efetivos que venha, permitir que Vila Murtinho se transforme num ponto turístico tendo em vista ter sido, naquele local, a construção da Estação Ferroviária Madeira Mamoré inaugurada há mais de cem anos. Em junho desse não ano encaminhamos ao Governo do Estado e à SECEL indicação da importância cultural daquele local o que foi bem

recebido recebendo inclusive o olhar do SPU para o estudo possibilidade. Essa audiência pública é justamente para que possamos convidar todas as instituições interessadas e ter a participação dos moradores de Nova Mamoré nessa conquista para História do nosso Estado.

Plenário das Deliberações, 21 de outubro de 2015.  
Dep. Lazineiro da FETAGRO - PT  
Dep. DR. NEIDSON - PT do B

**REQUERIMENTO DEPUTADO AÉLCIO DA TV – PP** - Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de uma Sessão Solene, no dia 23 de novembro de 2015, às 15hs, para entrega de "Voto de Louvor", à REDE TV! Rondônia.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de uma Sessão Solene, no dia 23 de novembro de 2015, às 15hs, para entrega de "VOTO DE LOUVOR", à REDE TV! Rondônia, na pessoa de sua Diretora Geral Sra. Ana Gurgacz pelos relevantes serviços prestados à população do Estado de Rondônia através do evento denominado "Dia do Bem".

#### JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

A realização da Sessão Solene, objeto deste Requerimento, é para que seja feita a entrega de "Voto de Louvor", já aprovado por esta Casa.

Para tanto, contamos com o apoio e o voto dos nobres Parlamentares.

Plenário das Deliberações, 21 de outubro de 2015.  
DEP. AÉLCIO DA TV - PP

**REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA** – Requer seja aprovado e encaminhado Voto de Repú-

#### MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**  
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**  
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**  
  
1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**  
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**  
3º Secretário: **ALEX REDANO**  
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

#### SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - *Carlos Alberto Martins Manweiler*  
Divisão de Publicações e Anais - *Róbison Luz da Silva*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia  
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

dio por parte desta Casa Legislativa contra ato violento praticado por Policiais da Polícia Rodoviária Federal no dia 21 de setembro de 2015 contra manifestação pacífica dos moradores do bairro Renascer na cidade de Porto Velho.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora na forma regimental, que seja aprovado e encaminhado Voto de Repúdio por parte desta Casa Legislativa contra ato violento praticado por Policiais da Polícia Rodoviária Federal no dia 21 de setembro de 2015 contra manifestação pacífica dos moradores do bairro Renascer na cidade de Porto Velho.

### JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Deputados,

A Assembleia Legislativa não pode deixar de externar seu irrestrito apoio aos Moradores do bairro Renascer na cidade de Porto Velho que no dia 21 de setembro foram vítimas de ações covarde e esta ação descabida não feriu somente a integridade física dos moradores, composta especialmente por mulheres, mas todo o sistema democrática brasileiro. Visto que a Constituição Federal, em seu artigo 5º, concede ao cidadão o direito de manifestar-se de forma pacífica.

Os moradores ali se encontraram reivindicando direitos à cidadania, estavam manifestando-se por dignidade e justiça já que se encontravam há vários dias sem energia elétrica no bairro e nenhuma autoridade tomava providência. Era um protesto justo e pacífico. A manifestação foi a única forma encontrada para chamar a atenção do Poder Público e sensibilizá-lo quanto a situação grave que perdurava há mais de uma semana.

Assim, diante deste realto, entendo que a Assembleia Legislativa de Rondônia, a Casa de Povo, não pode deixar de externar sua profunda indignação e manifestar o seu mais veemente repúdio ao ato que culminou com as agressões físicas e psicológicas aos moradores do bairro Renascer, e em especial as mulheres moradoras, por parte de policiais da Polícias Rodoviária Federal.

Diante da relevância deste pleito, conto com o apoio e o voto dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 14 de outubro de 2015.  
Dep. Leo Moraes - PTB

**INDICAÇÃO DEPUTADO ALEX REDANO- SD** – Indica ao Poder Executivo Estadual junto ao Departamento de Estrada de Rodagem e Transportes – DER, a necessidade de manilhas na RO 460, no distrito de Vila União, município de Campo Novo.

O Parlamentar que o presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo junto ao Departamento de Estrada e Rodagem – DER, a necessidade de manilhas na RO 460.

### JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Esta propositura se faz necessário devido as péssimas condições que se encontra RO 460 em Vila União, distrito do município de Campo Novo de Rondônia. Em razão das constantes chuvas, e sem o saneamento necessário para a água escoar, o trecho da RO-460 que adentra o distrito alaga de forma preocupante.

O volume pluvial somando a falta de manilhas, córregos e valetas, faz com que a água em excesso entre nas casas próximas e inviabilizando o traslado de automóveis e pedestres. Em razão deste disposto, indicamos encarecidamente ao nosso Executivo Estadual que olhe pelo distrito de Vila União a fim de resolver este problema que tanto aflige aquela comunidade.

Plenário das Deliberações, 21 de outubro de 2015.  
Dep. Alex Redano - SD

**INDICAÇÃO DEPUTADO AIRTON GURGACZ** – Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia e a Secretaria de Estado de Saúde – SESAU a aquisição de matérias cirúrgicos para atender o Hospital Municipal de Jaru.

O Deputado que o presente subscreve e ouvindo o Plenário na forma regimental Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia e a Secretaria de Estado de Saúde – SESAU a aquisição de matérias cirúrgicos para atender o Hospital Municipal de Jaru.

### JUSTIFICATIVA

A Propositura tem como objetivo a atender as necessidades do Hospital Municipal Sandoval Araújo Dantas.

A aquisição desses aparelhos é de grande importância, pois essa unidade de saúde não dispõe de qualquer tipo de equipamento para realizar procedimento cirúrgicos ainda que simples, com esta aquisição os pacientes não mais haverá necessidade dos pacientes deslocarem-se até a capital em busca de cirurgia e tratamento, proporcionando assim melhores condições de vida aos munícipes de Jaru, cumprindo o Estado com seu dever de proporcionar saúde à sociedade.

Certo que essa propositura mereça total acolhida, contamos com o apoio dos nobres Pares para sua imediata aprovação.

Plenário das Deliberações, 16 de outubro de 2015.  
Dep. Airton Gurgaz - PDT

**REQUERIMENTO DEPUTADO JEAN OLIVERA – PSDB** – Requer à Mesa Diretora, que solicite da Eletronorte, a conclusão da obra da Ponte da Integração sobre o Rio Jamari, que há mais de 10 (dez) anos encontra-se paralisada.

O Parlamentar que o presente subscreve, com amparo regimentar(art. 172 – RIALE), Requer á Mesa Diretora, que solicite da Eletronorte, a conclusão da Obra da Ponte da Integração, sobre o Rio Jamari, que há mais de 10 (dez) anos encontra-se paralisada, prejudicando agricultores, produtores rurais e a população do Município de Itapuã do Oeste/RO.

**JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,

Objetiva o presente requerimento, pedir a esse Parlamento (através da Mesa Diretora), que solicite da Eletronorte, a conclusão da Obra da Ponte da Integração sobre o Rio Jamari, paralisada há mais de 10 (dez) anos, prejudicando agricultores e produtores rurais responsáveis por 80% da produção agrícola do Município de Itapuã do Oeste/RO.

Peço aos nobres pares apoio para aprovação deste requerimento.

Plenário das Deliberações, 13 de outubro de 2015.  
Dep. Jean Oliveira - PSDB

**PROJETO DE RESOLUÇÃO MESA DIRETORA** – Acrescenta dispositivo a Resolução nº 289, de 11 de março de 2015, que Institui e disciplina a utilização de Cota mensal para ressarcimento de Despesas de transportes e correlatas no exercício da atividade parlamentar.

**Art. 1º** Fica acrescentado parágrafo único ao artigo 1º d Resolução nº 289, de 11 de março de 2015, que Institui e disciplina a utilização de Cota mensal para ressarcimento de Despesas com transporte e correlata no exercício da atividade parlamentar, com a seguinte redação:

*“Art. 1º.....  
Parágrafo único. O limite de cota mensal para despesas com combustível, será de até 65% (sessenta e cinco por cento) do valor dispositivo no caput do artigo 1º Resolução”.*

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, e sua aplicabilidade dar-se-á a partir de 1º de novembro de 2015.

**JUSTIFICATIVA**

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Estamos propondo a alteração da resolução nº 289, 11 de Março de 2015, considerando a necessidade de fixar um percentual máximo do valor de R\$ 15.000,00 para utilização com despesas de combustíveis pelos parlamentares no exercício da atividade parlamentar.

Para tanto, solicitamos o apoio e o voto dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 21 de outubro de 2015.  
Dep. Maurão de Carvalho - Presidente  
Dep. Edson Martins - 1º Vice-Presidente  
Dep. Hermínio Coelho - 2º Vice-Presidente  
Dep. Lebrão - 1º Secretário  
Dep. Glaucione - 2ª Secretária  
Dep. Alex Redano - 3º Secretário  
Dep. Rosângela Donadon - 4º Secretário

**INDICAÇÃO DEPUTADO JESUINO BOABAID – PT DO B** - Indica ao Poder Executivo, que interceda junto ao órgãos competente, a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Ivone Chakian, entre AA ruas José Amador dos Reis e Idalva Fraga Moreira, no bairro Juscelino Kubitschek, no município de Porto Velho.

O Parlamentar que o presente subscreve, na forma regimental, do art. 146, inciso VII e art. 188, do Regimento Interno, indica ao Poder Executivo, urgentemente a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Ivone Chakian, entre as ruas José Amador dos Reis e Idalva Fraga Moreira, no bairro Juscelino Kubitschek, no município de Porto Velho.

**JUSTIFICATIVA**

Nobres Parlamentares,

O objetivo desta indicação é solicitar do Poder Executivo, que interceda junto ao órgão competente, sobre a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Ivone Chakian, entre as ruas José Amador dos Reis e Idalva Fraga Moreira, no bairro Juscelino Kubitschek, no município de Porto Velho.

O motivo desta indicação é o fortalecimento da infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, no qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da Rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

É sabido que a realização das Obras de Pavimentação Asfáltica, trará mais qualidade de vida à todos, obtendo assim mais segurança e melhoria para aquela localidade.

Face o exposto, é que peço aos nobres Pares a aprovação da presente indicação.

Plenário das Deliberações, 21 de outubro de 2015  
Dep. Jesuino Boabaid – PT do B

**REQUERIMENTO DEPUTADO JESUINO BOABAID – PT DO B** - Requer Audiência Pública para o dia 13 de novembro de 2015 às 15hs, para discutir sobre as demandas pertinentes a União Portovelhense das Associações – UPAS.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora na forma regimental, nos termos do art. 172 c/c 181, inciso XIV, a realização de Audiência Pública no dia 13 de novembro de 2015, às 15:00 horas, com a finalidade de discutir e analisar as solicitações da União Portovelhense das Associações – UPAS.

**JUSTIFICATIVA**

O presente requerimento tem a finalidade de discutir e analisar as necessidades da entidade da UPAS – União Portovelhense das Associações, para atender as carência de cada comunidade. Tendo em vista que o público fica cada vez mais desassistidos e insatisfeitos por não terem suas necessidades atendidas. Por isso, a precisão dessa junção das associações.

Os direitos fundamentais conforme a constituição Federal, no caput do art. 5º pertencendo o direito de associação à categoria dos direitos individuais composta, que assim dispõe.

*Art. 5º "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a individualidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (...).*

O direito de associação consiste em um direito fundamental individual de liberdade que, em síntese, confere à pessoa o direito de agir, de atuar livremente, com autonomia de vontade.

As possibilidade de atuação de moradores são amplas, efetivas e podem gerar grande repercussão positiva, se, devidamente planejadas e executadas com seriedade, transparência e espírito público.

Insta frisar que a prioridade é a população, sendo de extrema necessidade a fixação de uma Instituição representativa, buscando um mecanismo legal dentro dos órgão competentes e conseqüentemente melhorias e o bem estar daquela comunidade.

Face o exposto, é que pedimos aos nobres Pares, a aprovação do presente requerimento.

Plenário das Deliberações, 21 de outubro de 2015  
Dep. Jesuino Boabaid – PT do B

**INDICAÇÃO DEPUTADO JESUINO BOABAID – PT DO B** - Indica ao Poder Executivo, que interceda junto ao órgão competente, a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Idalva Fraga Moreira, no bairro São Francisco, no município de Porto Velho.

O Parlamentar que a presente subscreve, na forma regimental, do art. 146, inciso VII c/c 188 do Regimento Interno, indica ao Poder Executivo, urgentemente a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Idalva Fraga Moreira, no bairro São Francisco, no município de Porto Velho.

#### JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo desta indicação é solicitar do Poder Executivo, que interceda ao órgão competente, sobre a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Idalva Fraga Moreira, no bairro São Francisco, no município de Porto Velho.

Plenário das Deliberações, 21 de outubro de 2015  
Dep. Jesuino Boabaid – PT do B

**INDICAÇÃO DEPUTADO JESUINO BOABAID – PT DO B** - Indica ao Poder Executivo, que interceda junto ao órgão competente, a necessidade da pavimentação asfáltica da rua Itatuape, entre as ruas José Amador dos Reis e Idalva Fraga Moreira, no bairro Juscelino Kubitschek, no município de Porto Velho.

O Parlamentar que o presente subscreve, na forma regimental, do art. 146, inciso VII e art. 188 do Regimento Interno, indica ao Poder Executivo, urgentemente a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Itatuape, entre as ruas José Amador dos reis e Idalva Fraga Moreira, no bairro Juscelino Kubitschek, no município de Porto Velho.

#### JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo desta indicação é solicitar do Poder Executivo, que interceda junto ao órgão competente, sobre a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Itatuapé, entre as ruas José Amador dos Reis e Idalva Fraga Moreira, no bairro Juscelino Kubitschek, no município de Porto Velho.

O motivo desta indicação é o fortalecimento da infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da Rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

É sabido que a realização da Obras de Pavimentação Asfáltica, trará mais qualidade de vida à todos, obtendo assim mais segurança e melhoria para aquela localidade.

Face o exposto, é que peço aos nobres Pares, a aprovação da presente indicação.

Plenário das Deliberações, 20 de outubro de 2015.  
Dep. Jesuíno Boabaid – PT do B

**REQUERIMENTO DEPUTADO JESUINO BOABAID – PT do B** - Requer o adiamento da Audiência Pública do dia 23 de outubro de 2015, para o dia 5 de novembro de 2015, às 15hs, para discutir sobre Regularização Fundiária do Bairro Lagoinha.

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental, requer o adiamento da Audiência Pública do dia 23 de outubro de 2015, para o dia 5 de novembro de 2015, às 15hs, para discutir sobre Regularização Fundiária do Bairro Lagoinha.

#### JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Deputados,

Nossa propositura tem por finalidade solicitar o adiamento da Audiência Pública do dia 23 de outubro de 2015, para o dia 5 de novembro de 2015, às 15hs, com a finalidade de debater a situação da Regularização Fundiária do Bairro Lagoinha, por questão de ajuste de agenda deste Poder. Pelo exposto, pedimos o apoio e o voto de Vossas Excelências para aprovação desta propositura.

Plenário das Deliberações, 21 de outubro de 2015  
Dep. Jesuino Boabaid – PT do B

**PROJETO DE RESOLUÇÃO - MESA DIRETORA** - Altera e acrescenta dispositivos da Resolução nº 262, de 26 de março de 2014, que "Institui e disciplina a utilização de cota mensal para ressarcimento de despesas relacionadas com a atividade parlamentar e dá outras providências.

**Art. 1º.** O artigo 1º da Resolução nº 262, de 26 de março de 2014, que "institui e disciplina a utilização de cota mensal para ressarcimento de despesas relacionadas com a atividade parlamentar e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 1º Fica instituída a cota mensal de R\$32.000,00 (trinta e dois mil reais), destinada exclusivamente ao ressarcimento de despesas relacionadas com a atividade parlamentar”.*

**Art. 2º.** Fica acrescentado o artigo 2º A, a Resolução nº 262, de 26 de março de 2014, que “Institui e disciplina a utilização de cota mensal para ressarcimento de despesas relacionadas com a atividade parlamentar e dá outras providências, com a seguinte redação:

*Art. 2º A. Excepcionalmente, o Parlamentar poderá utilizar o valor da verba de que trata o art. 1º desta Resolução, para locação de veículos a fim de atender o escritório parlamentar”.*

### JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Deputados,

Estamos apresentando esta proposição, com a finalidade de alterar o texto do artigo 1º e acrescentando o artigo 2º A na Resolução nº 262, de 26 de março de 2014, alterando o valor definido na utilização de cota mensal para ressarcimento de despesas relacionadas com a atividade Parlamentar, bem como definido excepcionalmente a possibilidade da locação de veículos a fim de atender o escritório Parlamentar.

Tal modificação se justifica, considerando que esta Casa de Leis em cumprimento ao compromisso assumido junto ao Ministério Público, por meio de um TA, regulamentou a jornada de trabalho, lotação com a ação das atividades e atribuições específicas dos ocupantes de cargos de Assessor Parlamentar e Assistente Parlamentar da Assembléia Legislativa, por meio do Ato nº 007/2015, da mesa Diretora.

Conforme dispõe o artigo 9º do Ato acima mencionado se reporta aos escritórios de apoio parlamentar no interior e capital do Estado. Considerando que a estruturação e manutenção de tais escritórios importa em despesas financeiras ao parlamentar o acréscimo de R\$8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) ao valor de R\$23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais), totalizando assim R\$32.000,00 (trinta e dois mil reais), tem por finalidade propiciar aos parlamentares uma compensação financeira, a fim de suportarem tais despesas mensais no custeio das atividades parlamentares desempenhadas nos escritórios de apoio Parlamentar.

Portanto, certo de que tal alteração busca, em última análise, permitir aos parlamentares do nosso Poder dar cumprimento de forma ampla e total ao disposto no Ato nº 007/2015 - MD, objeto do TAC firmado junto ao Ministério Público do Estado.

Para tanto, contamos com o apoio e o voto dos nobres Pares.

Plenário das deliberações, 21 de outubro de 2015.

Dep. Maurão de Carvalho - Presidente

Dep. Edson Martins - 1º Vice-Presidente

Dep. Hermínio Coelho - 2º Vice-Presidente

Dep. Lebrão - 1º Secretário

Dep. Glaucione - 2ª Secretária

Dep. Alex Redano - 3º Secretário

Dep. Rosângela Donadon - 4º Secretária

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA** - Estabelece normas para consignações em folha de pagamento dos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas do Poder Legislativo do Estado de Rondônia.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, aprovou, e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:**

**Art. 1º.** As consignações em folha de pagamento, de que trata o artigo 67, da Lei Complementar nº 68/1992 e artigo 44 da Lei Complementar nº 731/2013, dos servidores públicos deste Poder Legislativo têm as seguintes classificações:

I - compulsórias; e

II - facultativas.

§ 1º - As consignações compulsórias são os descontos e recolhimentos efetuados por força de lei ou mandado judicial, compreendendo:

I - contribuições para a Previdência Social e Seguridade Social;

II - pensões alimentícias;

III - imposto de renda;

IV - reposições e indenizações ao erário;

V - outros descontos decorrentes de mandado judicial;

VI - contribuição em favor de entidades sindicais, na forma do inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal; e

VII - outros descontos instituídos por lei.

§ 2º - As consignações facultativas são as que, a critério da ALE/RO, efetuam-se por consenso entre consignado, consignatário e o consignante, compreendendo:

I - prestação referente à aquisição de imóvel residencial de consignatário;

II - mensalidade de seguro de vida previsto nos incisos IV e VI, do artigo 2º desta Resolução;

III - previdência complementar do servidor de consignatária prevista nos incisos IV e VI, do artigo 2º desta Resolução;

IV - mensalidade de entidades de classe, associações, clubes e cooperativas de consumo para servidores públicos;

V - amortização e juros de dívidas pessoais contraídas junto aos consignatários previstos nos incisos I, IV e VII, do artigo 2º desta Resolução;

VI - mensalidade para plano de saúde em favor do consignado e seus beneficiários;

VII - despesas com aquisição de medicamentos e produtos farmacêuticos;

VIII - despesas com assistência odontológica, ótica, médico-hospitalar e psicológica; e

IX - mensalidade a favor de estabelecimento de ensino superior, técnico e profissionalizante diretamente pelo Estabelecimento de Ensino, por convênio com a ALE/RO, para o consignado e seus beneficiários.

**Art. 2º.** Considera-se, para fins desta Resolução:

I - Consignatário: destinatário dos créditos resultantes das consignações compulsórias e facultativa;

II - Consignante: Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, órgão da Administração Pública que procede descontos relativos à consignações compulsórias e facultativas, em favor do consignatário; e

III - Consignado: o servidor ativo e inativo, o pensionista e o empregado público da Administração Pública - Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.

**Art. 3º.** Poderão ser admitidos como consignatários:

- I - órgãos da Administração Pública;
- II - associações e clubes criados para atender os servidores públicos;
- III - entidades de classe representativa de servidores públicos;
- IV - entidades fechadas ou abertas de previdência privada, que operem com planos de pecúlio, seguro de vida ou renda mensal;
- V - entidades securitárias que operem com plano de seguro de vida;
- VI - descontos para o Fundo de Arrecadamento Residencial - FAR decorrentes de arrendamento de imóvel através do Programa de Arrendamento Residencial - PAR;
- VII - Instituições Financeiras e Cooperativas de Crédito devidamente autorizados pelo Banco Central;
- VIII - Instituição de crédito, construtores e incorporadores para o caso de aquisição de casa própria destinada à habitação da família do consignado; e
- IX - Instituições financeiras que administrem cartões de crédito, devidamente autorizadas pelo Banco Central, para o caso de disponibilidade de cartões de crédito aos servidores.

§ 1º - As consignatárias mencionadas nos incisos II e III somente poderão ser destinatárias de consignações relativas à mensalidade instituída para seu custeio.

§ 2º - As consignatárias mencionadas nos incisos IV, V, VI e VII somente poderão ser destinatárias de consignações relativas à contribuição para pecúlio, seguro de vida, saúde, renda mensal, consumo de alimentos, previdência complementar e amortização de empréstimos e financiamentos, respectivamente.

§ 3º - Os prazos das operações de empréstimos, financiamentos, refinanciamentos e compras de dívidas serão autorizadas pelo período máximo de 96 (noventa e seis) meses, salvo as prestações referentes à aquisição de casa própria, de que trata o inciso VIII deste artigo, até o máximo de 360 (trezentos e sessenta) meses e amortizações de cartão de crédito.

§ 4º - As entidades sindicais, associações e clubes constituídos exclusivamente para servidores e empregados públicos, e cooperativas deverão disponibilizar, quando solicitados pela ALE/RO, a qualquer tempo, seus cadastros de associados.

**Art. 4º.** O credenciamento de consignatários será deliberado pela Secretaria Geral desta Assembléia, após exame de regularidade da documentação e atendimento dos requisitos necessários, nos termos desta Resolução.

§ 1º - O ato de credenciamento é vinculado aos termos desta Resolução, e não configura acordo, formal ou tácito, entre a Assembleia e o consignatário credenciado, sendo a ALE/RO exclusivamente a intermediária e gestora do processo de consignação de desconto em folha de pagamento dos servidores públicos.

§ 2º - Anualmente, no mês em que se deu o credenciamento, ou quando exigido pela Superintendência de Recursos Humanos ou Secretaria Geral desta ALE/RO, a entidade consignatária deverá reapresentar os documentos exigidos para credenciamento.

**Art. 5º.** Ressalvadas as consignações compulsórias, não se efetuarão descontos de valor inferior a 1% (um por cento) do menor vencimento do servidor público, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

**Parágrafo único** - O disposto no caput deste artigo não se aplica às consignações de que trata o inciso III do § 2º do artigo 1º desta Resolução.

**Art. 6º.** A soma das consignações compulsórias e facultativas não excederá o limite de 70% (setenta por cento) da remuneração mensal do servidor, respeitando o limite de 30% (trinta por cento) para as facultativas.

§ 1º - Não serão computadas na remuneração referida neste artigo as seguintes vantagens pecuniárias:

- I - salário-família;
- II - diárias;
- III - ajuda de custo;
- IV - gratificação natalina;
- V - horário noturno;
- VI - 1/3 (um terço) constitucional pelo usufruto de férias;
- VII - serviço extraordinário, sobreaviso ou hora plantão;
- VIII - substituição de cargo em comissão ou função de confiança;
- IX - prêmio assiduidade; e
- X - importâncias pretéritas.

§ 2º - Caso a soma das consignações compulsórias e facultativas exceda o limite definido no caput, serão suspensos até ficar dentro daquele limite, os descontos relativos a consignações facultativas de menores níveis de prioridade, conforme disposto a seguir:

- I - mensalidade de entidades de classe, associações, clubes e cooperativas de consumo para servidores públicos;
- II - prêmio de seguro de vida previsto nos incisos IV e VI, do artigo 3º desta Resolução;
- III - previdência complementar do servidor de consignatária prevista nos incisos IV e VI, do artigo 3º desta Resolução;
- IV - amortizações e juros de dívidas pessoais contraídas junto aos consignatários previsto no inciso I, IV, VII e IX, do artigo 3º desta Resolução; e
- V - prestação referente à aquisição de imóvel residencial de consignatário previsto no inciso I do artigo 3º desta Resolução.

§ 3º - Em se tratando de consignações facultativas, prevalecerá o critério de antiguidade, de modo que consignação posterior não cancele anterior.

§ 4º - As operações, em curso, que já se encontram averbadas pela ALE/RO nos critérios de cálculos anteriores a esta Resolução serão mantidas em folha de pagamento até o término do prazo pactuado.

§ 5º - As consignações de que trata o inciso VIII, do artigo 3º, comporão a somatória de que trata o caput deste artigo, apenas no que se refere ao limite máximo de 70% (setenta por cento) da remuneração mensal do servidor.

§ 6º - As consignações de que trata o inciso IX do artigo 3º, comporão a somatória de que trata o caput deste artigo,

apenas no que se refere ao limite máximo de 70% (setenta por cento) da remuneração mensal do servidor, entretanto, terão um limite máximo de 10% (dez por cento) desta remuneração.

**Art. 7º.** A consignação facultativa pode ser cancelada:

- I - por força de lei;
- II - por ordem judicial;
- III - por vício insanável no processo de consignação;
- IV - por motivo de justificado interesse público;
- V - a pedido formal do consignatário;
- VI - por conveniência e oportunidade, a juízo da Administração; e
- VII - a pedido formal do consignado;

§ 1º - Independente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignado, o pedido de cancelamento de consignação por parte do consignado deve ser atendido imediatamente, com cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

§ 2º - O pedido de cancelamento formulado pelo servidor deverá ser acompanhado da comprovação de anuência da entidade consignatária quando for objeto de empréstimo pessoal e financiamentos.

§ 3º - Nos casos de aquisição de casa própria, o servidor só poderá optar pelo cancelamento da consignação, no caso de cessão de direitos sobre o imóvel, para outro servidor que admita consignação sequencial e até o final dos pagamentos devidos.

§ 4º - Nos casos de cartões de crédito o servidor poderá optar pelo cancelamento da consignação a qualquer momento, desde que observado o § 1º deste artigo.

**Art. 8º.** O consignatário deverá submeter a Secretaria Geral da ALE/RO, para análise e aprovação, qualquer inclusão, alteração ou exclusão de produto ou serviço informado no ato do credenciamento.

§ 1º - O consignatário deverá comunicar de imediato a Superintendência de Recursos Humanos da ALE/RO, qualquer alteração cadastral ou contratual.

§ 2º - O consignatário que intermediar serviços e produtos de terceiros para fins da consignação da despesa respectiva em folha de pagamento será solidariamente responsável com o fornecedor desses serviços e produtos, e poderá ser descredenciado na forma do artigo 10 desta Resolução.

**Art. 9º.** Para habilitação, como consignatária, as entidades mencionadas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII e IX do artigo 3º, deverão encaminhar à Secretaria Geral da ALE/RO requerimento instruído dos seguintes documentos:

- I - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações acompanhadas por documentos de eleição de seus administradores;
- II - inscrição do ato constitutivo no órgão competente, no caso das sociedades civis, acompanhada da prova da diretoria em exercício;

III - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

IV - prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do requerente;

V - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do requerente, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:

- a) Certidão de quitação de tributos federais, neles abrangidos as contribuições sociais administrativas pela Secretaria da Receita Federal;
- b) Certidão quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradora da Fazenda Nacional - Ministério da Fazenda;
- c) Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal ou órgão equivalente; e
- d) Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Município ou órgão equivalente.

VI - prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

VII - prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, através da Certidão Negativa de Débito - CND;

VIII - declaração sob as penas da lei, de que cumpre o dispositivo no inciso XXIII, do artigo 7º da Constituição Federal; e

IX - exposição da espécie ou das espécies de consignações pretendidas, devidamente detalhadas, juntando cópia dos ajustes, acordos e contratos a serem assinados pelos servidores, com cláusulas a que esses submeterão os mesmos.

**Art. 10.** A constatação de consignação processada em desacordo com o disposto nesta Resolução, mediante fraude, simulação, dolo, conluio ou culpa, que caracterize a utilização ilegal da folha de pagamento dos servidores públicos da ALE/RO, inclusive em relação a terceiros intermediários, importará na imediata suspensão da consignação e a desativação imediata, temporária ou definitiva da rubrica destinada ao consignatário envolvido, mediante decisão fundamentada da Secretaria Geral desta ALE/RO.

§ 1º são considerados condutas irregulares, entre outras:

- I - cobrança de valor não autorizado ou em valor superior ao autorizado pelo consignado;
- II - condicionamento de fornecimento de produto ou serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço;
- III - venda de produto ou serviço inexistente, ou cuja descrição não corresponda ao que foi efetivamente prometido;
- IV - fraude na autorização e no lançamento de desconto ao consignado;
- V - ressarcimentos, compensações, encontros de contas ou acertos financeiros entre entidades consignatárias e consignados que impliquem créditos nos contracheques desses últimos;
- e
- VI - desconto por despesa com cartão de débito.

§ 2º Também será descredenciada, a qualquer tempo, a entidade consignatária que não comprove o atendimento das exigências legais desta Resolução, ou que deixe de atendê-las.

§ 3º A divulgação de dados relativos à folha de pagamento dos servidores públicos fica sujeita à expressa autorização dos interessados, inclusive quanto aos limites dos valores para as consignações facultativas, excetuadas as hipóteses de determinação legal ou judicial, bem como aos casos de justificado interesse público.

§ 4º A divulgação ou a utilização irregular de dados da folha de pagamento importará responsabilização direta e imediata do agente que a tenha permitido ou deixado de tomar as providências legais para sua suspensão ou apuração de responsabilidade, bem como dos que estiverem divulgando ou utilizando-se dessas informações.

§ 5º Apurada a responsabilidade do agente público e havendo providência a ser tomada fora do âmbito de atribuições da ALE/RO, será dada ciência dos fatos aos órgãos competentes para as medidas cabíveis.

**Art. 11.** As entidades que, na data da publicação desta Resolução, estiverem cadastradas como consignatárias junto a ALE/RO, e que não preencham as condições nele estabelecidas, deverão se adequar a essas exigências no prazo de 3 (três) meses, a partir de sua publicação ou, antes deste prazo, quando ocorrer a primeira renovação de mandato de suas diretorias e órgãos colegiado, sob pena de descredenciamento.

**Parágrafo Único** - Ocorrendo o descredenciamento em razão do disposto no *caput*, as obrigações de servidores público referentes à autorização dos descontos previstos no inciso VIII, IX e X do artigo 6º desta Resolução serão mantidas até a liquidação do compromisso.

**Art. 12.** Serão extintas, automaticamente, as consignações que não venham a atender as normas desta Resolução.

**Parágrafo único.** Para a manutenção das entidades consignatárias, em curso, na data da publicação desta Resolução, terão estas que apresentar no prazo de 30 (trinta) dias os documentos mencionados no artigo 9º.

**Art. 13.** Caso haja suspensão ou cancelamento da entidade consignatária, permanecerão em vigor até a efetiva liquidação, os descontos em folha de pagamento pactuados por contrato entre o servidor e a entidade consignatária, e averbados pela ALE/RO.

**Art. 14.** A permissão de acesso de representante, agente, promotor ou corretor a serviço de consignatário, nas dependências da ALE/RO, para divulgar, distribuir propaganda e vender produtos e serviços a ser descontados em folha de pagamento dos servidores, empregados ou pensionistas, deverá ser autorizado pela Secretaria Geral.

**Art. 15.** A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade da ALE/RO por dívidas, inadimplemento, desistência ou pendência de qualquer natureza, assumidos pelo consignado junto ao consignatário.

§ 1º A ALE/RO, não integra qualquer relação de consumo originada, direta ou diretamente, entre consignatário e consignado, limitando-se a efetuar os descontos previstos nesta Resolução.

§ 2º O pedido de credenciamento de consignatário e a autorização de desconto pelo consignado implicam em pleno conhecimento e aceitação das disposições contidas nesta Resolução.

§ 3º A ignorância do consignatário sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços prestados, diretamente ou por terceiros, sejam estas pessoas físicas ou jurídicas não o exime de responsabilidade.

**Art. 16.** As despesas para a cobertura do custo decorrente de processamento de dados em folha, no caso de consignação para amortização de empréstimo ou financiamento, mesmo habitacional, bem como de quaisquer outros valores consignados, correrão por conta do consignatário, mediante retenção de 1% (um por cento) do valor mensal da consignação.

**Parágrafo único.** O pagamento será feito por desconto no valor mensal a ser repassado ao consignatário, e recolhido mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês consequente, pela ALE/RO a crédito do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas, instituído pela Lei Complementar nº 609, de 18 de fevereiro de 2011.

**Art. 17.** Fica a Superintendência de Recursos Humanos, em consonância com a Secretaria Geral, responsáveis na implementação em folha de pagamento das consignações dos servidores públicos desta Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme legislação vigente.

**Art. 18.** A ALE/RO poderá expedir as instruções complementares necessárias à execução desta Resolução.

**Art. 19.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Estamos apresentando esta propositura, com a finalidade de instituir na Assembléia Legislativa a possibilidade do servidor estatutário contrair junto as instituições bancárias empréstimos ou financiamento, inclusive limites de cartões de créditos, cujos pagamentos serão efetuados em folha de pagamento por consignação. Tal iniciativa tem como respaldo o artigo 67 da Lei Complementar nº 68/92 - o Estatuto do Servidor Público.

Certamente toda a linha de crédito e financiamento que o servidor poderá ser beneficiado, por meio de consignação é altamente benéfica, porém o cartão de crédito, sem dúvida alguma, é de suma importância, pois é notório que em nossos dias, o comércio de forma geral, dá preferência em receber quaisquer pagamentos por meio de cartões de crédito, ao invés do recebimento em espécie, até por questão de seguran-



ça, diante de tanta violência e assaltos que ocorrem e cada vez com maior frequência e intensidade.

Por outro lado, a proposta garante ao servidor o direito de optar e escolher a instituição bancária de sua preferência para formalizar o contrato, pois são várias instituições que oferecerão o serviço, oportunizando assim um leque de opções aos servidores que, obviamente, escolherão aquela instituição bancária que oferecer as melhores condições e que estiver dentro das suas possibilidades.

Entendemos que o objetivo e o alcance desta nossa proposta é altamente significativa aos nossos servidores, pois possibilitará, que dentro de suas condições e limites impostos pela Lei, possam contraírem empréstimo, financiamento ou cartões de créditos, que certamente auxiliará no dia a dia, em seus compromissos pessoais e com a família, e pagarão em suaves prestações, as quais serão descontadas em folha de pagamento na forma de consignação.

Portanto, solicitamos o apoio e voto dos nobres Pares, no sentido de aprovarmos o nosso Projeto de Resolução.

Plenário das Deliberações, 21 de outubro de 2015.

Dep. Maurão de Carvalho - Presidente  
 Dep. Edson Martins - 1º Vice-Presidente  
 Dep. Hermínio Coelho - 2º Vice-Presidente  
 Dep. Lebrão - 1º Secretário  
 Dep. Glaucione - 2ª Secretária  
 Dep. Alex Redano - 3º Secretário  
 Dep. Rosangela Donadon - 4º Secretário

**PROPOSIÇÕES APRESENTADAS  
 DA 57ª SESSÃO ORDINÁRIA  
 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA  
 DA 9ª LEGISLATURA**

**REQUERIMENTO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID – PT do B -**  
 Requer à Mesa Diretora, que seja solicitado ao Poder Executivo cópia do documento referente ao Projeto de Lei nº 207, que autoriza abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação até o montante de R\$ 29.212.539,00, em favor das Unidades Orçamentárias: Departamento Estadual de Estradas, Rodagem Infraestrutura e Serviços Públicos – DER, Secretária de Estado da Educação – SEDUC, Superintendência Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer – SEJUCEL, Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado – FHEMERON, Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, Instituto de Pesos e Medidas IPEM, Secretária de Estado de Justiça – SEJUS, Secretária de Estado de Assistência e Desenvolvimento social – SEAS, Secretária de Estado de Assuntos Estratégicos – SEAE e Ministério Público – MP, conforme discriminado.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora, que seja solicitado ao Poder Executivo, nos termos dos artigos 29, XVIII C/C 31, § 3º, da Constituição Estadual e na forma do Regimento Interno no artigo 179, inciso III, cópia do documento abaixo relacionado, quanto ao Projeto de Lei nº 207, que autoriza a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação até o montante de R\$ 29.212.539,00.

1. Cópia integral dos processos específicos nos Anexos I e II, do Crédito Adicional Suplementar por Anulação.

**JUSTIFICATIVA**

Nobres parlamentares,

O pedido deste requerimento se faz necessário, uma vez que o poder fiscalizatório dos atos executivo, deverá ser exercido por esta Casa de Leis, conforme preceitua o Art. 46 da Constituição Estadual

*“Art. 46. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e publicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público do Estado.*

*Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assumira obrigações da natureza pecuniária”.*

Face ao exposto, é que peço aos nobres Pares a aprovação do presente Requerimento.

Plenário das Deliberações, 3 de novembro de 2015.  
 Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

**REQUERIMENTO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID – PT do B -**  
 Requer à Mesa Diretora, que seja solicitado ao Poder Executivo, cópias dos documentos referente ao Projeto de Lei nº 206, que autoriza abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação até o montante de R\$ 1.972.372,56 (hum milhão, novecentos e setenta e dois mil, trezentos e setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos) em favor das Unidades Orçamentárias: Departamento Estadual de Estradas de Rodagem Infraestrutura e Serviços Públicos – DER e Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS, conforme discriminado.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora, que seja solicitado ao Poder Executivo, nos termos dos artigos 29, XVIII C/C 31, § 3º da Constituição Estadual e na forma do Regimento Interno no artigo 179, inciso III, cópias dos documentos abaixo relacionado, quanto ao Projeto de Lei nº 206, que autoriza a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação até o montante de R\$ 1.972.372,56, (hum milhão, novecentos e setenta e dois mil, trezentos e setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).

1. Cópia integral do Ofício 1245/2015/GAF/NPO/SEJUS de 21 de setembro de 2015.
2. Cópia integral do Convênio 777104/2012/SDH/PR.
3. Cópia integral do Ofício 278/GAB/DER de 1º de outubro de 2015.
4. Cópia integral do Convênio 1318/2003.
5. Cópia integral dos processos especificados nos Anexos I e II, Crédito Adicional Suplementar por Anulação.

**JUSTIFICATIVA**

Nobres Parlamentares,

O pedido deste requerimento se faz necessário, uma vez que o poder fiscalizatório dos atos executivo, deverá ser exercido por esta Casa de Leis, conforme preceitua o art. 46 da Constituição Estadual:

*“Art. 46. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e publicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público do Estado.*

*Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária”.*

Face ao exposto, é que peço aos nobres pares a aprovação do presente Requerimento.

Plenário das Deliberações, 3 de novembro de 2015.  
Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

**REQUERIMENTO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID – PT do B**

Requer à Mesa Diretora, que seja solicitado ao Poder Executivo, cópias dos documentos referente ao Projeto de Lei nº 208, que autoriza abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação até o montante de R\$ 10.400.000,00 (Dez milhões e quatrocentos mil reais) em favor das Unidades Orçamentárias: Secretária de Estado da Educação – SEDUC, conforme discriminado.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora, que seja solicitado ao Poder Executivo, nos termos dos artigos 29, XVIII C/C 31, § 3º, da Constituição Estadual e na forma do Regimento Interno no artigo 179, inciso III, cópias dos documentos abaixo relacionados, quanto ao Projeto de Lei nº 208, que autoriza abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação até o montante de R\$ 10.400.000,00 (dez milhões e quatrocentos mil reais).

1. Cópia integral dos processos especificados nos Anexos I e II, Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação.
2. Cópia integral do ofício nº 7899/2015-GAB/SEDU, de 24 de setembro de 2015.

**JUSTIFICATIVA**

Nobres Parlamentares,

O pedido deste requerimento se faz necessário, uma vez que o poder fiscalizatório dos atos executivo, deverá ser exercido por esta Casa de Leis, conforme preceitua o art. 46 da Constituição Estadual:

*“Art. 46. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da*

*administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e publicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público do Estado.*

*Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária”.*

Face ao exposto, é que peço aos nobres Pares a aprovação do presente Requerimento.

Plenário das Deliberações, 3 de novembro de 2015.  
Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

**PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID** – Acrescenta o § 14º ao art. 24 da Constituição Estadual de Rondônia que dispõe sobre os Servidores Públicos Militares.

**Art. 1º.** O art. 24 da Constituição Estadual de Rondônia passa a vigorar acrescido do § 14º, com a seguinte redação:

*“Art. 24.....  
§ 14º Aplica-se aos militares aos e Estaduais de Rondônia a vedação constante do art. 37, exceto quando além da compatibilidade de horários a acumulação com o cargo militar for um de professor, um técnico ou científico ou um cargo privativo de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas”.*

**Art. 2º.** Esta proposta de emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

Senhores Parlamentares,

Com fulcro no artigo 30, inciso XI da Constituição Estadual, artigo 153, III e artigo 165 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, submeto à vossa apreciação o presente Projeto de Lei Complementar que trata sobre Horário Especial de Trabalho do Policial Militar e Bombeiro Militar do Estado de Rondônia.

Trata-se de matéria de competência desta Casa de Leis, uma vez que pela inteligência do já mencionado dispositivo do artigo 30, XI, da Constituição Estadual, temos que compete especialmente à Assembleia Legislativa dispor sobre organização, garantias e direitos das polícias. *in verbis*:

*Art. 30 Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especialmente sobre:*

*(...)*

*XI- organização, garantias e direitos das polícias;*

A presente proposta está se aperfeiçoando um dispositivo que pode e merece ser reformado. Embora desenvolvem atividades extremamente técnicas ou científicas,

algumas vezes atuando até mesmo na área da pesquisa, a natureza da função dos militares os impede de acumular outros cargos possíveis às demais categorias como nas áreas de saúde ou de educação, professor por exemplo.

Varias oportunidades, não são possíveis a esses profissionais pela simples condição de ser militar estadual. Nessas instituições existem milhares de profissionais que podem e querem contribuir com algo mais, principalmente nas áreas de saúde e educação, molas mestres entre as prerrogativas estatais.

No momento em que o Estado necessita afirmar perante o mundo a sua capacidade de propiciar uma melhoria educação, e implantar um atendimento de saúde eficiente, alimentar uma norma de exclusão não corrobora com os ideias republicanos de fazer da cultura e do saber o dinamismo para o fortalecimento de Rondônia.

A proibição de acumulação, empedernida à realidade de um novo momento represente um anacronismo que a educação e a saúde não podem prescindir dos melhores e mais qualificados profissionais.

A educação, semente do germinar de um povo livre e do alvorecer de uma nação independente não deve estar atada a obstáculos formais, pois a sua causa plural assume contornos majestosos.

O acesso universal à educação é um direito de todos, não existem mais fronteiras para as pessoas que distribuem o saber, são cidadãos cosmopolitas com reconhecimento erga omnes. Predestinados às causas de interesses comum, médicos, enfermeiros, professores, técnicos e cientistas não podem sofrer restrições.

Onde quer que desenvolva o seu trabalho deve antes, ser assistido, auxiliado, facilitado e reconhecido. Afora isso, a interação construtiva entre os operadores da segurança pública e estudantes desde as primeiras séries do ensino fundamental vai operar uma importante união entre o conhecimento e a inexperiência nessa importante prioridade para população que é o combate a violência e a criminalidade, onde o benefício será a sociedade.

Na saúde e na educação, prioritariamente, esse incentivo ilimitado tem o poder de engendrar um ciclo fértil de motivação, num levante nacional pela qualidade de vida, no qual os militares podem e querem participar.

Salienta-se que esta matéria apenas estará ratificando direito garantido pela Constituição Federal, todavia não acarretará qualquer prejuízo ou oneração ao orçamento ou erário público estadual.

O primeiro passo para combatermos essa violação de direito fundamental que é feita aos nossos militares estaduais é a aprovação desta matéria, pois, sem dúvida, será um marco histórico na vida de muitos policiais e bombeiros militares, que são privados do acesso à educação por conta das atividades do trabalho.

Plenário das Deliberações, 3 de novembro de 2015  
Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

**REQUERIMENTO COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA** – Requer à Mesa Diretora, a realização de Audiência Pública no dia 12 de novembro de 2015, às 9 hs, para discutir sobre Violência Homofóbica em nosso Estado.

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no dia 12 de novembro de 2015, às 9hs, no Plenário desta Casa, para discutir sobre violência homofóbica em nosso Estado.

#### JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores parlamentares,

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, em reunião realizada no dia 20/05/2015, recebeu o ofício nº 051/2015 da ONG, LGBT em que foi solicitação a realização de uma Audiência Pública onde se discuta a prática de violência de discriminação em razão da orientação sexual e identidade de gênero.

Por esse motivo, Senhoras e Senhores Deputados, é que estamos propondo essa Audiência e contamos com o apoio de Vossas Excelências para aprovação de nossa propositura.

Plenário das Deliberações, 03 de novembro de 2015.  
Dep. Leo Moraes EO MORAIS - PTB

**REQUERIMENTO COMISSÃO TEMPORÁRIA ESPECIAL PARA ACOMPANHAR A LIBERAÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO DO ESTADO** – Requer à Mesa Diretora, que seja solicitado ao Senhor Vilson de Salles Machado, Secretário da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, cópia da capa das autêx dos planos de manejo dos aos 2014 e 2015.

A Comissão temporária Especial para Acompanhar a Liberação dos Planos de Manejo do Estado, requer à Mesa Diretora, reiterando o teor do Requerimento nº 291/2015, nos termos do art. 31, § 3º da Constituição do Estado, c/c art. 170, inciso III do Regimento Interno, que seja solicitado ao Senhor Vilson de Salles Machado, Secretário da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, cópia da capa das autêx dos planos de manejo dos aos 2014 e 2015.

#### JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores parlamentares,

Requerimento nesse sentido já foi feito e retirado inclusive, contudo não foram atendidos. Devido a isso e considerando a necessidade da análise por esta Comissão, dos processos referentes aos planos de manejo dos anos de 2014 e 2015, que se encontram na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, para apurar os atrasos e possíveis protelações burocráticas, aliás esta Comissão foi criada exatamente para acompanhar a liberação dos planos de manejo do Estado, objetivando o destravamento e possibilitando um maior dinamismo no que tange à tramitação dos respectivos processos.

A SEDAM, ao atender as supracitadas solicitações permitirá que o corpo Legislativo auxilie rapidez.

Plenário das Deliberações, 22 de outubro de 2015.  
Dep. Alex Redano - SD

**PROJETO DE RESOLUÇÃO MESA DIRETORA** – Altera dispositivo da Resolução nº 317, de 22 de outubro de 2015.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA** aprovou, e eu promulgo a seguinte Resolução:

**Art. 1º** O artigo 3º da Resolução nº 317, de 22 de outubro de 2015, que “Altera e acrescenta dispositivos da Resolução nº 262, de 26 de março de 2014, que “Institui e disciplina a utilização de cota mensal para ressarcimento de despesas relacionadas com a atividades parlamentar e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a partir de 01 de novembro de 2015”.*

**Art. 2º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

#### JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores parlamentares,

Estamos apresentando esta proposição, com a finalidade de alterar vigência da resolução nº 317, de 22 de outubro de 2015, para a partir de 1º de novembro de 2015.

A alteração foi promovida alterando o valor da cota mensal ressarcimento de despesas relacionadas com a atividade parlamentar para o valor de R\$ 32.000.00,00 (Trinta e dois mil reais).

Ocorre, porém, que por questões financeiras e orçamentárias, é quase impossível arcarmos com tal despesa ainda dentro do mês de outubro. Portanto, estamos propondo que sua aplicabilidade ocorra a partir de 1º de novembro de 2015.

Diante disso, solicitamos o apoio e o voto dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 3 de novembro de 2015.  
Dep. Maurão de Carvalho - Presidente  
Dep. Edson Martins - 1º Vice-Presidente  
Dep. Hermínio Coelho - 2º Vice-Presidente  
Dep. Lebrão - 1º Secretário  
Dep. Glaucione - 2ª Secretária  
Dep. Alex Redano - 3º Secretário  
Dep. Rosângela Donadon - 4º Secretário

**PROJETO DE LEI DEPUTADO EDSON MARTINS – PMDB** - Institui o dia 19 de Março como o “Dia Estadual do meio Ambiente”.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, tendo em vista o que dispõe a Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei.**

**Art. 1º.** Fica instituído o dia 19 de março como o “Dia Estadual do Meio Ambiente”.

**Art. 2º.** A data de que trata o art. 1º constará do calendário oficial do Estado, onde anualmente além de se fazerem políticas públicas, campanhas preventivas e educacionais sobre o meio ambiente, serão realizadas homenageadas as pessoas que contribuíram com relevantes serviços para o meio ambiente no âmbito da região amazônica.

**Art. 3º.** Fica a cargo da Secretaria Estadual de Educação – SEDUC e da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, a programação e realização de eventos, bem como a divulgação desta data.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

A presente proposição tem como objetivo instituir o dia 19 de março como o “Dia Estadual do meio Ambiente”, dia este que deveriam-se executar políticas públicas, campanhas preventivas e educacionais sobre o meio ambiente, e também deverão ser realizadas homenageadas as pessoas que contribuíram com relevantes serviços para o meio ambiente na âmbito da região amazônica.

O dia 19 de março foi escolhido para ser comemorado o dia estadual do meio ambiente devido a esta mesma data se comemorar o aniversário de criação da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM. Essa data tem como objetivo principal chamar a atenção de todas as esferas da população para os problemas ambientais e para a importância da preservação do mesmo.

Tendo em vista o acentuado crescimento dos problemas ambientais, muitos merecem ser revistos pelo governo estadual e pela população para que os impactos sejam diminuídos. Se nada for feito, o consumo exagerado dos recursos e a perda constante de biodiversidade poderão alterar consideravelmente o modo como vivemos atualmente, comprometendo, inclusive, nossa sobrevivência.

Em razão da importância da conscientização e da dimensão do impacto gerado pelo homem, o Dia Estadual do Meio Ambiente é uma data que merece bastante destaque no calendário estadual. Entretanto, não basta apenas plantar uma árvore ou separar o lixo nesse dia, é necessário que sejam feitas campanhas de grande impacto que mostrem a necessidade de mudanças imediatas nos nossos hábitos de vida diários, inclusive no que se refere a queimadas. Apesar de muitos acreditarem que a mudança deve acontecer em escala mundial e que apenas uma pessoa não consegue mudar o mundo, é fundamental que cada um faça sua parte e que toda a sociedade reivindique o cumprimento das leis ambientais. Todos devemos assumir uma postura de responsabilidade ambiental. Pois só assim conseguiremos mudar o quadro atual.

Ante ao exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares no sentido de aprovar a presente proposição.

Plenário das Deliberações, em 26 de outubro de 2015.  
Dep. Edson Martins – PMDB

**REQUERIMENTO DEPUTADO EZEQUIEL JÚNIOR – PSDC** - Requer que seja aprovado e encaminhado Voto de Repúdio por parte desta Casa Legislativa contra o Ministério da Educação pela inclusão, na última prova do Enem realizada no dia 25/10/2015, de uma questão tendenciosa a influenciar os candidatos a acreditarem na teoria da ideologia de gênero.

Manifesto meu repúdio contra o Ministério da Educação pela inclusão, na última prova do Enem realizada no dia 25/10/2015, de uma questão que reproduz o trecho do livro “O segundo sexo”, de 1949, da filósofa e escritora francesa Simone de Beauvoir, segundo o qual: “ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade: é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino.

### JUSTIFICATIVA

Essa frase da filósofa Simone Beauvoir é apenas opinião pessoal da autora e, me parece que a inserção desse texto em uma prova de abrangência nacional de certa forma, visou influenciar os candidatos a acreditarem na teoria da ideologia de gênero, segundo a qual ninguém nasce homem ou mulher, mas deve construir sua própria identidade, isto é, ao longo da vida.

Plenário das Deliberações, 3 de novembro de 2015.  
Dep. Ezequiel Júnior – PSDC

**REQUERIMENTO DEPUTADO JESUINO BOABAID – PT DO B** - Requer a realização de Sessão Solene para entrega de Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao senhor Carlos Alberto Martins Manvailler.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora, na forma regimental, seja aprovado a realização de Sessão Solene no Plenário desta Casa de Leis, no dia 4 de dezembro de 2015, às 9hs, com a finalidade de proceder a entrega de Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao senhor Carlos Alberto Martins Manvailler, pelos relevantes serviços prestado ao Estado.

### JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Estamos apresentando este requerimento, com o objetivo de que seja aprovada a realização de Sessão Solene no dia 4 de dezembro de 2015, com a finalidade de proceder a entrega do Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao senhor Carlos Alberto Martins Manvailler, servidor desta casa de Leis, que merecidamente teve aprovado o Projeto de Decreto Legislativo de autoria deste Parlamentar.

Dessa forma, desejamos fazer a entrega deste justa homenagem a esse servidor desta Casa, que tem dedicado mais de 30 (trinta) anos de sua vida a serviço deste Poder,

contribuído assim decisivamente com o desenvolvimento do Estado de Rondônia.

Portanto, solicitamos o apoio e o voto dos nobres Pares a fim de aprovarmos a nossa propositura.

Plenário das Deliberações, 3 de novembro de 2015.  
Dep. Jesuino Boabaid – PT do B

**REQUERIMENTO DEPUTADO LÉO MORAES – PTB** - Requer à Mesa Diretora antecipação da Audiência Pública, do dia 12 de novembro de 2015, às 18:30h, para o dia 5 de novembro de 2015, com finalidade de debater a imediata contratação dos alunos do curso de formação de Agente Penitenciários, assim como dos socioeducadores aprovados em concursos público.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora na forma regimental, a antecipação da Audiência Pública no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no dia 12 de novembro de 2015, às 18:30h, para o dia 5 de novembro de 2015, às 18:30h, com finalidade de debater a imediata contratação dos alunos do curso de formação de agentes Penitenciários, assim como socioeducadores aprovados em concurso.

### JUSTIFICATIVA

Considerando que sistema penitenciário de nosso Estado, encontra-se em estado de defasagem de servidores, compreendemos que a falta de funcionário em muitas unidades prisionais os agentes e sócios educadores estão trabalhando sem o contingente mínimo necessário para que tenham segurança, tal realidade exige medidas estas que tenham o intuito de minimizar a atual crise do setor, com a criação imediatas de novas vagas para os agentes e sócios educadores do sistema prisional suficiente para atender a demanda carcerária.

Tal expediente, sem duvidas, estará revestido de maior interesse social, na medida em que trará grandes benefícios à segurança da população do nosso Estado.

Diante da relevância deste pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 3 de novembro de 2015  
Dep. Léo Moraes – PTB

**REQUERIMENTO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO – PT** - Requer Voto de Pesar aos familiares do ex-secretário de saúde de Rondônia Alexandre Carlos Macedo Muller pelo seu falecimento ocorrido no dia 3 de novembro de 2015.

O Parlamentar que o presente subscreve, na forma regimental, requer Voto de Pesar aos familiares do ex-secretário de saúde de Rondônia Alexandre Carlos Macedo Muller, pelo seu falecimento ocorrido no dia 3 de novembro de 2015.

**JUSTIFICATIVA**

O ex-secretário Alexandre Muller nasceu na Paraíba, tinha 58 anos, e faleceu após sofrer várias paradas cardíacas, não resistindo aos ferimentos vindo a óbito na madrugada desta terça feira.

Alexandre Muller como era chamado, formou-se no ano de 1982 em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba. Fez residência nas especialidades de Medicina Preventiva, do Trânsito e Sanitária. Alexandre veio para Rondônia, onde cursou e concluiu o curso de Direito, sendo profissionalmente diretor da Vigilância Sanitária por mais de uma vez, também foi Gerente do Ministério da Saúde no Estado de Rondônia e depois Secretário Interino da Saúde no Município de Ariquemes. Em seguida, tornou-se Secretário de Saúde no governo Confúcio Moura.

Nossos agradecimentos aos relevantes serviços prestados durante sua vida profissional, e sinceros votos de consolo à família. E que o amor de Deus e sua misericórdia recaia sobre esta família, abençoando-a e apaziguando seus corações nesse momento de dor.

Plenário das Deliberações, 3 de novembro de 2015.  
Dep. Ribamar Araújo – PT

**TAQUIGRAFIA****ATA DA 42ª AUDIÊNCIA PÚBLICA  
PARA TRATAR SOBRE O TRÂNSITO  
DA CIDADE DE PORTO VELHO.**

Em 8 de outubro de 2015.

**Presidência do Sr.  
LUIZINHO GOEBEL - Deputado**

(Às 9 horas e 29 minutos é aberta a sessão.)

**O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias)** – Bom dia, senhoras e senhores. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento do excelentíssimo senhor Deputado Luizinho Goebel, realiza Audiência Pública objetivando discutir a respeito do trânsito na cidade de Porto Velho, especificamente na região onde estão situados os poderes, Emater e Centro Político Administrativo.

Convidamos para compor a Mesa o excelentíssimo senhor Deputado Luizinho Goebel, proponente desta Audiência Pública, excelentíssimo senhor Ezequiel Neiva, Secretário Subchefe da Casa Civil, representando o Governo do Estado de Rondônia. Excelentíssimo senhor George Alessandro Braga, Secretário de Estado da SEPOG. Excelentíssimo senhor Dr. Artur Leandro, representante da Procuradoria Geral do Estado – PGE. Senhor Luiz Gomes Furtado, Presidente da Emater. Coronel BM Silvio Luiz Rodrigues, Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia. Major PM de Lima, Comandante da Companhia Independente de Policiamento de Trânsito. Senhora Isis Queiroz, Superintendente da SUGESP

**O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente)** – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública, objetivando discutir a respeito do trânsito na cidade de Porto Velho, especificamente na região onde estão situados os poderes Emater e Centro Político Administrativo – CPA – Judiciário, Assembleia Legislativa, enfim, Tribunal de Contas, Ministério Público e demais.

Passo a palavra ao Mestre de Cerimônias.

**O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias)** – Convidamos a todos, antes, porém, registrar a presença do excelentíssimo Deputado Alex Redano. Convidamos a todos para ouvirmos o Hino Céus de Rondônia (letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Doutor José de Melo e Silva).

**(Execução do Hino Céus de Rondônia)**

**O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias)** – Excelência, antes de Vossa Excelência cumprimentar os componentes da Mesa, eu vou fazer o registro das pessoas aqui presentes. Senhor Carlos Antônio Trajano Borges, Engenheiro de Trânsito, representando o DETRAN. Senhor Celso Coelho, Diretor Adjunto do DER. Dr. Leonardo Falcão Ribeiro, Procurador do Estado. Senhor Antônio Fortunato, Coordenador Geral do Patrimônio do Estado. Senhor José Agostinho Ferreira, Presidente em exercício do Sindicato dos Empregados da Emater – SEATER. Coronel BM Gilvander Gregório, Corregedor Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia. Excelentíssimo senhor Obadias Braz Odorico, Prefeito do Município de Alto Alegre, Senhora Márcia Guedes, representante da SEFIN. Coronel Carlos Alberto Caieiros, Diretor do Hospital João Paulo II, representa aqui a Secretaria de Saúde, Senhor Jessé Silva, representando o Conselheiro Crispim. João Paulo Onofre Satílio, representante da SUPEL. Senhoras Denilde Pereira, Cláudia Cabral, representantes da Gerência de Programas Estratégicos da Saúde – SESAU. Dr. Valmir Júnior Fornazari, representante da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, também está ali no entorno. Sônia Machado, representante da SEDUC. Jaime Melo, representante da SEAS. Engenheira Josiane Beatriz, da SUGESPE.

Temos um vídeo. Vossa Excelência quer que passe o vídeo agora ou... Fique à vontade, Deputado.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente)** – Quero, primeiramente, agradecer a presença de cada um de vocês. Cumprimentar aqui Ezequiel Neiva, Subchefe da Casa Civil, representando o Governo do Estado. Dr. George Alessandro, Secretário de Estado da SEPOG; Dr. Artur, representando a Procuradoria Geral do Estado. Luiz Gomes Furtado, Presidente da Emater. Comandante Geral da Polícia Militar, que está a caminho, já registramos aqui. Coronel Bombeiro Militar Silvio Rodrigues, Comandante Geral do nosso Corpo de Bombeiros. Major Lima, Comandante de Trânsito e a Senhora Secretária da SUGESPE, Isis Queiroz. Em nome de vocês, cumprimento mais uma vez a todos.

Agradeço a presença e nós tivemos a iniciativa de fazer esta Audiência Pública, realizar esta Audiência Pública exatamente pelo transtorno que nós temos visto no trânsito

principalmente na região dos Poderes, e quando a gente fala da região dos Poderes, nós temos ali escolas, como é o caso da Escola Castelo Branco, temos a FIERO, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Ministério Público, Ministério Público do Trabalho, Poder Executivo Estadual, Assembleia Legislativa nos próximos dias, o Judiciário, a EMATER, então, realmente, praticamente todos os órgãos de maior relevância do Estado estão concentrados nessa região. E a gente tem visto no dia a dia que aquele grande movimento de veículos, fluxos de veículos naquela região tem acarretado diversos tipos de problemas, e entre esses problemas nós estamos com alto índice de acidente de trânsito também naquela região, sem contar com os prejuízos materiais que temos ali de acidentes de veículos. Por isso tivemos essa iniciativa, e a proposta que nós temos, eu vou colocar a partir desta data, desde que seja de consciência de todos; uma pessoa da minha equipe, um assessor e que ele vai está fazendo parte desse trabalho, e a sugestão seria exatamente de montar uma Comissão com um membro de cada interessado dessa região dos Poderes em participar desse trabalho. Portanto, nós vamos ter apresentação aqui da SUGESP não é Doutora Isis, que já tem algum trabalho em relação a isso, mas eu entendo ali que é um problema de todos, de todos os Poderes e que todos tenham condições de contribuir e ajudar. E fico feliz porque vemos aqui o governo representado, temos aqui o representante do DER que tem a força operacional se necessário for e regime de urgência de realizar alguma ação de infraestrutura em toda essa região, eu sei que o DER é uma máquina forte, capaz e que com certeza tenha condição de nos ajudar. Temos o DETRAN, representado aqui pelo Dr. Antônio, bem-vindo, e que também tem uma condição financeira até porque pertine a essa pasta também a questão do trânsito e que também sem dúvida nenhuma está disposto a ajudar, mas temos o conhecimento, nosso Comandante de Trânsito e o Secretário de Planejamento e que aí tem como a gente conciliar a necessidade com o financeiro. E o George, que faz uma gestão boa nessa questão de finanças do Estado, pode enviar para a Assembleia dentro desse orçamento 2016, que nós vamos votar ainda dentro desse ano e que ainda há tempo para se fazer isso, a gente está com tudo praticamente na mão aqui. Mas, a gente vai fazer essa apresentação rápida desse vídeo, gostaria até que colocasse só três minutos deles, aí já pode encerrar porque já dá para ter bem noção, depois nós temos um vídeo da SUGESP, não é Isis? Aí após o nosso, temos um da engenheira Josiane, então vai fazer a apresentação. Aí vamos passar a palavra a Mesa, tem alguns dos membros da Mesa que tem outros compromissos e depois, nós queremos ser bem objetivo e ouvir a cada um de vocês, porque a sugestão de vocês que é importante, nós temos que fazer uma Audiência Pública realmente que der resultado, que não fique só em um planejamento, um planejamento e a gente ficar protelando, porque cada dia este problema aumenta mais que aumenta a frota. Daqui mais há alguns meses estaremos recebendo a Assembleia Legislativa na nova sede e com certeza, isso vai contribuir para agravar mais o problema, e eu entendo que com as forças que estão aqui representadas, nós temos a condição de dar uma solução e uma solução rápida para esse problema. Então vamos apresentar o vídeo, logo após o vídeo da SUGESP, abrimos a fala a Mesa e logo após a todos os participantes.

**(Apresentação de vídeo).**

**O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias)** – Antes do vídeo, registrar a presença do senhor Dr. Antônio Rebelo, Diretor Geral Adjunto do DETRAN.

**(Apresentação de vídeo).**

**O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente)** – Trânsito muito louco aí não é. Agora a apresentação da Doutora Josiane.

**A SRA. JOSIANE BEATRIZ** - – Eu cumprimento a todos, meu bom dia, bom dia a todos da Mesa, eu sou a engenheira Josiane, faço parte do quadro do Governo do Estado de Rondônia. Temos um trabalho que tem sido desenvolvido dentro da SUGESP, inclusive que se iniciou dentro do DER porque o DER foi responsável pela construção das obras, e esse trabalho, ele visa a melhor ocupação daquela área do entorno. Elaboramos o material e gostaríamos de apresentar aos senhores. Esse material trata do cumprimento de exigências legais para fins de ocupação plena da área do Palácio Rio Madeira. Inicialmente vamos demonstrar a demanda que temos dentro do Palácio Rio Madeira na quantidade de usuários que nós temos nas edificações. Nós temos um número de usuários teóricos demonstrado por edificação, de acordo com a capacidade de cada prédio, nós temos dois prédios retos, cada prédio reto tem 5 andares, cada um desses prédios abriga cerca de 500 servidores. Então, apenas os prédios retos, eles abrigam 1.000 servidores, que são os servidores da SEDUC e da SESAU. Os prédios curvos, eles tem um andar térreo, mais 6 pavimentos com capacidade cada um para 1.680 servidores. Então, apenas nos prédios curvos, nós temos hoje desempenhando suas funções um público fixo de 3.360 servidores. O edifício central que é o Palácio Central, ele apresenta hoje já um contingente de 600 servidores e ao término da ocupação nós teremos 1.200 servidores. O palácio como um todo, ele é composto por 5 prédios que são: os 2 prédios retos, 2 curvos e o edifício central. Nós temos um público fixo então dentro dos prédios de servidores de 5.560 usuários e um público flutuante conforme levantamento e apontamento da Casa Militar no sistema de monitoramento de dados que já atingiu um público de 3.500 usuários, isso quer dizer, que apenas o Palácio Rio Madeira apresenta uma quantidade entre fixo e flutuante de 9.060 usuários dentro das instalações do Palácio Rio Madeira.

Este é um demonstrativo do nosso sistema de coleta que demonstra que apenas ontem nós tivemos e ontem não foi um dia atípico, foi um dia normal, o Governador atendeu apenas no período da manhã, nós tivemos um público visitante de 2.400 usuários. Então, nos períodos de cadastramento, nos períodos de Assistência Social, nós temos picos, como no mês de agosto que chegou a ultrapassar os 3.500 usuários flutuantes e isso apenas flutuantes, sem contar os servidores fixos que já extrapolaram os 5.000 servidores. Bom, como nós temos atendido esse público? Nós estamos atendendo esses 9.060 usuários atuais com os estacionamento que nós temos implantados, os estacionamento que nós temos hoje implantados dentro do Palácio Rio Madeira totalizam 805 vagas, dentro da ocupação prevista por normas, porque nós temos visto que para melhorar a quantidade de ocupação, os servidores fazem fila dupla no estacionamento e essa

quantidade normalmente ela é extrapolada, mas a quantidade normalizada de vagas dentro do PRM hoje é de 805 vagas.

Estamos terminando a construção de um estacionamento que foi previsto no RIT do Palácio Rio Madeira, o RIT que é o Relatório de Impacto de Trânsito, ele previu o estacionamento onde era a antiga regional, na avenida Padre Moretti, próximo da Avenida Farquar, que conta com 422 vagas, esse estacionamento já foi pavimentando pelo DER, nós estamos fechando agora a parte de segurança com construção do muro lateral, para que nós possamos já destinar ali 422 vagas. Esse estacionamento, foi previsto no projeto inicial de implantação do Palácio Rio Madeira e no momento de projeto, ele já previa atender os usuários do palácio e ali ficariam vans que já estão sendo providenciadas para que possa fazer esse trânsito de pessoas e também o atendimento da frota do Estado que ao invés de impactar dentro do Palácio Rio Madeira, ficará localizada dentro desse estacionamento. Mas, é fácil de nós vermos que a gente ainda não atingiu a quantidade total. Dentro do RIT também, é previsto, onde existe o IDARON, deverá ser demolido e ali também nós teremos 100 vagas.

O RIT prever, ainda, a abertura da Rua José de Alencar, porque ela foi interrompida pela construção da Escola Infantil Padre Moretti, perdão, Marise Castiel, essa escola será demolida, conforme previsão do RIT e exigência da SEMTRAN, para construção de um estacionamento com 76 vagas. Bom, para atender os 9.060 usuários, eu tenho então, ao final de tudo isso, um total de 1.403 vagas e se eu não contar com a demolição da Escola Marise Castiel eu teria então hoje 1.225 vagas.

Numericamente é visível a demanda que tenho e a carência de estacionamento. A carência de estacionamento seria, é obvio que nós não estamos falando que todos os usuários cada um possui um veículo, nós temos cerca de 30% do usuário como proprietário de veículo. Para atender essa situação eu teria que ter hoje no mínimo 2.500 vagas, e como poderia resolver isso? Nós podemos resolver isso conforme previsto já e exigido pela SEMTRAN e pelo Ministério Público com a construção do edifício garagem, que é uma exigência que faz parte da documentação do PRM.

Então nós temos que iniciar a implantação do RIT. A implantação das exigências das medidas mitigadoras e compensatórias do RIT faz o quê? Para atender o Código Brasileiro de Trânsito e para atender as exigências do local, toda a área do entorno do Palácio Madeira, assim como de outros empreendimentos é uma área de proibição de estacionamento. Então se você pegar o nosso projeto de sinalização, você vai ver que nas vias do entorno, na implantação do RIT todas essas áreas da Rua Pio XII, da Av. Farquar são áreas de proibição de estacionamento. Todas essas áreas vão ser contempladas com placas de proibição de estacionamento o que aumenta a minha dificuldade operacional no entorno. Porque hoje nós temos estacionados naquela área apenas na parte externa, cerca de 400 veículos rotativos, gerados pelos polos SESC, SENAC que são escolas que tem ali que não tem estacionamento, por usuários do PRM que não conseguem estacionar seus carros nos estacionamentos internos, pela Defensoria Pública que recentemente construiu suas instalações ali nas proximidades, pela EMATER e por outros serviços que nós temos; supermercados e padarias que também empatam o trânsito.

Mas eu não posso tratar a questão do trânsito naquela área como sendo uma situação individual do Palácio Rio Madeira ou da Defensoria Pública, por quê? Eu tenho uma área de polos geradores potenciais e que todos eles impactam realmente na situação de trânsito do local. Então eu tenho a Defensoria Pública, o Palácio Rio Madeira, o SESC/SENAT, o TJ, Tribunal de Contas, o Ministério Público que dentro daquele quadrilátero impactam na situação de trânsito do local. Nós enviamos através da Casa Civil recentemente ao Ministério Público e ao Tribunal de Justiça a solicitação de informação da quantidade de público rotativo flutuante e fixo daquelas edificações para que pudéssemos determinar também a carência gerada por aquelas edificações no entorno. O que se pretende é atender de forma plena as necessidades daqueles usuários, não apenas imputar ao PRM a responsabilidade de resolver o problema de entorno, por que não se trata de uma responsabilidade exclusiva de qualquer um dos polos geradores e sim de todos os gerados de impacto de trânsito no entorno.

Bom, nós temos que cumprir exigências legais e o Palácio Rio Madeira ele tem prazos que foram impostos para isso. Através de um documento de 16 de julho de 2014 emitido pela SEMTRAN nós temos um prazo que para a construção do edifício garagem que é exigência do nosso RIT que foi estabelecido de três anos a partir de uma instrução emitida em 2010. Então esse prazo para a construção do edifício garagem para nós, já é um prazo que deveria ter sido cumprido. Nós temos a documentação do próprio Ministério Público que em vistoria a área constatou a grande dificuldade de estacionamento, tanto dos visitantes, quanto dos usuários daquele setor.

E temos recentemente a partir de um trabalho que foi apresentado um prazo que foi concedido pelo Ministério Público para que nós solucionássemos a questão dos usuários do PRM e para que nós fizéssemos a implantação do RIT dentro de um prazo de 150 dias contados a partir do dia 17 de agosto. Isso quer dizer que nós temos até o dia 17 de janeiro para retirar todos os veículos que estão estacionados no entorno para abrigar esses veículos de forma ideal e para dotar aquela região de estacionamento de forma a atender a operação civil pública que está se desenvolvendo no Ministério Público do Estado de Rondônia. Essa demanda ela apenas consegue ser suprida com a provisão de novos estacionamentos, eu não tenho como falar que nós vamos resolver e tirar aqueles carros dali sem ter outra forma deles estacionarem. De acordo com a exigência legal nós temos que construir um edifício garagem. Nós temos uma exigência de construção de um edifício de 500 vagas, só que essas 500 vagas são insuficientes para atender as necessidades do entorno.

Este edifício garagem tem condições de ser construído hoje dentro dos terrenos disponíveis do Governo do Estado de Rondônia na área do entorno, onde hoje localiza-se o terreno da EMATER, com a possibilidade exclusiva de construção naquele local de um edifício garagem para atender até 1.760 vagas. E dessa forma nós teríamos a possibilidade dos servidores estacionarem em frente ao Palácio Rio Madeira e se deslocar para dentro do prédio através de uma passarela passando por sobre a pista. A solução é uma solução legal, é uma exigência legal, nós precisamos disso e conforme discutimos recentemente, juntamente inclusive com o Procurador de Estado Doutor Glauber na presença do



engenheiro da Assembleia, que era o engenheiro Rodrigo, que vocês conhecem que foi uma das pessoas que trabalhou no projeto de planejamento do Governo do Estado para a implantação do PRM aquelas áreas que está dentro do estudo de implantação já eram previstas para a implantação de estacionamento.

Então quando se preparou e pensou na execução do Palácio Rio Madeira naqueles locais de entorno já se sabia da necessidade de se transformar em estacionamento, fez parte do estudo inicial de implantação de empreendimento, a área que nós temos hoje de estacionamento desde o início do projeto ela é a área prevista para ampliação do empreendimento. Quando nós pensamos em um empreendimento da categoria do Palácio Rio Madeira nós sabemos que ele não é o empreendimento para cinco ou dez anos, que o Governo tem que ter condições de ampliar. Se você observar o projeto do Palácio Rio Madeira ele foi construído na metade do terreno e a outra metade destina-se a área para ampliação do empreendimento.

Agradeço aos senhores. Se alguém tiver alguma colocação eu estou à disposição.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente)** – Obrigado Doutora Joseane. Passemos a palavra ao Doutor George Alessandro.

**O SR. GEORGE ALESSANDRO** - Deputado Luizinho Goebel, Deputado Alex Redano, Ezequiel Neiva Subchefe da Casa Civil, na pessoa de quem saúdo a todos os membros da Mesa, a Isis da SUJESPE, a Secretária a quem cumprimento as mulheres e senhoras presentes.

Estive olhando aqui a apresentação e essa questão, parabéns a colega. É tudo uma questão de respeito, disciplina e ordem. Ordem, educação e ordem. Tem um livro de Dostoiévski que fala sobre, ele já dizia a 100 anos que as três piores coisas do mundo é a fome, a guerra e a ignorância, e a ignorância. Se nós não cumprirmos a legislação, se nós não nos juntarmos e aqui é importantíssimo os Poderes, a iniciativa do Deputado da Assembleia, mas também da Prefeitura que esteja nesse processo junto com a gente. Tenho notícias de que nós temos um inquérito que está no Ministério Público com ações mitigadoras que o Estado deve fazer, e temos um prazo até o começo de final de janeiro de 2016 para já em fevereiro poder já estar com essas ações todas em andamento, em ação e um inquérito no Ministério Público. E digo mais, tudo o que nós fizemos Deputado, aqui no trânsito, e eu vejo o DETRAN aqui presente e vejo o Coronel Caieiros ali atrás, tudo salva vidas, diminui o custeio da máquina, diminui o custeio da saúde nos hospitais. Esse percentual de gente que é acidentada no trânsito, então muito boa a sua ideia de falar o que estava falando aqui, falou no início de montarmos uma comissão multidisciplinar pelos poderes, por esses prédios pra que nós com os engenheiros de trânsito, para que a gente faça uma peça técnica e diga: "Oh! O melhor traçado é esse, o melhor formato é esse". De que forma que o Estado pode ajudar? De que forma que a Assembleia pode ajudar e a Prefeitura e todo mundo.

Então, cada um ter a sua caixinha de responsabilidade nesse processo todo. O trabalho do Estado só se conforma com o trabalho da Prefeitura também, é importante falar nisso

e nesse complexo de prédios que estava vendo aqui a Joseane falar está chegando a Assembleia, um prediozão, grande, bonito que está deve inaugurar ano que vem com mais centenas de vagas e estacionamento e piorando se nós não tomarmos a decisão agora, piorando o trânsito ali. Já teve alguns acidentes, parece que teve uma morte aí nos últimos dias, ali no trânsito.

Vinha vindo para cá, eu vou falar aqui como leigo, não tem a tartaruga, as faixas de trânsito estão apagadas, quem é do interior não sabe, quem vem de fora do Estado não conhece que tem que parar ali, quem é do interior também não e aí o trânsito vira o caos que a gente viu aí no início. O Estado vem por sua vez fazendo o seu trabalho, tem esse inquérito no MP, as ações até fevereiro de 2016 acho que a Isis vai dizer com mais detalhes, nós estamos Deputados à disposição para minimizar esse problema e montar essa equipe toda que o senhor falou e eu vou pedir para fazer uso da palavra porque tem uma reunião sobre Orçamento agora com todos os Poderes no CPA: Tribunal de Contas, MP, Assembleia, estão todos lá. Então, eu vou pedir licença para sair por isso que eu pedir para fazer uso da palavra primeiro.

Obrigado pela iniciativa, parabéns, conte com o Estado aqui nessa montagem da equipe nova.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente)** – Obrigado Dr. George. E quando o senhor fala, nós realmente tivemos aqui um acidente e veio a óbito uma servidora aqui da Assembleia Legislativa exatamente numa faixa de pedestre, porque a pessoa era de fora, não tinha conhecimento e acabou a nossa servidora aqui da Assembleia Legislativa vindo a óbito num acidente aqui na Farquar.

Eu conversava com o Secretário Pimentel e eu vejo a grande preocupação dele com a solução da melhoria do atendimento da saúde pública e ele falou, eu perguntei a ele: meu Secretário, qual o maior problema que o senhor tem na saúde hoje no Estado de Rondônia? Ele falou: "o maior problema da saúde é o trânsito", porque 70% dos internamentos de média e longa internação no hospital João Paulo, está aqui o nosso Diretor do Hospital o Dr. Caieiros, média e longa internação 70% dos internados dos pacientes é de acidente de trânsito e daí desses 70%, 75% é Porto Velho.

Então, realmente é um índice extremamente preocupante. Por quê? Porque custa caro e exatamente esse paciente que fica internado por um longo prazo ele está tirando a vaga de um outro paciente que poderia estar sendo atendido só que nós temos a possibilidade de melhorar a questão de trânsito no Estado.

Então, obrigado Dr. George pela presença, agradecemos e estamos à disposição também.

Com a palavra agora o nosso Comandante da Companhia de Trânsito Major De Lima.

**O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias)** – Enquanto caminha o Major De Lima, para fazer uso da palavra registramos a presença da Exm<sup>a</sup>. Sra. Ana Lopes Bastos, Vice-Prefeita do município de Pimenta Bueno; e do Dr. Moacir Figueiredo. Moacir Figueiredo, representando a Polícia Civil, ele que é da Delegacia de Acidentes de Trânsito.

E mais uma vez Excelência comunicar aos presentes que o Deputado vai passar a palavra aos componentes da Mesa e as senhoras e senhores que queiram fazer uso da palavra podem erguer a mão.

**O SR. MAJOR DE LIMA** – Senhoras e senhores bom dia! Queria cumprimentar a Presidência desta Mesa, Deputado Luizinho Goebel, companheiro nosso lá de Vilhena, Cone Sul e na pessoa dele todos os componentes da Mesa; na pessoa do Dr. Antônio Manoel, nosso Diretor Adjunto do DETRAN saúdo a todos os presentes aqui nesta Casa.

Bom, oportunamente foi passado aquele vídeo e através daquele vídeo a gente identificou uma série de problemas e eu vou discutir alguns deles com vocês, mas antes de tudo quero parabenizar Dra. Joseane, pela apresentação, pela preocupação e o zelo que teve na montagem da apresentação muito bem feita e realmente traduz parte do nosso problema aqui na área do CPA.

Bom, só para aquecer as palavras do nosso Secretário da SEPOG, ele comentou, falou a palavra disciplina e ordem, e algo que tem sido negligenciado pela população, pelos usuários da via aqui, no entorno do CPA e também o que o Deputado Luizinho Goebel colocou a respeito da saúde pública, realmente uma vítima de acidente de trânsito traumatizada custa muito caro para os cofres públicos e aí eu posso, eu tenho aqui o Diretor do Hospital, Coronel Caieiros, que pode talvez até aquecer essa informação. Tive com o Dr. Pimentel e ele me confidenciou que em torno de cinco mil reais é gasto diariamente com paciente politraumatizado na UTI no hospital. Isso sai muito caro, porque a gente fez um cálculo mais ou menos, que se a cada vítima, cada acidente de trânsito que a gente consegue evitar, que a gente conseguir evitar, a polícia militar junto com o DETRAN e os órgãos parceiros – SEMTRAN, etc., se a gente conseguir evitar uma entrada no hospital, nós economizamos por dia, uma entrada por dia, nos economizamos por mês, setenta milhões. Isso foi um cálculo bem superficial, setenta milhões de economia para a saúde pública.

Então o trânsito é realmente um problema de segurança pública, mas também de saúde pública, dada a essa informação, a gente percebe a importância do assunto. Bom, questão de tráfego no CPA. Realmente isso é notório e todos concordam que existe um problema de falta de estacionamento, nós recebemos o CPA aqui na região, sem estar preparados para tamanha demanda, nós temos hoje mais ou menos de nove mil e sessenta, não é doutora? Usuários por dia aqui na região e isso impacta grandemente no nosso trânsito. Bom, é uma questão cultural, nós verificamos ali, condutores estacionados em fila dupla, pedestres atravessando fora da faixa, é uma questão mesmo, de educação de trânsito e aí não vou perder muito tempo nessa área porque, a educação no trânsito é fundamental, inclusive digamos assim, é algo em longo prazo, médio e longo prazo e hoje, se negligencia muito na educação. Não se fala em trânsito nas escolas, se fala às vezes numa matéria transversalmente, mas não se fala em trânsito, trânsito não é uma matéria e o código de trânsito brasileiro prevê carga horária, inclusive para ser falado sobre trânsito nas escolas e, até hoje, desde noventa e sete, nós não fazemos isso. Bom, então vou ter, travessia fora da faixa, fila

dupla, estacionamento irregular aonde não era permitido estacionar, haviam veículos estacionados e aí vem a questão. Bom então já é uma situação, já é um caso de polícia, porque quem pode colir isso, quando falha a educação, quando a cultura falha, quem que entra para correção? É a Polícia Militar, é o DETRAN, é a SEMTRAN. Então só para fins de esclarecimento, nós, até duas semanas atrás, não tínhamos competência para atuarmos no trânsito, referente a estacionamentos na cidade. Considerando que a Polícia Militar tem a competência de realizar o policiamento de trânsito e a fiscalização de trânsito, e esse segundo mediante convênio. Nós temos o convênio com o DETRAN, então nós podemos atuar no trânsito, fiscalizar o trânsito referente à documentação, condições do veículo, etc. Nós não tínhamos o convênio com a SEMTRAN, desde o ano passado havia encerrado o convênio, e agora já temos novamente. Então nós podemos passar, desde então, atuar, no estacionamento, conduta, circulação, etc., hoje nós já temos essa ferramenta para atuar. Bom, então quando falha tudo, entra a Polícia Militar, entra a SEMTRAN. Mas, para isso também, nós precisamos ter uma sinalização eficiente, e foi falado também, inclusive eu cometi um erro. Eu parei para almoçar em um restaurante, já tem meses atrás, acho que foi final do ano passado se eu não me engano, e, eu estacionei o meu veículo em cima da faixa de pedestre. Mas como comandante do trânsito? Eu não vi, estava praticamente apagada a faixa de pedestre. Então, da mesma forma que eu, que tenho essa atenção a esse tipo de sinalização da via, eu não vi, imagino o usuário da via que não tem essa preocupação, não tem essa responsabilidade, eu tenho essa responsabilidade, imagina quem não tem. Muito bem, então a sinalização ela precisa ser melhorada realmente, eu identifiquei no vídeo também falta de calçadas para trânsito de pedestres próximo ao Tribunal de Justiça, e ali precisa ser melhorado porque força o pedestre a disputar espaço em via pública com os veículos. Bom, e o nosso maior gargalo hoje na capital, é o transporte público. Inclusive hoje estamos sendo penalizados com a greve de quem trabalha nesse setor, motoristas, cobradores e etc. Então, nós estamos com uma greve e estamos com problemas. Mas o problema não é a greve, já é preexistente, nós temos um transporte público de péssima qualidade. Contudo, já ciente disso, assisti uma apresentação da SEMTRAN sobre as melhorias, as propostas de melhorias para o transporte público. Acredito que se aquilo der certo, nós vamos ter um transporte público de qualidade em poucos anos, aqui, na nossa capital. E é necessário, porque esses nove mil usuários, praticamente quase todos esses usuários do CPA, vão para o CPA com transporte individual. Pode ser até que ele não estacione o carro no estacionamento do entorno do CPA, mas o marido leva, o pai leva, alguém leva, então vai impactar da mesma forma no trânsito, no uso do trânsito, na redondeza do CPA. Então, são 9.600 por dia. Nós precisaríamos fazer com que a nossa população utilizasse o transporte público. Hoje não tem como a gente propor isso para nenhum funcionário do CPA porque ninguém vai usar transporte público. A partir do momento que eu, como Major da Polícia Militar, que o senhor Prefeito, que o senhor Deputado Luizinho, que o senhor Governador, etc., puder utilizar o nosso transporte

público, a gente pode exigir que a população use. Mas não tem condição. A gente vai à Nova York, por exemplo, o metrô, você verifica lá, o Prefeito de Nova York utilizando o metrô, transporte público. Então a questão é realmente cultural que nós temos que vencer e qualidade do nosso transporte público. Bom, não há como deixar de observar que nós temos uma frota, mais ou menos, em torno de 240 mil veículos aqui na capital, ao passo em que nós temos um crescimento contínuo dessa frota, em torno de 15 mil/ano, e tende a aumentar, por falta de transporte e hoje é muito fácil você comprar um veículo, você comprar uma moto. São várias promoções, então muita gente está assumindo direção de veículo e vai aumentar cada vez mais essa frota e também acaba impactando em torno do CPA. Então, são esses pontos que nós verificamos. O que a Polícia Militar pode fazer? Só uma pergunta, alguém da SEMTRAN encontra-se presente?

Esse assunto, Deputado, não deveria prosseguir sem a presença inclusive da SEMTRAN. A SEMTRAN é o órgão principal da nossa reunião, em razão de que a competência para sinalizar, regulamentar a via é da SEMTRAN. Nem o DETRAN, nem a própria Polícia Militar pode fazer isso. A Polícia Militar pode, no máximo, auxiliar na fiscalização de trânsito no entorno do CPA. De que modo? Verificando questões de estacionamento, questões do uso da via, estacionamento em cima da faixa, travessia na faixa de pedestre. Apenas isso a gente pode estar fazendo, no mais, precisa, sim, melhorar a questão de estacionamento da área e precisa melhorar o nosso transporte público.

Eu coloquei aqui uma observação, duas observações que podem servir aqui como propostas, Deputado. Uma delas seria, a Dra. Josiane comentou, da construção do edifício garagem na área da EMATER. Eu vou um pouco além, poderia ser feita, inclusive, dentro do próprio estacionamento do CPA, mas por questões técnicas não pode ser construído ali. Facilitaria porque evitaria o trânsito dos pedestres na frente do CPA. Bom, e uma proposta que eu não sei a sua viabilidade, não parei para pensar sobre isso, me veio a mente agora, tem que amadurecer, seria, talvez, a mudança do horário de funcionamento do CPA. Hoje o horário de funcionamento do serviço público, compete com escolas, com comércio, todo mundo vai ao mesmo tempo para o trabalho. Então, de repente, a possibilidade de verificar parte do efetivo que vai para o CPA vai ao horário previsto, de 08 horas, sete e meia, oito horas; outra parte, ou na parte da tarde ou num outro horário diverso do horário das 08 horas. Não sei a sua viabilidade, mas fica como proposta para estudo. A gente conseguiria diminuir aqui, talvez a metade do trânsito naquele horário de chegada dos funcionários. Então, estou à disposição de todos, não só nesta Audiência Pública, mas na Companhia de Trânsito, quem quiser tirar qualquer dúvida ou conversar, tomar um café, estamos à disposição para discutirmos o assunto. Obrigado e um bom-dia para todos.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente)** – Obrigado, Major De Lima e já passamos na sequência a palavra ao nosso Coronel Comandante Geral do Corpo de Bombeiro Silvio Rodrigues.

**O SR. SILVIO LUIZ RODRIGUES** – Bom dia a todos. Deputado Luizinho Goebel que preside essa Audiência Pública em seu nome cumprimento os demais integrantes da Mesa, Ezequiel

Neiva, e todos os demais presentes, em nome do Coronel Gregório, Corregedor do Corpo de Bombeiro que me acompanha, dos amigos Jaime e Caieiro e da Ana, eu faço um fraternal abraço e faço uma recomendação especial em nome da Ana e da Isis, as mulheres que estão aqui presentes. O Corpo de Bombeiro neste contexto, a gente quer basicamente pontuar algumas questões. Nós tivemos cerca de duas semanas, eu sou formado em economia e essas coisas acabam a gente fala em trânsito, o De Lima falou muito bem e o George também comentou sobre gastos, o senhor Deputado falou sobre gastos. E nós tivemos uma reunião da Liga de Bombeiros, Liga Nacional de Bombeiros que reúne todos os comandantes, e uma das tratativas lá foi sobre desencarceramento veicular, retirada de vítima presa em ferragem em decorrência de acidente de trânsito. E os dados atuais dizem que uma morte, obviamente morte, isso computa desde a placa de trânsito que eu vou ter que colocar o tempo em que o policial militar fica no local do trânsito, as perdas veiculares, os gastos com saúde, com funerária enfim, um milhão de reais, uma morte, uma morte custa hoje dados atuais, um milhão de reais. Então isso que o De Lima, comentou aqui, tem todo um componente econômico muito forte que nos leva a trabalhar e pensar nisso, pensarmos em trânsito e insegurança porque uma morte no trânsito hoje dados atuais, um milhão de reais. Eu penso dentro de outro contexto que quando nós conversamos nas escolas, nós estamos sempre preparando as gerações futuras, a geração nossa por incrível que pareça ela se conscientiza é com multa, se nós não instituímos, por isso que a SEMTRAN, eu reforço o que o De Lima falou, se nós não instituímos multas, obviamente que tudo sinalizado, tudo com escopo devido, mas onde pesa no bolso a cultura melhora, isso é notório. Eu quero pegar um exemplo, o Rio Grande do Sul, alguns anos nas rodovias estaduais, uma lei da Assembleia local obrigou os então usuários de trânsito do Rio Grande do Sul, durante o dia utilizar os faróis ligados de veículos, isso diminuiu acidentes de trânsito o fato de os faróis estarem ligados. Eu e o Coronel Gregório, somos mais antigos aqui, somos de uma época e o Caieiro, vai concordar com a gente nisso, a grande maioria desses acidentes de trânsito que o Deputado falou de 70%, do contexto geral, dos 70% de acidentes a grande maioria ou 70% disso envolvem motos, principalmente aqui. Então, eu sou de uma época, eu e o Gregório como eu dizia que as motos tinham o mata cachorro, e aquilo não era para matar cachorro, aquilo era para proteger joelho, aquilo era para evitar uma quantidade maior, um gasto maior com a segurança e proteção as pessoas, por uma questão de estética isso de alguns anos perdeu-se, e hoje a proteção lateral é a perna da gente. E hoje, o Caieiro, tem uma sobrecarga enorme, o secretário Pimentel fala nisso, isso é notório, Então, eu penso que nessa Casa, a gente poderia pensar nesse tipo de coisa, e moto durante o dia em Porto Velho, farol ligado, porque facilita para o cidadão ver, facilita para uma moto enxergar a outra porque é uma coisa que, e os números mostraram e mostram isso, diminui, isso é uma política que diminui. Eu tenho certeza que se a gente falar em mata cachorro, obviamente que alguns vão argumentar sobre a questão estética, estrutural ou coisa assim. Mas em falando de saúde, falando de prejuízos a questão de pessoas, de segurança das pessoas, eu tenho certeza que uma medida

dessas reduziria e muito as internações lá para o Coronel Caieiro, eu não tenho dúvida disso. Falando em específico então, sobre a questão aqui do CPA, a gente tem acompanhado o trabalho da Isis, a corporação de uma forma geral está fazendo esse trabalho também no tocante ali a questão da EMATER, vamos auxiliar com laudo devido para que a gente possa dar um encaminhamento o mais rápido possível. A gente faz um atendimento de porto Velho de uma forma geral, tem uma relação muito boa com a Secretaria Municipal de Saúde, estamos hoje nas UPAs já atendendo em parceria então com a Prefeitura, e realmente a SEMTRAN teria por obrigação de está aqui, ou ter alguém aqui porque isso que é pautado, isso que é falado aqui, se não chegar aos ouvidos da SEMTRAN é uma conversa que vai faltar um interlocutor fundamental nesse contexto nosso. De forma que eu até pediria que de alguma forma a gente pudesse oficializar o Secretário Gutemberg, para que ele venha numa ocasião futura, porque isso não é uma coisa de agora, é uma questão de cultura e de tempo também para que a gente possa evoluir e crescer enquanto cidadão, porque isso aí também é cidadania, isso também é tirar como o George falou, é tirar da ignorância. Então, no mais eu deixo os meus agradecimentos, nos colocamos a disposição, eu vou ficar um pouco mais à Mesa e quero pedir as minhas escusas porque às onze horas eu tenho uma audiência com o vice-governador, já agendada desde segunda-feira e eu tive essa pauta, recebi ontem por intermédio do assessor do Deputado Luizinho que pessoalmente esteve comigo e nos convidou e viemos eu e o Coronel Gregório que vai me suceder depois aqui. No mais, muito obrigado e um bom-dia a todos.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente)** – Obrigado nosso Comandante.

**O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia)** – Deputado Luizinho Goebel, Presidente dessa Audiência Pública, registrar a presença dos Excelentíssimos Senhores Vereadores Valmir Maciel, Edmar Lopes, da Câmara Municipal de Cerejeiras.  
Obrigado pela presença.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente)** – Registro também a presença do Prefeito de Pimenteiras, João Miranda; mais uma vez dos Vereadores do município de Cerejeiras. E passo a palavra a Dra. Ísis Queiroz, Superintendente da SUGESPE.

**A SRA. ISIS QUEIROZ** – Bom dia a todos. Através do Deputado Luizinho, eu cumprimento à Mesa, todas as autoridades, a presença do Secretário Chefe, subchefe da Casa Civil Ezequiel Neiva; cumprimento a todos; o nosso companheiro Secretário Luiz Gomes aqui presente; o Coronel Rodrigues, a todos os presentes, a todas as autoridades. E primeiramente eu gostaria de parabenizar a iniciativa da Assembleia através do Deputado Luizinho, porque um momento como esse nos oportuniza não só esclarecer a população, como um debate, uma reavaliação de tudo que vem ocorrendo e até mesmo uma prestação de contas do que está sendo executado e como as coisas estão sendo processadas para que tudo se normalize para que o cidadão, em geral, os servidores consigam ter, não só acesso ao trabalho, como acesso o direito de ir e vir garantidos. Então, parabéns Deputado por essa oportunidade. Dizer, que assim a

engenheira Josiane fez aquela explanação, que é uma explanação mais técnica que demonstra em números, que nós sabemos como ela mesma preconizou, não é um problema só do Executivo Estadual com o Palácio Rio Madeira que na verdade anteriormente já abrigava ali a Esplanada das Secretarias, com um contingente não igual, mais não num percentual tão superior hoje em dia, os servidores retornaram para lá. Mas, nesse meio tempo alguns outros órgãos foram sendo construídos com suas sedes no entorno e alguns outros se ampliaram de público. Isso causa impacto sim no trânsito, isso causa impacto sim nos estacionamentos e por sua vez o próprio estacionamento não sendo garantido também causa impacto novamente no trânsito e vira um círculo vicioso. Então, hoje nós temos problemas administrativos em geral e aqui eu posso testemunhar a situação do Palácio Rio Madeira, que a SUGESPE devido à ocupação do palácio, por lei, ela tem a obrigação de viabilizar essa melhor ocupação de dar subsídio, de manter esse Palácio Rio Madeira em funcionamento, e ali se concentram todos os problemas identificados tantos pelos órgãos, pelos servidores e até as queixas da população quanto ao Executivo com questão ao prédio, acabam se concentrando nessa ouvidoria da própria SUGESPE. Então, hoje, nós temos problemas diversos desde que o servidor chegue atrasado para as suas funções, porque ele tem dificuldade realmente para, até para adentrar nos estacionamentos, como para encontrar vagas suficientes para estacionar e também tem dificuldade depois, acaba parando em local indevido e aí pergunta-se: Então, porque houve a ocupação do palácio? Por uma necessidade, na verdade acabaram situações surgindo como a própria SEDUC que teve um problema no prédio, que estava sendo, esse prédio acabou sendo, tendo problema, foi condenado, havia perigo e o prédio estava construído, estava pronto e nós não tínhamos os estacionamentos. Como a engenheira preconizou, isso foi planejado lá atrás, não foi pela SUGESPE, nós pegamos uma obra que já tinha acontecido, a engenheira Josiane é bem antigas no quadro e foi, houve uma programação de que naquele momento todos aqueles prédios do entorno já estariam liberados e até mesmo um edifício garagem construído. Mas, no dia a dia não acontece bem assim, houve até um 'TAQ' que nós conseguimos superar com todas essas medidas que começaram a serem adotadas pelo Executivo estadual e aí veio a SEDUC, veio à própria Procuradoria Geral do Estado acabou que vir e ocupar um espaço que antes não era nem seu, que estava pronto e por conta também de problemas no prédio e depois que começou a ocupação vieram outras dificuldades como até mesmo a questão financeira, por que os alugueis pesaram, nós vimos a crise econômica nacional que começou a invadir e o Estado tem se mantido no azul com algumas medidas necessárias e uma delas foi consolidar e trazer todos para o mesmo local. Entendemos que essa medida também de abrigar logo a todos e trazer todos para essa unidade acabou até facilitando um pouco a questão do trânsito, minimiza um pouco por que acaba mais essa situação de ir e vir entre órgãos em diferentes localidades do município, queira ou não queira isso acabou facilitando e a cada vinda de um órgão, por que exemplo, nós temos a CGE lá fora, cada vez que o servidor sai para ir até a CGE e cada órgão precisa da CGE, que virá nos próximos dias, acaba que a movimentação novamente de veículo no ir e vir, e

isso complica também. Nós temos sim já andado nessas situações. Dentre as medidas que nós providenciamos para o Executivo, em vista do Executivo, nós já estamos retiramos os trezentos veículos de frota de Estado que ocupavam ali o Palácio Rio Madeira e como a engenheira Josiane falou, já até redirecionamos para esse outro estacionamento próximo, mas não ali dentro, no entorno para minimizar essa situação. Além disso, a frota única do Estado já começou, já está em funcionamento, houve uma determinação do Governador e até mesmo os Secretários passaram a utilizar os veículos conjuntamente, diminuindo e nos próximos dias a gente já consegue até ampliar essa situação, de trezentos nós vamos parar em cento e vinte veículos, por que como estamos todos ali quando alguém não está utilizando o veículo quer seja administrativo, quer seja de representação, ele pode ser utilizado por outro. Então esse rodízio facilita, e aí nós conseguimos reduzir os veículos e esse ir e vir. Além disso, os Secretários de Estado já passaram a utilizar, já conseguimos liberar o estacionamento do subsolo, todos eles têm vaga lá embaixo e que acaba sendo ocupada por esse único veículo e isso já impacta menos. Nós abrimos então esse anexo para quatrocentos e vinte vagas, como não foi possível por questões orçamentárias lá ainda não se iniciou também o edifício garagem e se pretende no futuro, mas nesse momento a necessidade era de minimizar imediatamente esse impacto causado, até porque esses outros órgãos já começaram a se mudar, e essa ocupação final tem que acontecer até o início do ano que vem. O levantamento de todas as áreas do entorno apesar dele ter sido feito no passado também pelo DER, o nosso Coordenador Geral de Patrimônio está aqui o Fortunato, tem acompanhado conosco mensalmente essa questão e levantado todos os terrenos possíveis para que fossem ocupados. Existiu inclusive o terreno da Conab que poderia ter vindo para o Estado e nós não conseguimos viabilizá-lo até por que além de passar um terreno, para entrar num acordo seria no mínimo dez milhões de reais de início não é isso Fortunato? Em torno de dez milhões e o Estado não tinha esse recurso inicialmente e também depois não conseguimos avançar numa negociação, que seria um espaço que também poderia complementar, ou seja, todos os espaços possíveis que tivessem capacidade, e a própria engenheira falou aqui para construir o edifício garagem, existe toda uma normatização, tem uma questão de entorno, tem um aproveitamento de área e não foi possível. E ainda existem ali limitações de andares, de quantidades de andares que podem ser construídos em área. Então se a área for muito pequena ela não tem capacidade nenhuma ou ela teria que ter muitos outros andares para superar para chegar, por exemplo, a Marise Castiel se nós formos construir um edifício garagem lá na Escola como está previsto que vai ser usado para estacionamento também, ela teria que ter em torno de vinte andares não é isso? Vinte andares para chegar a mil vagas, é um empreendimento caríssimo, demorado de construção e mesmo assim o impacto ele é mínimo em torno das outras vagas. O aditivo contratual, nós tínhamos providenciado um contrato de acessibilidade e segurança sugerido pela equipe multidisciplinar do SUGESP, essa equipe ela contempla engenheiros, tem engenheiros que inclusive são bombeiros cedidos pelo Corpo de Bombeiros, como bentos, tem engenheiros eletricitas, todo tipo, é uma equipe multidisciplinar mesmo para cuidar dessa

situação. E nesse aditivo nós temos esse contrato que ele contemplou o acesso e nós percebemos que esse acesso era demorado, então dentro das medidas nós também já estamos providenciando o aditivo contratual para que possam ser identificadas as placas para que esse acesso aos estacionamentos também se dê com maior rapidez e nós próximos dias nós devemos começar um recadastramento de veículos para que isso ocorra. Então essas são algumas das medidas que já aconteceram. Diante disso nós também já viabilizamos perante a EMATER uma troca com a EMATER que o Conselho aprovou, ali está só a administrativa da EMATER, então o escritório local ele fica ali ao lado do IPEM e o IPEM conseguiu já tem aprovado pelo Estado um terreno no Distrito Industrial. Até porque já estava, como a Engenheira falou, já estava previsto todas essas áreas serem construídas, e para dar andamento nós não fizemos isso antes porque não era possível, simplesmente não se tira os órgãos todos de uma vez, e se constrói algo dessa maneira. Até porque, repito, iniciamos uma ocupação precoce, antes de estarem todas as situações prontas. Mesmo que não houvesse as valas lá atrás no estacionamento existente, se a gente tivesse oportunidade de construir lá atrás onde está o estacionamento, mesmo assim significaria desocupar as 805 vagas que já estão ocupadas hoje, nós também não teríamos local para colocar esses veículos nesse momento. Então entendam, o Governo precisou ocupar, foi uma necessidade, nós falamos aqui de supremacia de interesse público, nós concentrando essas reclamações a população reclama desde que estão estacionados na frente das residências até diariamente vários casos sim de acidentes, nem sempre são vítimas, às vezes choque entre veículos. Nós temos um índice até elevado também de prejuízos aos servidores na questão de veículos e tudo isso vem sendo pensado. Quanto ao ano que vem, a SUGESPE fez um planejamento para esse ano que umas questões não foram possíveis por dificuldades orçamentárias, como por exemplo, campanhas ampliar campanhas de conscientização que nós precisamos trabalhar, nós precisamos avançar. Temos agora esse prazo da ação civil pública que é um inquérito que pode culminar em uma ação civil pública. Os senhores receberam esse documento que prorrogou nosso prazo até janeiro. Essa ação civil pública se ela for em frente ela prevê a desocupação total do Palácio Rio Madeira, significaria retornarmos aquele caos maior que é não ter onde colocar os órgãos, principalmente em situações adequadas para trabalhar. Veja os servidores hoje por mais que o palácio não funcione em toda a sua dimensão que foi prevista com todos os serviços que foram previstos de excelência, mesmo assim as condições dos servidores hoje são outras. E não teríamos para onde levar esses servidores essa é a realidade, ou retornar os aluguéis que eram caríssimos, isso impactava sobremaneira. Dentro das propostas ainda estão a previsão de compra de ônibus, ônibus exclusivo para os servidores do Palácio Rio Madeira que nós pretendemos no PPA do ano que vem esteja, saia contemplada porque isso ameniza, isso não exclui, pelo contrário a situação do transporte coletivo da cidade de Porto Velho. Que até parabenizo as palavras do Comandante, porque nós, como ele falou a questão de cultura, e nós temos que avançar para isso, nós temos que avançar para a ciclovias, o transporte coletivo tem que dar essa mobilidade para todos, a

partir daí termos as ciclovias também porque existe servidores que moram nas proximidades e teriam dificuldade de vir de bicicleta e nós temos uma questão de saúde, muitos querem, mas não é possível ainda, mas nós temos essa previsão. Nestes estacionamentos alternativos que ainda terão que vir além deste edifício garagem nós colocaremos vans de acesso para que alguns servidores possam estacionar lá e a van os traga, como é próximo, os traga para dentro do palácio. Nós temos a previsão de conscientização do carona legal, que é identificar aqueles servidores que tem amizades que possam vir das proximidades, o edifício garagem, frota única e principalmente o RIT. Além disso, quanto aos horários diferenciados não só por questão de economia o decreto 19.462 já terminou o horário de 07:30 a 01:30, mas nós também pensávamos, foi uma decisão do Governador sobre esta questão do impacto de trânsito. Diariamente o tribunal de Contas nos convoca, nos chama para, principalmente o Procurador de Contas Adilson, ele é muito atuante, quando o trânsito para lá na frente do Tribunal de Contas, pra acessar, então diariamente, realmente, quem vai é o Evandro, o Diretor Executivo, nos convoca para mostrar 'olha a situação, o que a gente faz?' O servidor fica parado. Então nós temos propostas que vão além como abriremos vias alternativas de acesso. Um exemplo, eu deixo os meus filhos na escola Objetivo, que é ali próximo, e ali nós não conseguimos ultrapassar nós temos que acabar desaguando na Calama e ficamos muitos minutos ali parados e a Calama naquele caos para descer, enquanto nós temos condições de abrir vias de acesso. Isso é uma sugestão também não é da nossa alçada, a gente tem buscado essas parcerias, mas válido que passamos a discutir.

Então, tudo isso, fomos convocados pela Casa Civil e informados que o Conselho das Cidades vai abordar também Deputado, então essa sua brilhante ideia de termos membros de todos participando no coletivo é fantástico porque até nesse Conselho das Cidades nós temos condições de discutir cada um dos problemas e juntar esses problemas dos outros órgãos, porque nós temos dados nossos que nós estamos demonstrando aqui, mas todos eles juntando com os seus eu tenho certeza que esse impacto é muito maior e um problema conjunto a ser resolvido. E vejo como principal que ninguém mais construa realmente sem as vagas suficientes, eu não falo só das vagas legais, o mínimo legal, eu falo de uma questão como nós estamos tratando administrativamente do Palácio, o mínimo legal para nós não vai resolver porque nós temos os usuários, a população precisa vir até o Executivo e ela precisa ter onde estacionar, e ela precisa ter acessibilidade. O próprio prédio da EMATER, o da IDARON lá atrás, porque é que eles foram vistos? Porque é que eles foram vistos? Porque eles estão próximos, se eu tenho um público de cadeirantes, de idosos hoje, eu tenho reclamações porque eles não conseguem estacionar, o estacionamento rotativo ele é ínfimo, ele não dá cobertura a essa população que busca o serviço público, que busca vir ao prédio público para ser atendido. Então, concentrando tudo isso eu vejo, inclusive, que não é uma alternativa simplesmente chegar e demolir logo de imediato a escola, por exemplo, nós também temos um problema social, nós estamos buscando que a SEDUC consiga um terreno ali nas proximidades que não tire essas crianças da proximidade, mas que possa construir uma escola maior e aí sim nós

retiramos a escola e ela fica ali ainda nas proximidades, mas com vagas, inclusive como creches para todos os servidores. Então nós temos projetos que são viáveis e são possíveis e que vão minimizando a situação e não estamos parados, penso, não só como gestora, mas como mãe também, a situação das nossas crianças passando ali também para irem para a escola, realmente o trânsito impacta, esses acidentes nos preocupam, os danos nos preocupam, então. Ultimamente a Casa Civil também tem atuado e esta Assembleia tem apoiado bastante, o engenheiro Rodrigo que participou do planejamento inicial do Palácio, ele foi gentilmente cedido, o Deputado Maurão encaminhou para discutirmos essa situação e ele esteve conosco e também está, passou algumas orientações e fez uma projeção junto com a engenheira Joseane de tudo o que seria necessário e dizer que nós estamos à disposição não só para receber todas essas orientações. Nos próximos dias nós estamos encaminhando a circular, já podemos avançar nisso, estamos encaminhando a circular para os órgãos propondo esses horários diferenciados de entrada e de saída no Palácio Rio Madeira, porque às seis horas corridas ela pode ter um atendimento fixo da população de 07h30 as 13h30 pelo menos, e pode continuar até com atendimento naqueles que não possa ter interrupção, mas nós podemos ter a representação de atendimento e colocar um percentual de servidores para entrar de meia em meia hora uns 07h30 outros 08h00 isso vai ser debatido via Casa Civil também e Secretaria de Planejamento, nós pretendemos conscientizar os nossos colegas Secretários para que cada um nos apoie nessa situação para que a gente consiga fazer uma escala, tanto vai melhorar na rota de entrada de vinda às vias de acesso como também na questão de estacionamento.

E a qualquer tempo também estamos à disposição para qualquer esclarecimento. Então, mais uma vez obrigada. Um bom dia.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente)** – Obrigada nossa Secretária Isis. E já passamos a palavra ao Luiz Gomes, Presidente da EMATER.

**O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias)** – Enquanto caminha o Sr. Luiz Gomes, registrar a presença do Exm<sup>o</sup>. Sr. Vereador, Amalec da Costa Abreu, da Câmara Municipal de Ariquemes; e Sra. Rebeca Marcelino, representando a Controladoria Geral do Estado.

**O SR. LUIZ GOMES FURTADO** – Eu quero cumprimentar aqui o Deputado Luizinho Goebel, proponente da Audiência Pública; Secretário Subchefe da Casa Civil, representando aqui o Governo do Estado; cumprimentar a Dra. Isis, e em nome dela cumprimentar aqui as mulheres presentes e os nossos companheiros Secretários do Governo do Estado de Rondônia.

As apresentações que foram feitas aqui, elas estão mais do que corretas com relação ao trânsito ali naquele complexo que abriga os poderes executivo, judiciário e num futuro breve, o poder legislativo. Nós estamos acompanhando essa situação há alguns meses e, o Governo do Estado procurou atender, amenizar a questão das vagas para estacionamento por diversas alternativas e, não chegou a um termo que desse garantia de estacionamento para todas as vagas que são necessárias, e aí foi aonde se chegou ao prédio da EMATER/RO. Aquele prédio

foi construído em 1982, foi ocupado em 83, portanto, são pelo menos 33 anos. De lá para cá, nunca foi feita uma reforma naquele prédio e, nós temos assim, uma noção aproximada de que para se fazer uma reforma ampla, geral, para deixar aquele prédio habitável, sem nenhum problema, em torno aí, de três milhões de reais. As estruturas do prédio estão ruins, as lages, está chovendo inclusive nas lages, pingando, que eu acredito, que não sou engenheiro civil, que para um conserto é preciso basicamente refazê-las. Têm problemas no piso. Energia, nós tivemos a visita de engenheiros elétricos da SUGESPE, e nós não tivemos como implantar o programa de eficiência energética, porque na EMATER é o seguinte: foi feito puxadinho, cresceu, e acompanhando a energia, a fiação, sem haver assim, um cuidado mais preciso com relação a isso. Nós temos um documento do Corpo de Bombeiros, sugerindo, determinando mudanças significativas no prédio, para poder continuar um prédio em condições de estar funcionando, de estar recepcionando os empregados da EMATER. Diante de toda essa situação de estacionamento, a SUGESPE nos enviou um documento, oficializando a decisão do Governo do Estado, de transformar aquela área onde hoje é ocupada pela EMATER, em um ambiente para estacionamento. De posse desse documento, o Presidente do Conselho Deliberativo da EMATER, que é o Secretário de Agricultura – Evandro Cesar Padovani, convocou uma reunião do Conselho, apresentou aquele documento e no dia dois de setembro de 2015, foi aprovado por unanimidade, a permuta daquele prédio com o prédio onde funciona o IPEM dependendo somente de um parecer da Procuradoria Geral do Estado. Ficou amarrada essa permuta, em função do parecer da Procuradoria, visando atender as exigências do RIT e as exigências do Ministério Público Estadual, através da Ação Civil Pública que o Governo do Estado tem prazo para ser cumprido. Nós já estivemos com a equipe da Emater, com a equipe da SUGESPE, visitando o andar onde provavelmente vá funcionar a Emater, e dá para perceber a qualidade do ambiente, ambiente muito bom. E também onde nós temos certeza que facilita um controle maior de pessoal, um controle maior de frota, trazendo uma economia para a instituição, em termos de energia, de telefone, de água, em torno de 500 mil reais/ano. Além do conforto que lá no Palácio nos traz. E a proximidade, e agora com a instalação do Palácio Rio Madeira, a Emater ficou bem próxima, mas se nós estivermos num andar próximo à Secretaria de Agricultura, a Secretaria de Fazenda, a SEPOG e a outros órgãos, facilita muito as tratativas no dia a dia. Nós temos somente algumas questões assim, que eu diria, chamaria de desvantagem ou que os funcionários de uma maneira geral, reclamam. A primeira seria a parte sentimental. É um prédio que está todo mundo ali há mais de 30 anos, existe essa situação. A situação histórica da instituição, mas a instituição continua. O prédio é prédio, é um ser inanimado. A instituição continua, mas existe isso. Outra situação seria a questão de atendimento ao produtor rural, que eu já vi algumas pessoas reclamar, mas o centro gerencial da Emater, que é onde funciona, onde está aquele prédio, nós recebemos, no dia a dia, pouquíssimos agricultores, porque tem o escritório local lá vizinho ao IPEM; tem o escritório regional na mesma rua onde era a Federação das Mulheres; tem mais um escritório local ali no Porto Verde, saindo ali próximo da Polícia Rodoviária Federal e tem no Candeias também o

escritório da Emater. Com relação a recepção de produtores nós não recebemos os produtores rurais. Tem aquela parceria da Emater/Governo do Estado, onde a nossa estrutura, estrutura da Emater está recepcionando aquelas pessoas da habitação lá no auditório, lá aonde era a biblioteca e tudo mais. Mas isso tudo é coisa que se adéqua. O que mais pesa hoje, com relação aos funcionários é realmente a questão sentimental, da história, essa coisa toda. Mas nós como dirigente da Emater, a Diretoria, nós temos nos reunido com o Sindicato, com a Associação, e aqui está o Jurandir que é o Presidente da nossa Associação, o Augustinho hoje está representando aqui o Sindicato, mas assim, em termos de economia para a instituição, de controle e de um ambiente agradável, bom para se trabalhar, eu, como gestor da instituição, tenho uma posição favorável com relação a essa mudança. Até porque a Emater não vai ficar sem um novo, sem um local para no futuro, com um projeto de engenharia bem feito, um projeto arquitetônico bem feito, e a busca de recursos externos, nós poderemos, no futuro, construir um prédio lá vizinho ao IPEM que é ligado com o escritório local da Emater/RO e também com a área da Associação dos Servidores da Emater/RO, que aqui está o nosso Presidente. Eu acho que em termos de esclarecimento e de posicionamento oficial da Diretoria da Emater, era isso que nós gostaríamos de deixar esclarecido. A nossa decisão de cumprir com o desejo, a determinação do Governo do Estado para ajudarmos a resolver aquele problema sério de trânsito ali onde funciona o complexo administrativo do Governo do Estado.

Muito obrigado.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente)** – Obrigado Luiz Gomes. Na ordem, nós teremos a palavra agora do Dr. Antônio Rebelo, representando o DETRAN/RO, após Dr. Leonardo e na sequência Washington Vieira, que é o Conselheiro Municipal do Conselho das Cidades. Portanto Dr. Antônio, o senhor chegou à gente já tinha iniciado a reunião, e até o momento a gente já foi ouvindo aqui os pronunciamentos. E nos preocupa que a Prefeitura, que na realidade tem a autonomia da gestão dessas vias urbanas da Capital Porto Velho, não se faz presente, nós convidamos seis secretarias municipais com protocolo para os seus devidos gabinetes, e não temos a presença. E também já vimos aqui às apresentações, temos a preocupação do Estado em relação aos estacionamentos, portanto, o fluxo, ele também é muito importante, nós temos aqui o Celso que é o Diretor Adjunto do DER. E o que eu acredito num momento desses, é a questão muito prática de nós acharmos um caminho de fazer com que realmente o trânsito flua, sei que há um quadro de engenheiros de trânsito dentro do DETRAN, temos a Dra. Josiane aqui que tem tudo nas mãos, não é Doutora? Relacionada a esta região de Porto Velho. E no meu entendimento, a gente, a propositura inicial é exatamente a gente fazer uma comissão, eu acho que o DETRAN é muito importante nesse momento para a gente ser prático, a nossa Secretária da SUGESP, mesmo falou da questão financeira, dificuldades que a gente tem. Então, nós temos aqui muitas obras a serem executadas, se a gente buscar um entendimento de celeridade de fluxo com as ferramentas que a gente tem que talvez sejam mais baratas é o que a gente vai conseguir fazer a toque de caixa, e é necessário ser feito. Então, diante

dessa nossa proposta da comissão, a gente gostaria de contar muito com o DETRAN tanto na questão do corpo técnico dos engenheiros de trânsito e até na questão financeira, porque eu vejo que compertine ao DETRAN também essa questão de trânsito, a gente pode fazer essa parceria com o município. Mas eu já estou praticamente consciente aqui de que o Estado, Isis, Secretário Ezequiel, o Estado, automaticamente mais uma vez vai ter que assumir praticamente toda essa responsabilidade, e nós vamos buscar os poderes porque a gente vê que não em nada construído de fato, principalmente pelo município que não se faz nem presente até o momento. Então, realmente, a gente vê com preocupação, e nós estamos em fechamento de ano e a previsão orçamentária, a gente tem que construir agora dentro de um mês, nós temos trinta dias para construir. Então só para deixar o senhor a par do que nós, até o momento já tínhamos tratado. Com a palavra o Dr. Antônio.

**O SR. ANTÔNIO REBELO** – Bom dia a todos os presentes aqui; cumprimento Excelentíssimo Deputado Luizinho, que é o proponente dessa Audiência e em nome dele os demais componentes da Mesa, a todos aqui presente, meus cumprimentos sinceros. Muito bem, nós já tivemos a oportunidade de ouvir o Major De Lima que tem conhecimento de causa e conhece bastante também sobre a nossa evolução da frota de veículos assim como também sabe, conhece os problemas de acidentes e o fluxo em nossa capital. Assegurem-se de que a frota como já foi dito aqui, hoje na capital são de aproximadamente duzentos e quarenta mil veículos incluindo todos aqueles registrados, e dentre esses estão a média de 47% representado por motocicletas, esse é o grande problema com relação ao acidente de trânsito e como esta audiência está voltada mais especificamente para o fluxo no entorno do PRM. Eu gostaria de informar ao Presidente Deputado de que nós já tínhamos também tido essa preocupação e informou-lhe que aproximadamente há dois meses, nós pedimos a presença do Secretário de Trânsito, o Coronel Gutemberg, justamente para comparecer no Tribunal de Justiça, juntamente com o Desembargador Rovilson, porque ele tem encontrado essa dificuldade lá e também gostaria de ter falado na ocasião com o Secretário para que fosse informado algumas ideias relativo à utilização daqueles espaços e nós conseguimos fazer essa reunião Deputado. Então, foi o DETRAN reuniu juntamente com a SEMTRAN e a Presidência do Tribunal de Justiça, onde foram discutidas as questões de acessos, fluxos, mudança de via, acesso fazendo mão única, aproveitando de outra maneira O estacionamento oblíquo, aliás, foi bastante discutido e essa ideia foi levada para SEMTRAN e a SENTRAM ficou de se posicionar, informar para o DETRAN e para o próprio Presidente do Tribunal de Justiça qual seria a proposta deles. Então, tem isso aí também, eu acho que nessa comissão se for efetivada; recomendo, sugiro que seja ouvido o Tribunal de Justiça, porque eles são uns dos interessados, inclusive fizeram estudos para propor as alterações necessárias. Eu ouvi a sua fala Deputado, sobre aquele acidente havido com um funcionário da Assembleia, daqui da Assembleia e nessa, inclusive nessa discussão foi cobrado do Secretário Gutemberg, porque não estavam sinalizadas no entorno, justamente aquilo que foi levantado, as faixas apagadas, placas inexistentes e a informação que ele nos deu na ocasião foi de que a Prefeitura

tem um projeto para recapear tudo aquilo ali. Então, eles não queriam fazer a sinalização horizontal e vertical naquele momento, porque quando viesse o novo asfalto teria que refazer de novo, ou seja, seria um custo desnecessário, mas que a previsão é de ocorrer este ano com o recapeamento e a sinalização. O que o DETRAN tem feito com a maioria dos municípios especificamente aqui no município de Porto Velho. Ano passado ele fez um repasse que é previsto no código e dentro da lei de quatro milhões, cento e cinquenta mil, mais a contrapartida para sinalização do município de Porto Velho. E vocês devem ter percebido em alguns bairros essa sinalização e este ano ainda está previsto um novo repasse de cinco milhões de reais para sinalização da capital, e reafirmo, a previsão de sinalização no entorno do PRM já está dentro da programação da Secretaria de Trânsito conforme informação do Secretário Coronel Gutemberg. Muito bem, estou aqui representando a autarquia DETRAN e nós recebemos o convite para participar, entendemos que o convite apenas não nos satisfaz, nós queremos efetivamente fazer parte da comissão e ajudar o máximo que for possível Deputado e afirmo, lhe garanto também que o DETRAN quer ser parceiro e não convidado, efetivamente participar disso e ajudar no que for possível, especialmente no que tiver voltado para sinalização e se houver possibilidade de um outro procedimento de ajuda, seja ela técnica, porque nós temos um quadro de engenheiros no DETRAN que conhecemos profundamente, inclusive presente aqui está o nosso engenheiro do DETRAN, que é o nosso companheiro aí Trajano, ele tem uma vivência muito grande, quase 30 anos de DETRAN, ele pode ajudar também, por isso, eu estou pedindo a participação do DETRAN nessa comissão, porque podemos ajudar. E para finalizar, eu só gostaria de chamar atenção os presentes aqui, lembrar que os acidentes de trânsito realmente implicam diretamente nas despesas com o Governo do Estado de Rondônia. Os números apontados pelo Major De Lima com relação aos custos de politraumatismo, a manutenção em UTIS são verdadeiros, são valores caros, altos e nós podemos ajudar nisso. E só para finalizar gostaria de dá uma informação acessória que isso é da conta de todo mundo. O jovem de hoje depois de uma pesquisa efetivada junto ao jovem latino americano se percebeu que o jovem não tem medo de morrer em acidente de trânsito por isso ele é afoito, ele é corajoso. E quando os mais experientes que normalmente são os pais informam para eles para eles terem um maior cuidado, eles não conseguem ouvir, decodificar a mensagem e entender. Mas se dito na linguagem deles, eles aceitam melhor, se disser 'você vai morrer no trânsito se não respeitar a lei e a velocidade', ele não tem medo. Mas se você disser assim 'você vai ficar sem um membro, você vai ficar desfigurado, vai ter uma cicatriz no rosto, vai perder uma mão'. Ele diz assim 'eu prefiro morrer então, mas ficar aleijado ou deficiente ou com alguma cicatriz eu não aceito'. Então deveremos sempre estar atentos e lembrar dessa possibilidade que é bastante, pode ocorrer a qualquer tempo dentro da nossa família, especialmente os jovens hoje. Então gente, deputado eu reafirmo a nossa possibilidade e nossa vontade de querer fazer parte da comissão como parceiros mesmos, e no que for possível o senhor conte conosco. E parabênz pela sua iniciativa. Sabemos que o seu trabalho cada dia tem sido mais significativo para o nosso Estado, e precisamos dessa sua luz ai sempre indicando o



melhor para o nosso Estado. Parabéns deputado pela sua iniciativa.

Muito obrigado.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente)** – Obrigado Dr. Antônio e temos a certeza de que a eficiência que o senhor faz o seu trabalho no DETRAN, nós teremos sim um grande parceiro nesta ação. Agradecemos, e agradecemos a todos os servidores do DETRAN, nosso Dr. Trajano que a gente já conhece a sua capacidade técnica pelo trabalho que tem desenvolvido nos municípios de Rondônia, onde os pequenos municípios, principalmente aonde a gente tem mais contato, e sabemos que estaremos também nessa parte técnica bem representada pelo DETRAN. Cumprimentar aqui também o nosso Dr. Raimundo Mendes, nosso amigo da cidade de Vilhena que é Diretor da Divisão de Trânsito e o Fortunato que é nosso Diretor de Patrimônio do Estado de Rondônia, agradeço a presença. Com a palavra o Dr. Leonardo, nosso Procurador do Estado, e logo após Dr. Washington.

**O SR. LEONARDO FALCÃO RIBEIRO** - Bom dia a todos, bom dia ao deputado Luizinho Goebel, parabéns pela iniciativa da Audiência Pública, no que tange esta questão do trânsito aqui em Porto Velho; parabenizo a todos os presentes que estão aqui, e eu vou colocar alguns pontos, que inicialmente eu vou pedir desculpas pela ausência do Procurador Geral, ele pediu para eu representá-lo que ele está em outra reunião. E vou começar colocando alguns pontos que são importantes no que tange ao processo como esta judicializado hoje como tais questões administrativas desse trânsito aqui em Porto Velho, principalmente ali na região do CPA. Já foi falado inicialmente aqui a questão da importância, a Dra. Josiane colocou o volume de servidores que tem no CPA e como aquele trânsito hoje ficou caótico, os acidentes que constantemente acontecem ali, é público e notório. O último incidente que teve, salvo melhor juízo, tem um mês, um mês e meio, da morte que teve no trânsito, os custos para a saúde, ou seja, com esse trânsito, o problema no trânsito está implicando custos para a saúde e essa saúde é custo para o Estado que tem que está sendo onerado com essa questão. Tem custos operacionais que não foi pontuado, mas que devem ser colocados também, que foi custos operacionais na prestação de serviço público por que o trânsito, ele caótico do jeito que ele hoje se encontra, servidores estão chegando atrasados, serviços que estão sendo essenciais não estão sendo prestados a contento, ou seja, está criando um custo operacional para o Estado. A questão da situação econômica nacional, não só do Estado de Rondônia, mas a questão econômica nacional, que quer queira quer não implica nessa necessidade de algumas mudanças em enxugar a máquina pública e fazer com que os custos de alugueis de prédios públicos eles diminuam e concentrem-se tudo no CPA, a ideia inicial é essa. Parabenizar a iniciativa da SUGESPE no que tange a frota única que foi criada recentemente com a finalidade de além de aumentar o número de vagas disponíveis, porque tinham muitos carros do Estado que estavam utilizando essas vagas que podem servir de vagas volantes para os usuários do CPA. Essa frota única também facilita para aqueles usuários do próprio CPA, Secretários que acabam concentrando essa atividade, e aí dentro dessa questão, dessa importância

dessa regularização no trânsito têm alguns pontos que são interessantes que é a questão da ACP. Hoje está em trâmite com o Ministério Público Estadual uma ação civil pública no sentido de regularizar, têm muitas pendências que não é só o trânsito, muitas pendências que se encontram no CPA que estão tentando ser regularizadas, conseguiu, a Doutora Joseane colocou, conseguiu uma delação de prazo de 150 dias para vencer agora no início de janeiro de 2016, e que necessita que seja regularizada. É um procedimento que tem que ser regularizado porque caso não venha ser vai ter problemas judiciais para o Estado, no sentido de responsabilidade de gestor, responsabilidade do próprio Estado de Rondônia indiretamente um dano erário porque vai acabar saindo do cofre público. Dentro dessa questão o grande cerne que eu vi sendo colocado foi o patrimônio, o prédio da EMATER que é ali na frente, que pode servir de construção para o edifício garagem. A Doutora Joseane colocou, acho que seriam oito andares, mais ou menos, 120 vagas por andar, salvo melhor juízo, me corrija, 220 por andar, 1.760 vagas, isso. Então o cerne da questão ele está girando sobre este prédio da EMATER, que pela Lei nº 3.138 de 2013, que foi prorrogada pela Lei nº 3.308 do mesmo ano, que estabeleceu que a EMATER ela deveria virar uma empresa pública estadual, ingressar tanto a empresa quanto os servidores do quadro do Estado. Isso aí fez a reversão de todo patrimônio público para o Estado de Rondônia. O cerne da questão hoje, tanto que o Parecer está com a Procuradoria para a emissão de Parecer no que tange essa utilização deste prédio da EMATER, com a finalidade se é possível ou não ali se demolir aquele prédio e construir. Preliminarmente a gente tem que colocar o seguinte, a partir do momento que ingressa no patrimônio público, qualquer prédio público se ingressou no patrimônio ele vai estar afetado ou desafetado para uma determinada finalidade específica. Salvo o melhor juízo em uma análise ainda perfunctória, o prédio da EMATER ele está afetado para aquela finalidade, que é a finalidade de prestar para sede da EMATER. Essa desafetação acontece através de um ato do governador, um decreto do Governador, que ele desafeta e vira um patrimônio público livre e desembaraçado, e que pode dar qualquer finalidade. Essa finalidade quem define isso não é a Procuradoria, isso não é uma questão Jurídica, isso é uma questão de conveniência e oportunidade do gestor. O gestor público ele vai utilizar o patrimônio público com objetivo de atender os princípios constitucionais que lá se encontram. Entre eles o da legalidade, da impessoalidade, e um principal que nesse ponto deve ser colocado que é o interesse público. Então, assim, a afetação que possivelmente, eu acho que já tem um certo acordo, até uma manifestação do Conselho da EMATER, a afetação a partir do momento que ocorrer a afetação por ato do Governador, o prédio ele pode ser perfeitamente utilizado para as finalidades que entender devido os gestores do Estado. A PGE neste sentido ela vai fazer uma análise jurídica e vai alertar o gestor sobre a possibilidade ou não de outras alternativas que possivelmente existam, mas não vai existir legalidade nesse tipo de ato. Então assim, resumidamente essa questão do Parecer, e o que foi colocado também que eu queria pontuar, é que o Conselho ele está esperando, ele condicionou a aprovação que foi feita pelo Conselho da EMATER ao Parecer da Procuradoria. Esse Parecer a gente está em trâmites finais

dele provavelmente até na próxima, até sexta-feira agora próxima, ele já deve estar sendo finalizado e entregue para o Governo do Estado com a ratificação do Procurador Geral, se ele entender devido ou a mudança, e com o fito de elucidar essas questões jurídicas. Outras questões ela não vão estar mais no crivo do jurídico, outras questões elas vão estar no crivo da conveniência e oportunidade do gestor. Então assim, do que eu tenho para colocar da parte da PGE seria mais ou menos isso, essa, o Parecer que está sendo feito, pedir desculpas a intempestividade, e pontuar que a questão jurídica ela vai ser toda, vai ser desmembrada neste Parecer e que aí notadamente, qualquer outro tipo de Matéria vai ficar a crivo do gestor que seria o responsável depois que cumprir toda a ordem legal o responsável por dar ou não a finalidade pública que entender devida. Era basicamente isso.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente)** – Obrigado Dr. Leonardo.

Questão de Ordem para a Superintendente Isis.

**A SRA. ISIS QUEIROZ** – Pedi a palavra porque queira ou não queria acabamos entrando na situação da EMATER e como nós estamos numa Audiência Pública até para que não haja alguma interpretação equivocada é bom que se faça alguns esclarecimentos então em representação ao Estado. Como foi mencionando pelo Secretário Luiz Gomes, acaba que como os problemas do Palácio Rio Madeira acabam sendo resolvidos legalmente pela SUGESPE sobrou para mim como Superintendente esse papel de representar o Governador nessa demanda. Nós já frisamos que a situação da EMATER foi levada até o último momento Deputado, porque o Governador ele também pensou, apesar de que lá só tem 155 servidores em prol das 1.706 vagas, o senhor sabe disso que ele tem um carinho especial pela EMATER, pela agricultura, e ele quis deixar para o último momento mesmo, quando realmente não haveria nenhuma possibilidade. Então, infelizmente sobrou para mim esse papel de representá-lo, mas ele o fez de maneira respeitosa, ele submeteu a presença do Conselho que na verdade ele não determinou nada antes de submeter ao Conselho e nós submetemos respeitosamente a situação ao Conselho da EMATER e esse Conselho, como o Secretário Luiz Gomes falou acabou aprovando por unanimidade nessa Sessão porque na verdade é uma análise de que são 1.706 vagas enquanto nós temos como abrigar provisoriamente esses 155 servidores, a EMATER está sendo beneficiada também com a solução das vagas para si e para quem ele atende. A EMATER está sendo beneficiada nesse momento com abrigo e com uma economia porque vai compartilhar conosco a energia, água, vigilância, todas essas instalações que já possui o Palácio Rio Madeira receberá já um ambiente mobiliado em condições adequadas e ainda recebe o outro terreno que integra todo o complexo de EMATER que é ali próximo que é do IPÊM, que vai acabar se juntando como o Secretário falou com a Secretaria. Quanto ao carinho dos servidores eu até propus na reunião do Conselho, como nós também não tivemos nenhum embaraço, ninguém se manifestou contraditoriamente, eu cheguei a receber o Presidente da Associação da EMATER lá comigo também na SUGESPE previamente a reunião do Conselho e ele se manifestou apenas que provisoriamente a gente deixasse

se isso fosse em frente, se fosse aprovado pelo Conselho que a gente deixasse a Associação ficasse lá ocupando uma vaga que seria só de seis vagas, ou seja, passaríamos a 1.700 vagas para que ele ficasse com a Associação próxima e aí tem algumas ponderações que eu vou fazer respondendo já ao Secretário Luiz Gomes e publicamente aqui. Mesmo que ele tenha dito e nós sabemos que ele tem um atendimento administrativo ali porque existem os escritórios locais, nós ainda temos a necessidade lá no Palácio de um espaço para atendimento ao público que será sanado até o início do ano seguinte, por quê? Porque existe, ali onde está provisoriamente o administrativo da Procuradoria, ali embaixo no térreo do curvo II, vai ser o grande espaço de receptivo de atendimento ao cidadão, porque nós tínhamos esse problema ali no Palácio que ele não foi projetado para atender o público, ele não tem área de recepção, então nós vamos concentrar ali uma espécie de miniauditório com recepções de atendimento, já está projetado, já está em andamento mobiliário porque a PGE está sendo abrigada no prédio central que era onde estava previsto. Então, até o início do ano a PGE muda e nós já teremos o espaço, quer seja para atender EMATER, SEAGRI, a SEAS porque a ação social tem o público que procura o Palácio Rio Madeira e nós vamos ter ali stand de atendimento para todos.

Então essa questão ela está sanada.

O auditório do Palácio, o miniauditório também já vai estar funcionando até o final do ano, já temos até agendado o Encontro dos Governadores lá e o outro auditório que é o que está em construção que é aquela obra que está em construção que é uma parte, ela é apartada do Palácio Rio Madeira, mas está ali dentro, ele dará continuidade no ano seguinte à fase de execução que é um auditório ainda bem mais amplo que também nesse momento ele não faz falta para atendimento. Então, até janeiro nós já temos isso sanado porque todo o processo já está em andamento. Quanto às condições também do prédio até porque ele pediu que fosse por último analisado a EMATER e que se fosse à fase final se não tivesse realmente alternativa nós tivemos o cuidado lógico de pedir avaliação, a CGP está concluindo essa avaliação, mas previamente os engenheiros do Estado estiveram no prédio, não só da eficiência energética, O Luiz Gomes citou que nós não temos condições de mexer na elétrica, não é possível, aquele prédio, o Fortunato estava me lembrando, se ele tiver a palavra é até fácil que ele me corrija as questões técnicas, quarenta e quatro anos, segundo ele o prazo de validade para um imóvel seria cinquenta anos, por isso que o..., cinquenta anos, não é isso Fortunato? Cinquenta e um? Sessenta? Sessenta anos. E é até por isso, por esse desgaste, essa inviabilidade de se manter um prédio, então na verdade, quer seja para construir um estacionamento, quer seja para reconstruir uma EMATER no futuro, esse prédio já teria realmente o seu prazo de validade. Além disso, os próprios bombeiros já identificaram pelo menos cinco normas ali, desatendidas quanto à questão de incêndio, e o laudo de vistoria técnica de dois engenheiros do Estado e não a engenheira Joseane, até para haver uma imparcialidade, o DER está aqui representado pelo diretor executivo, o seu Celso, e eles também tem essa parcela de responsabilidade que herdou pelo DEOSP, nós temos aqui várias questões que inclusive colocam em risco a vida dos servidores ali. Nós temos risco de incêndio, iminente, ele está até fazendo uma observação aqui,

risco de incêndio iminente, nós temos a preocupação com sinalizações, nós temos a proteção de descargas atmosféricas que é, que foi condenado, para-raio, além das instalações elétricas e extintores de incêndios, existiam outros, eu sei que se conclui aqui, que é uma edificação antiga, sem manutenção preventiva e corretiva, existência de infiltrações nas lages que preconiza desabamentos, ou seja, ele está condenado, em outras palavras, se a gente for resumir, a mesma situação que num primeiro momento a PGE iria aguardar para se mudar, mas que acabou apressando a ida da PGE que ela acabou se abrigoando num local que não era para ela, que ela iria para o prédio central, a mesma situação está culminando na EMATER, então, como isso já iria acontecer, e nesse momento nós temos um impacto ditando, e de qualquer maneira, nem que fosse para construir novamente a EMATER, eles teriam que se abrigar e o único local que nós temos para abrigar hoje, é o Palácio Rio Madeira, até sem custo. Eu queria fazer esses esclarecimentos, e mesmo assim ainda me coloco à disposição, caso alguém queira tratar do assunto. Só frisar, a SUGESPE, ela trata de economia, mas como eu falei, nós temos equipes multidisciplinares e nós atuamos em interação com todos os órgãos. Então é uma preocupação também social com a vida do servidor, com a qualidade de vida dos usuários, da população de entorno e, não tratamos especificamente da EMATER, infelizmente está coincidindo tudo no mesmo ponto, na mesma situação, mas se nós falamos de interesse público, enquanto nós temos 155 servidores, mesmo com o lado sentimental que nós propomos sanar, colocando, batizando o estacionamento se ele for realmente em frente como tem sido sinalizado, com uma placa, com um memorial inclusive de homenagem aos servidores e a EMATER, tudo deixando claro, que ali durante aqueles anos, teve a sede administrativa da EMATER, então, tudo com o devido respeito com esse carinho, eu quero trazer, das palavras do Governador quanto aos servidores da EMATER. Se realmente fosse possível Deputado, nós não iríamos cogitar, pelo contrário, até iríamos ver se lá na frente, nós mesmo não conseguiríamos construir a EMATER ali.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL** – Agradecemos. Com a palavra o Sr. Washington Vieira.

**O SR. WASHINGTON VIEIRA** - Bom dia a todos, Deputado Luizinho Goebel; Chefe da Casa Civil, Ezequiel Neiva; e todos os membros; Procurador; Secretária; em nome da nossa companheira Joseane cumprimento todas as mulheres; e funcionários desta Casa; em nome do companheiro Giovane a gente cumprimenta toda esta Casa. Companheiros, eu sou Washington Vieira, sou Diretor Nacional da CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores e atuo atualmente no Conselho da Cidade e Mobilidade Urbana, bem como também, no Meio Ambiente. Fui agora também, dentro do Conselho da Cidade Estadual, na qual têm que ser colocadas suas pautas e tem que automaticamente a secretaria de pasta e de direito, empossar e fazer suas câmaras temáticas, para a gente discutir mobilidade urbana dentro do município de Porto Velho e do Estado de Rondônia. Isso aí não tem para onde correr porque vai dar Ministério Público, porque o Conselho da Cidade tem a representatividade e as ações com a sociedade civil, com a CUT, que tem cadeia, com a força sindical, CTB,

CONAM, a sociedade civil de fato e de direito está dentro deste Conselho e tudo o que se trata de mobilidade urbana no País todo, a sociedade civil está dentro, só não de Porto Velho. Primeiro, se comunica o fato de que vai fazer, sem passar pelo Conselho da Cidade. Prefeitura Municipal de Porto Velho, eu tenho primeiramente que agradecer aos companheiros aqui. A iniciativa de tomar do governo do Estado, através da SUGESPE, é muito bom porque isso aí, quando foi implantado aquele CPA pelo Governador Cassol, então exigiram também do município, na época de Roberto Sobrinho, que ele fizesse um plano de ação de estacionamento. Hoje o Governo pega essa situação problemática, e tem que resolver, e o Ministério Público fica cobrando. Então, têm os erros administrativos que a gente não pode nesse governo agora mais errar. E eu vejo que a iniciativa está certa. Não foi por causa de uma funcionária, porque todo dia morre gente no trânsito. Companheiros, o município de Porto Velho, a Prefeitura de Porto Velho tem que tomar seu papel de Prefeitura. A Prefeitura de Porto Velho tem que cuidar do trânsito em Porto Velho. O Conselho da Cidade Municipal, no uso de sua atribuição, juntamente com os Conselheiros Nacionais, onde minha instituição, no Ministério das Cidades tem 11 Conselheiros atuantes no Brasil, dentro do Ministério das Cidades, então, Para Porto Velho, 90 milhões, de mobilidade, para o município de Porto Velho para fazer mobilidade urbana. E o Prefeito, na qual está aí, não fez os projetos que era a sinalização vertical e horizontal, que era os abrigos de ônibus, que era o calçamento todo da cidade de Porto Velho. Ele deixou voltar o recurso, porque não, porque eles não estão preocupados. Eles não querem pegar recurso do governo federal porque eles têm que prestar conta e pode ser preso, porque isso dá cadeia, quando se trata de movimento de recurso federal é fiscalizado mesmo. E nós do Conselho da Cidade temos que fiscalizar porque o nosso Conselho da Cidade é deliberativo, consultivo e fiscalizador. E eles não querem ver a sociedade fiscalizando o setor público. Então, companheiros, a única coisa que a gente vê aqui é que nós temos um Coronel dentro da SEMTRAN, que nunca trabalhou com trânsito, companheiro. E que a única engenheira de trânsito que tinha ali dentro, a Mirtes, foi mandada embora, por uma outra situação. Então são denúncias que a gente vem fazendo no Ministério Público, e agora nós estamos credenciados, até o Ministério Público Federal denunciar quando o gestor não faz. Eu fico muito, também, preocupado, companheiro, que eu não sabia desta Audiência Pública, como não sabia também do Meio Ambiente, de ontem. E a gente vê que a sociedade não está participando. Mas agora, companheiro, eu gostaria, nessa situação aqui, porque esse Conselho Estadual vai ter que atuar para poder, até então ajudar a situação do governo. Porque eu vejo que o governo está interessado em resolver a situação ali da Farquar, juntamente nessa área todinha, onde tem o colégio Carmela Dutra, juntamente com o colégio... Porque ali tem muita criança também. Tinha que ter uma passarela ali, já demos a coisa. Esses 90 milhões que vinham para o município era para fazer as passarelas, as ciclovias, tudinho, diretamente, para embelezar o centro da cidade. Têm os prédios da Aeronáutica, têm os prédios da Aeronáutica tudinho ali, que vai ser 'coisado', vai aumentar mais o fluxo de carro ali dentro. Muitos parabéns ao pessoal do governo que está preocupado com essa situação, mas quem deveria estar

preocupado mesmo era a Prefeitura Municipal de Porto Velho, que ela incentiva o Ministério Público, porque ela tira o dela da reta, joga para o governo, porque o governo tem mais poder econômico de fazer as coisas. Eu tiro agora até mesmo pelas ocupações municipais que o governo tem que tomar a iniciativa para não despejar o pessoal. Porque a Prefeitura não quer ter nenhum compromisso com a população. Eu não sei por que essa situação, se trata do Vice-Governador que é do PSB e tem campanha política futura, mas a população é que está sofrendo. Porque não é só no centro da cidade, é na zona Leste, é na zona Sul, os centros comerciais estão apertados de fluxo de carro e o governo tem que fazer tudo e o município não faz nada, é só ver a situação, Observe a situação que está acontecendo em Porto Velho, tudo se passa para o governo é verdade Deputado, eu sou da comunidade, eu vejo isso, qualquer coisa, liga para o governo que o governo, e vocês daqui da Assembleia Legislativa, talvez não esteja sabendo, mas a população está sabendo. Companheiros, nós temos um entrave político dentro de Porto Velho, nós precisamos de modelos novos para essa política, política de mobilidade urbana aonde a SEMTRAN e o DETRAN sabem muito bem onde bater. Era bom que se juntassem as secretarias e as pastas para poder discutir isso porque nós temos um secretário de planejamento no Estado que ele pensa, ele fala pouco, mas ele age, para fazer uma força tarefa para realmente mudar essa situação, juntamente com o Conselho da Cidade companheiro, porque o conselho vai ser de muita valia para vocês. E a gente fica a mercê, como eu falava com Raimundo Nonato, nessa última conferência da saúde, que ele também é da minha instituição o Raimundo Nonato, Presidente do Conselho de Saúde, e nós vimos discutindo, e nós temos cadeira dentro do Conselho de Saúde, discutindo sobre o trânsito, a situação dos acidentes dentro do João Paulo, graças a Deus, nós dois falamos bem assim que tem o João Paulo ainda para atender pelo SUS, mas que esses valores realmente existem de quase um milhão de reais numa internação de um servidor público. Tudo isso é demanda do cofre do Governo, imposto nosso e o Governo tem que tratar a sua saúde, e o Governador vem tratando sua saúde, nós somos conscientes no Conselho disso, mas o trânsito em Porto Velho, é culpa todinha do município de Porto Velho, o município tem que fazer realmente a tarefa de casa, casa com a viúva e assume os filhos dela. Senhores é muita indignação Major Lima, mas o senhor sabe, o senhor está todo dia com seu exercito de anjos dentro de porto Velho, vendo a situação. O Bombeiro, todo dia pega gente acidentado de moto, o papel do bombeiro em porto Velho está sendo uns dos papeis juntamente com o SAMU, mas importante implantado pelo Governo de Rondônia, em parceria com o Governo Federal, que é o SAMU, mas nós temos que cobrar aqui e não deixar chegar ao Ministério Público, com a Doutora Aídee, e a promotoria lá que cuida de mobilidade urbana, só é culpa do governo não, porque a culpa é do município de Porto Velho, o município tem que fazer o papel de município. Eu falo como sociedade civil organizada. E da próxima Audiência que tiver aqui companheiro, em toda crise que nós estamos tendo no movimento comunitário, nós vamos trazer representante da comunidade para vocês verem o que é realmente a indignação desse povo na periferia de Porto Velho, sobre essa Prefeitura e sobre mobilidade e sobre tudo que vem

acontecendo em Porto Velho. Muito boa à iniciativa de dizer que eu vou pegar o prédio da EMATER e fazer ali, porque não tem condições, vou gastar muito dinheiro para fazer uma reforma e vou fazer um estacionamento horizontal, isso é muito bom, é legal, a população quer ver coisa boa, a população que ver o gestor gastando, mas vendo coisas, soluções para a população. Esse negócio de crise de situação que não tem dinheiro. Companheiro, nós queremos ver nossa cidade boa, bonita, linda, eu vejo hoje grupo dizendo assim: 'eu Amo Porto Velho', mas não planta uma árvore em Porto Velho. Eu sou nascido e criado em Porto Velho, fui militar durante dez anos da Força Aérea Brasileira, graduado, e hoje eu sou movimentos sociais e fiscalizador porque eu sei o meu papel como fiscalizador. Eu gostaria muito da gente tomar iniciativa, e não tomar só, eu ia até falar um palavrão aqui, mas vou deixar para lá. A Prefeitura de Porto Velho, a irresponsabilidade da Prefeitura que não tem ninguém da Prefeitura aqui para debater porque era o primeiro representante que tinha que está aqui, desrespeitou o chamado da Assembleia Legislativa através que ele estava sentado ali, mandou para oito instituições da Prefeitura, não está nem aí, eles não estão nem aí para nada. Então deixando a mercê da sorte, uma Prefeitura que deixa voltar noventa milhões, conseguido pelo Conselho da Cidade, para fazer mobilidade urbana e vinte de hídrico, onde as calçadas...Quando se fala em mobilidade urbana e trânsito, não se falam em mobilidade urbana, fala em calçada, fala um parâmetro todo de situação. E o asfalto que estão cobrindo hoje, ele não tinha que cobrir, eles tinham que fazer saneamento básico primeiro, está tudo errado nessa cidade companheiro. Nós que andamos, com toda a situação no Rio Grande do Sul, visitando obras do Conselho da Cidade, modelos bons de Shopping que o estacionamento vem por debaixo e depois o pessoal vem com transporte viário, transporte de ônibus, coletivo de ônibus por debaixo do Shopping, aí o Shopping que construiu nas suas "zonas", construiu ali o estacionamento onde você faz a integração e sai por outro canto e o pessoal vai para o shopping. Aqui para implantar o transporte de integração é uma confusão tão grande que eu não sei para onde vai, e vocês jornalistas tem que denunciar isto, porque a força do jornalismo é muito bom. Geovani tu veio para esta terra aqui para trabalhar e você trabalha, e o movimenta aqui, eles acham porque a gente não é técnico, porque nós não somos PHD em alguma coisa não tem o direito de discutir. Mudou companheiro, a política está mudando e a política quem faz somos nós e quem muda essa cidade somos nós. Nós temos os nossos representantes que hoje são politicamente, vindo para dentro, mas que eles possam respeitar a população. E eu fico muito agora satisfeito em saber companheira que a senhora, dentro da sua pasta juntamente com um grupo de pessoas não é só porque morreu, faleceu a companheira, trabalhadora da Assembleia Legislativa... Está realmente sensibilizada com a situação do nosso centro da cidade ou quem dera que quando fizesse isso aí, que vai acontecer se Deus quiser, nós pudéssemos chegar até ali onde foi alagado no Ministério da Justiça, do TRE, uma cidade bonita, linda, da gente passar e ver, e dizer assim: 'essa é cidade onde eu moro'. Essa onde eu tive um representante, onde ele automaticamente fez para sensibilizar, juntamente com a Assembleia dos Deputados Estaduais. A população gosta disso, a população gosta de coisa

boa. Até o nome Porto Velho eu já acho. Eu sou nascido aqui, eu acho feio, Porto Velho. Homens, pelo amor de Deus. Então, eu coloco aqui companheiro, essa é a minha contribuição que eu venho, nós estamos aí no Conselho da Cidade, a Prefeitura tem que tomar realmente a rédea dessa coisa, tem um bi, quatrocentos e quarenta e três milhões e eles não conseguem gastar nenhum centavo porque não tem projeto. É brincadeira, isso eu falo e todo mundo aqui sabe, é muita situação. Então, companheiro eu deixo aqui e agradeço a oportunidade de poder estar contribuindo, ao Secretário de Planejamento do Estado, juntamente com a companheira, o DETRAN, parece que essa iniciativa se eu fosse bater, é o DETRAN que tinha que levar a iniciativa, mas a iniciativa foi da pasta que foi automaticamente outorgada pelo Ministério Público e eu não sou bobo, eu sei que o Ministério Público está exigindo isso, não é verdade? Então, estou aí, estou no Governo, estou no Conselho da Cidade e a gente automaticamente vai conversar com o Secretário de Planejamento para que esse Conselho realmente venha, porque eu sinto que algumas forças ocultas dentro do nosso Estado, em vez de ajudar fazem é atrapalhar. E Conselho, Câmara de Deputados, Assembleia Legislativa juntamente com gestor público, das quatro Câmaras Temáticas que fazem parte desse Conselho a gente pode avançar muito mais.

Muito obrigado.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente)** – Obrigado Washington. E agora com a palavra Ezequiel Neiva, subchefe da Casa Civil.

**O SR. EZEQUIEL NEIVA** – Bom dia a todos. Quero saudar a nossa Mesa aqui na pessoa do Excelentíssimo Senhor Deputado Luizinho Goebel, que é o proponente desta Audiência Pública; também o nosso Deputado Alex Redano que está lá na plateia, o nosso bom dia; o Dr. Antônio Manoel, que é o nosso adjunto lá do DETRAN, parabéns pelo trabalho que vem fazendo ali com o nosso diretor Albuquerque; Major De Lima, nosso amigo de caserna; ao Luiz Gomes da EMATER; Dr. Leonardo; Coronel Gregório e a Dra. Isis, nossa Secretária lá da SUGESPE no nome da qual eu cumprimento aí todas as mulheres, estou compartilhando aí viu Isis, estou com uma fitinha rosa aqui no Outubro Rosa, com as mulheres esse mês. E todas as nossas autoridades presentes, bom dia a todos. É uma satisfação enorme poder estar aqui nesta manhã, onde se discute, é um tema interessantíssimo, importante para todos nós, porque todos nós fazemos parte de uma sociedade organizada e quando se discute mobilidade urbana, é um tema que está hoje patente praticamente em todos os Estados e as cidades que estão crescendo como cresceu Porto Velho, como se avolumou o número de veículos se faz necessário então esse tema importante deputado. E eu parabeno Vossa Excelência por trazer a tona aqui a Assembleia Legislativa onde estamos discutindo esse tema tão importante. Pena que não temos aqui um representante da SEMTRAN, mas é obvio que terão outras oportunidades, e estão aí os engenheiros que já estão certamente fazendo todos os estudos técnicos. É bom lembrar senhores e senhoras que antes da construção daquele CPA ali já existia a Explanada das Secretarias e que pior não tinha estacionamento na verdade? E todos nós estávamos lá eu lembro que na época de deputado aqui, íamos lá à Explanada das

Secretarias, e resolvíamos tudo ali. Hoje, o Governador Cassol, na época teve aquela brilhante ideia de construir aquele lindo prédio, onde voltou novamente, agora um pouco mais concentrado porque os outros Poderes estão ali também, ou seja, a ideia de trazermos o centro cívico da capital todo para aquele lugar ali foi brilhante. É claro que agora temos que lidar com esse problema do trânsito, mas assim como em outras cidades foram resolvidos esses problemas, nós também vamos procurar um meio de resolvermos o problema aqui na da nossa capital, de Porto Velho. Para isso precisamos dialogar, conversarmos e chegarmos num entendimento. Temos aí grandes técnicos, os nossos engenheiros estão aí para isso, para isso que se formaram e tem que queimar aí a massa cinzenta, e os neurônios têm que funcionar e encontrarmos um meio que cause menos transtorno. É obvio de todos os estudos que forem ser feitos, nós vamos ter problemas, porque eu disse que o número de pessoas que aí estão é bastante elevado, a Isis falou que nove mil, quase que dez mil pessoas que vão estar passando ali por dia e muitos deles não tem carro, mas, boa maioria desses tem carro. Nós não temos um transporte urbano de qualidade que ainda vá oferecer condições para que esse povo deixe os carros em casa, infelizmente ainda não. Mas vamos lutar para isso, todos nós somos responsáveis por isso; a Prefeitura, o Governo, nós enquanto cidadãos somos responsáveis por isso. Podemos fazer sim a nossa parte de estar ajudando nesse sentido. Por que nós somos a sociedade, e o Governo do Estado através da SUGESPE que é a nossa Secretaria que está hoje coordenando toda essa questão de se ajuntar ali no CPA, e agora com mais a EMATER que já está do lado, mas ela vai se agrupar também. Mas a questão do estacionamento e comentando ali com o deputado Luizinho, falando ainda da questão do edifício de estacionamento nós vamos resolver o problema de estacionamento, mas vamos estar com problemas no fluxo, a mesma coisa. Por que os carros estão passando por ali e eles vão ter que estar circulando naquele local, há possibilidade de fazer mão única em algumas vias como a Farquar? É possível, vai depender dos estudos técnicos dos engenheiros. A Presidente Dutra já tem duas vias, mas a Farquar não tem aquele canteiro no meio. E quando eu ouvi falar aqui que o Dr. Manoel disse, que a Prefeitura disse que não ia fazer as faixas porque ia fazer o recapeamento, mas se isso pode durar uns três, quatro meses e aí muita gente ainda pode morrer ali por que não tem faixa, e isso que custa talvez mil reais de tinta para arrumar essa faixa? Não sei, talvez mais, talvez menos, ou seja, uma quantia muito irrisória de vidas que pode ser salvas ali por uma faixa. Mas eu tenho ainda outro compromisso deputado Luizinho, preciso sair. O Volpi, nosso Presidente do IDARON também está, o nosso bom dia, mas eu preciso me retirar para uma audiência lá no Tribunal de Contas. Deixar aqui nosso abraço e parabenizar o deputado Luizinho, a Assembleia, agradecer o apoio que a Assembleia Legislativa vem dando ao Governo do Estado com todos os Membros aqui desta Casa. Cumprimentar os Membros aqui da Assembleia Legislativa, tinha tempo que eu não fazia uso aqui dessa tribuna, mas cumprimentar todos nossos amigos, funcionários da Assembleia Legislativa, deixar um abraço aqui do Governo do Estado. Dizer que essa questão de economia que a Isis disse ali e que a EMATER vai para o CPA para

economizarmos mais ainda, pensando em tudo isso senhores e senhoras, dos vinte e sete Estados da Federação, nós estamos entre os três que estamos operando no azul, ou seja, vinte e quatro estão no vermelho, nós estamos no azul e o Governo do Estado juntamente com a Assembleia Legislativa nós estamos fazendo todos os esforços necessários para que o Estado de Rondônia continue a operar no azul, garantindo os nossos serviços essenciais, como saúde, educação, pagamento dos nossos funcionários em dia, como 13º que já foi pago a metade, a outra metade está guardada para que não tenhamos nenhum problema. Ou seja, o Governo está fazendo todos os esforços, está trabalhando para que as coisas possam continuar indo muito bem. Obrigado pela oportunidade, deputado Luizinho parabéns, mais uma vez que é o esforço de Vossa Excelência vem fazendo nessa Casa juntamente com os demais Parlamentares. Um abraço a todos. Vou pedir licença, que eu preciso realmente me retirar.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente)** – Muito obrigado Ezequiel Neiva nosso subchefe da Casa Civil. Registramos a presença do deputado Laerte Gomes, também agradecemos a participação do deputado Alex Redano. E agora concedo a palavra ao Jurandir Pereira, que é o Presidente da Associação dos Servidores da EMATER. Na sequência o senhor Gilvander que é o nosso Coronel Bombeiro que é Corregedor do Corpo de Bombeiro Militar. Então o senhor Jurandir e na sequência Vossa Excelência.

**O SR. JURANDIR PEREIRA** – Bom dia a todos os colegas. Eu queria cumprimentar aqui a pessoa do Deputado Luizinho Goebel, por essa iniciativa dessa Audiência Pública; e na pessoa dele cumprimentar a todos os presentes, autoridades aqui. Sobre o prédio da EMATER, Deputado Luizinho, nós não temos nenhum empecilho em atrapalhar o trânsito e as vidas aqui no Estado de Rondônia. O que nós argumentamos é o seguinte, como o senhor informou que vai ter uma comissão, que a gente estivesse nessa Comissão e pudesse dialogar pra a gente ver se encontrava outra saída em não ser a demolição do nosso prédio da EMATER. Porque nós temos uma história de referência com os nossos produtores do Estado de Rondônia. Nós temos o nosso, ali é como se fosse uma referência para o Estado de Rondônia nossa EMATER. Nós temos trinta e três anos ali de trabalho, temos os nossos sentimentos, a nossa satisfação de estar ali contribuindo com as ações do Governo do Estado, e a gente fica pedindo a todos. Nós nunca tivemos aqui na Assembleia Legislativa, tudo que a gente pediu e pede aqui na Assembleia Legislativa, a EMATER, nós somos atendidos por esta Casa. Somos atendidos pelo Governo do Estado de Rondônia, e a gente pede de coração. Nós somos favoráveis e também os gastos de todo tipo de economia que tivermos para cima da EMATER nós somos do Governo, nós estamos a favor do Governo. Em nenhum momento a EMATER anda esbanjando os gastos em canto nenhum, a EMATER tem uma despesa razoável porque ali é um prédio no Estado todo. Nós temos oitenta e três unidades que tem gasto no Estado. Agora o prédio da EMATER como foi citado aqui, o nosso prédio tem trinta e três anos e não quarenta e quatro. Nesses momentos nós sabemos que o prédio da EMATER tem problemas de energia elétrica de fiação, mas quem dá a manutenção, que também

tem feito consertos lá na EMATER é empresa, e tem engenheiro elétrico lá também, o Doutor Kennedy. A empresa é a empresa MAFEP dentro da Capital, aqui é conhecida, nós não temos problemas de incêndio lá. Tem problemas na parte dos Bombeiros da parte lá? Tem, mas podem ser sanados. Com essas preocupações que gente viu nesses documentos aqui, nós tivemos Audiência com o Senador Valdir Raupp, que é uma pessoa que foi nosso governador aqui, conhece a EMATER muito bem. Tivemos Audiência com o Deputado Federal Luiz Cláudio, que também foi desta Casa aqui, pedimos ajuda aí para que pudessem colocar algumas Emendas lá por Brasília, já que o prédio da EMATER que nós vivemos hoje é um prédio que pertencia a União, o Senador Valdir Raupp ligou para o nosso Presidente e disse: olha Presidente, estou colocando uma Emenda de R\$1.000.000,00 para a reforma da EMATER. E o deputado Luiz Cláudio conversou com o nosso Governador lá em Brasília junto com a bancada do MDA, da parte da Agricultura e, também, colocaram uma Emenda de R\$2.000.000,00 para fazer essas reformas na EMATER. Então nós não somos contrários que o trânsito de Porto Velho melhore, há mais de 15 anos que nós cobramos da Prefeitura através, lá, quando o Vereador Zequinha Araújo que também foi Deputado aqui por essa Casa. Nós mandamos ofício, estivemos reunidos com os Engenheiros de trânsito cobrando um sinal ali para a Farquar com a Padre Chiquinho e até hoje nós não fomos respondidos, não foi colocado. Que nós temos essas preocupações, nós temos, e não queremos ser nenhum empecilho para a equipe que está tratando do assunto dessa transição do nosso Governador do Estado. Porque nós consideramos o nosso Governador Confúcio Moura, é uma pessoa que sempre dialogou conosco, sempre teve entendimento conosco, e de coração toda EMATER é Confúcio Moura e é o Estado de Rondônia. É aqui que nós trabalhamos, é aqui que nós lutamos com nossos produtores, é aqui que nós fixamos nossas famílias, é aqui que nós vamos ficar. Então a gente pede que nessa Comissão a gente tenha voz para a gente encontrar alguma saída. Nós fizemos um documento, encaminhamos para o nosso Governador, encomendamos aqui o documento para o nosso Presidente da Assembleia Legislativa, o Deputado Maurão de Carvalho e ele conversou com o nosso Governador, está sendo tratadas algumas alternativas para que veja se não é preciso de última forma demolir o prédio da EMATER que é um sentimento que nós temos ali, a EMATER. Então, a nossa Secretária Isis, realmente e eu tive lá na SUGESPE com ela, conversei com ela, o documento que nos chegou sobre o Conselho Deliberativo o qual eu faço parte como representante dos empregados, foi um documento tempestivo que chegou a metade da reunião, a gente não tinha conhecimento desse documento. A reunião que nós tratamos com o Padovani, eu pedi essa reunião, eu fui lá a Secretaria e pedi essa reunião, foi para discutir o problema do PDV sobre os problemas de algumas pessoas que para sair da EMATER, até porque o Governo acha que a folha da EMATER é alta, que nós temos 1.070 empregados, foi nesse sentido, agora, nós não somos favoráveis à demolição do prédio da EMATER, nós como empregados. O nosso Presidente é uma pessoa, cargo comissionado do nosso Governador do Estado, ele tem o posicionamento dele, nós como representantes de classe também temos o nosso

posicionamento e nós pedimos ao nosso querido Corpo de Bombeiros aqui do Estado de Rondônia que faz um trabalho brilhante, não só no Estado de Rondônia, como em todo o Brasil, é uma categoria que nós todos como pessoa se orgulhamos em ter o Corpo de Bombeiro como referência em todos os Estados brasileiros a gente vê falar bem, que se a gente puder, eles puderem nos orientar e vê qual é, o que tem de se resolver na EMATER, essas Emendas estão aí, nós não queremos colocar em risco os nossos empregados de maneira nenhuma, isso jamais, porque o bem de todos nós é a nossa vida e nem isso a gente quer também para a população de Rondônia dizer: “não! Só resolve o trânsito aqui em Porto Velho, só o prédio da EMATER”. Não. Se esse for o problema em nenhum momento, primeiramente a gente ama a vida, a gente quer a vida nossa, sem acidente, sem qualquer constrangimento para alguma família. Então esse é o sentimento e a gente pede, mas eu tenho certeza Deputado Luizinho, que entre nós, a EMATER, a equipe do Governo, a equipe aqui da Assembleia nós já passamos por todas as tarefas tão difíceis não é Deputado Luizinho, o ano passado, em 2013, você sabe disso, você nos acompanha na EMATER, você conhece a história da EMATER como os Deputados aqui conhecem, a sociedade aqui de Rondônia também conhece. Então nós pedimos de coração que vamos trabalhar juntos, vamos vê se a gente encontra outra saída, nos fundos da EMATER tem aquela rua Rui Barbosa ela também pode servir de mão, a Farquar fica uma mão e ela fica contramão. Vamos vê o que é que a gente pode fazer, em nenhum momento a gente vai ser o empecilho, dizer: “não! Essa é a última saída que tem, se não fizer isso aqui vai comprometer vidas aqui da nossa população”. Jamais. Porque nós temos filhos e nós somos pessoas. Então nós queremos a coisa andando. De coração eu digo a vocês e nenhum empecilho, a gente tem, se esse for o único problema para resolver as vidas e resolver o transito da Farquar ou de Porto Velho, é isso Deputado Luizinho. De coração a gente agradece a você e pede a você que se possível a gente puder participar dessa Comissão também com a Assembleia a gente fica agradecido a vocês. Meu muito obrigado e que leve as nossas considerações ao nosso Governador Confúcio Moura e que nós estamos firmes com ele e com a equipe que ele colocar para trabalho, para discutir os problemas da EMATER, entre os problemas do Estado também, nós somos EMATER e somos os produtores, somos a sociedade de Rondônia. Muito obrigado a vocês todos, desejo de coração que sejamos felizes nós todos.

Obrigado.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente)** – Obrigado Jurandir, pode ter certeza que o senhor sempre recebeu o amparo desta Casa, continuará recebendo, somos solidário a sua defesa em relação à EMATER, portanto, nós vamos com certeza e com muito senso buscar um equilíbrio daquilo que realmente administrativamente seja necessariamente viável para o nosso Estado. Então agradecemos e concedemos a palavra agora ao nosso Cel. Bombeiro Gilvander.

**O SR. GILVANDER GREGÓRIO** – Bom Dia a todos, eu sou Cel. Gregório, sou Corregedor da Corporação, mas também militei na área durante 10 anos no Departamento de Projetos da Corporação. Parabenizar a iniciativa do Deputado, iniciativa

importante sobre o trânsito para a melhoria do nosso Estado, nossa capital. E cumprimentar toda a Mesa presente, os presentes aqui também do auditório, mas eu quero pontuar aqui brevemente em poucas palavras sobre o Sr. Jurandir, sobre a sua citação, muito obrigado pela citação reconhecendo o trabalho da Corporação não só em Rondônia, mas do Brasil.

Mas esse documento que temos aqui é um laudo que fala sobre as condições do prédio e ele aqui é um tanto preocupante, na conclusão, inclusive dos Engenheiros aqui, é Bombeiro certo, trata-se de uma edificação com infiltrações, amadurecida, problema de baldrame, infiltração, rede elétrica entre outras coisas. Então, pela nossa Lei Estadual Nº 858, item IV, artigo 4º devido, nas condições em que se apresenta aqui, ela deve ser interditada temporária ou definitivamente, é o que se comanda a lei. Como proposta, nós ainda não fomos lá ver a parte de segurança, condição de pânico, só foi um laudo de estrutura. Então, o que nos preocupa dada a necessidade do Governo do que se apresentou do trânsito, nós vivendo e visualizando esse laudo, nós temos o nosso ainda, que é o de incêndio, que é o laudo de segurança, condição de pânico, ele pode até colaborar para quem quer essa edificação, talvez ela nem mais comporte a habitabilidade, entenderam? Então ela tem que ser o que? Inabitada, inabilitada para uso, e conseqüentemente ai, possivelmente uma reforma que ficaria até onerosa, talvez não viável para a economicidade do Estado. Então, essa é a minha contribuição e nós já recebemos a solicitação para ir lá e esta semana vamos comparecer lá, talvez no máximo até quarta-feira e fazendo a nossa avaliação de risco, de risco, e dependendo da avaliação, teremos que tomar esse desdobramento aplicando a lei 858 que conforme preconiza o nosso código de incêndio do Estado de Rondônia.

Muito obrigado.

**A SRA. ISIS QUEIROS** – apenas gostaria de mencionar diante das duas falas, e, deixar claro que nós temos já sabendo dessas avaliações que vem sido feitas pelos engenheiros, eu quero reafirmar que se por acaso houver algum problema imediato quanto a EMATER que é o que gente vem já quase um ano, monitorando, assim como aconteceu com a PGE, e com a SEDUC, se houver uma emergência, hoje nós temos já como imediatamente abrigá-los, nós não levamos a EMATER para lá, porque repito, o Governador deixou para um último momento, se realmente não houvesse oportunidade, não tivesse mais outra solução. E assim, quero só repetir quanto a alguns esclarecimentos quanto à fala do presidente da Associação, o Jurandir, que nós conhecemos há bastante tempo, até porque o meu esposo tem vinte anos de EMATER, ele trabalha ali naquele prédio da EMATER, lá em casa na verdade foi o primeiro momento em que ele também teve esse primeiro sentimento e depois compreendeu a situação, então deixar claro que eu não tenho nada contra a EMATER, pelo contrário, e dizer que nós não sabíamos dessa reivindicação da Associação, porque repito, eu recebi o Presidente da Associação, anteriormente ao Conselho, anteriormente eles receberam os documentos, isso foi tudo dialogado, o recebi na SUGESPE, na presença do Diretor Executivo e mais de um engenheiro, isso foi testemunhal, ele colocou suas dúvidas, nós esclarecemos então, eu não sabia de alguma objeção, no

momento da reunião do Conselho houve aprovação, eu tenho aqui a ata que foi distribuída entre vocês, essa sessão também foi gravada, até para fins de transcrever em ata, então nós temos a fala do Presidente, e naquele momento eu me coloquei a disposição para falarmos com os servidores, não foi Secretário Luiz Gomes? E entenderam que não era necessário, que eles mesmo iriam ter essa fala diante de todas as condições, mas, considerando que a Associação pleiteia uma nova reanálise, eu quero dizer que o Governo do Estado está aberto, dentro dessas soluções que são imediatas, também a reanalisar, dizer ao Presidente da Associação ficar tranquilo que, diante do seu pleito de reanálise, vamos reanalisar, eu vou pedir que os engenheiros novamente se reúnam, vou convocar novamente o engenheiro da Assembleia que esteve lá conosco e que nos ajudou, o engenheiro Rodrigo também, e, diante da questão dos bombeiros e tudo mais, se houver outra solução que contemple as vagas e que realmente seja uma solução mais viável, o Governo do Estado está aberto. Na verdade não é uma determinação, uma vontade de se colocar no chão, o prédio da EMATER, está bom Deputado? Eu só queria deixar claro, que estamos abertos sim, e qualquer outra solução viável que atenda a maioria do interesse coletivo, nós estamos abertos, está senhor Presidente.

**O SR. GREGÓRIO** – Obrigado. Se não me falha a memória, o prédio da EMATER é o segundo prédio mais antigo, em atividade, no Estado de Rondônia. Só perde para o Palácio do Governo. Todos os demais prédios do Estado, se não me falha a memória, eles estão em atividade, ferindo o artigo 109 das edificações existentes, se não me falha a memória, é o prédio mais antigo em atividade aqui, ainda funcionando.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente)** – Ali, só para na questão do que o Jurandir falou, acho que ele bem deixou claro, que eles estão dispostos, ele representa a categoria dos servidores e é natural de se colocar ao pé da letra em relação aos órgãos públicos, eu tenho, por exemplo, como citar o próprio Quartel da Polícia Militar, Comandante, lá de Corumbiara, que talvez fosse o primeiro a ser demolido. Então, essa questão de idade, de qualidade, isso aqui é outro. Isso aqui tem 100 anos e não sei como é que não caiu ainda. Então, assim, então é realmente o que a gente... O foco mais ali é voltado à necessidade, o consenso, do que pela fragilidade da estrutura.

Porque nós temos demanda em todo Estado de Rondônia e se for levar tudo ao pé da letra, então nós vamos ficar desabrigados, praticamente o Estado desabrigado, a Assembleia desabrigada, porque nós temos problemas praticamente em todas as estruturas. E não é diferente com o nosso próprio Tribunal Regional Eleitoral, que foi alagado, que está ali em prédios municipais. Então, no meu ponto de vista, é esse posicionamento. Deputado Jesuíno, bem-vindo. Obrigado.

E agora nós acabamos de receber aqui o senhor Francisco Ciarini, que é Coordenador Municipal de Tráfego, representante da SEMTRAN. Então nós vamos conceder a palavra. De antemão já afirmamos, Deputado Jesuíno, Vossa Excelência que está chegando agora, que é um Deputado que representa muito bem a capital Porto Velho. E quando nós estamos tratando aqui de trânsito da capital, principalmente da região dos Poderes, então nós já definimos, Francisco, que

será montada uma Comissão Especial para debater o tema e diante dessa Comissão, naturalmente que a Secretaria Municipal de Trânsito será convidada e incluída dentro dessa Comissão com os demais Poderes que estão concentrados nessa região, o governo do Estado, o Tribunal de Justiça, a Assembleia Legislativa, DETRAN/RO, Polícia Militar, principalmente naquela questão pertinente à questão de trânsito, enfim, diversos setores.

Então, esse é só o encaminhamento para que Vossa Excelência se situe da situação.

**O SR. FRANCISCO CIARINI** – Bom, bom dia a todos. Como já foi dito ali, meu nome é Francisco Ciarini. Nós estamos lá na SEMTRAN, eu estou lá desde 2011 como funcionário público, mas à frente da Coordenadoria Municipal de Tráfego estou desde abril, trabalhando lá na Secretaria. Já deixar aqui, digamos assim, o convite, a SEMTRAN está de portas abertas para a Comissão. Eu até peço, que pode incluir meu nome como Coordenador nessa Comissão de debates sobre o trânsito, a gente vai participar, tem o objetivo de participar, porque é nossa função nessa parte de engenharia, educação e fiscalização da SEMTRAN. Então nós estamos lá de portas abertas para receber e, quando para vir aqui também, estaremos presentes aqui para essas situações do trânsito. Que hoje o trânsito, todos nós sabemos, não é um problema só de Porto Velho, mas o país inteiro, o desenvolvimento, todas as cidades se desenvolvem. Então, aquele comerciante que, de repente, atendia seus 30 clientes, ele vai ter que passar a atender 100. O número de pessoas aumenta e com isso aumentam os deslocamentos e as viagens. Então, como a gente pode citar até a própria cidade de Porto Velho, que saímos de 60 mil veículos e hoje temos, aproximadamente, 235 mil veículos. Então, as vias se mostram, muitas vezes, necessárias de adequações, com esse boom de crescimento, digamos assim, esse crescimento elevado de veículos vem, é necessário que se façam adequações, melhorias, é necessário que novas vias sejam abertas. Então, de início, eu gostaria de deixar aqui o convite e, se for possível, podem incluir meu nome na Comissão, nós vamos participar para discutir esses assuntos. Falando um pouquinho do tema principal, que é essa região desses polos geradores adensados que nós podemos incluir aí o PRM, Palácio Rio Madeira, Teatro das Artes, temos o Estádio, Tribunal de Contas e vários outros polos geradores de tráfego aqui nessa região inicial da cidade, que acabam trazendo, como a gente acabou de falar, o deslocamento aumenta. E para essa região aqui, em específico, aumentou muito e também, todos eles vêm no mesmo horário. Então, uma política de mobilidade urbana aqui é de extrema importância. Porque quando a gente fala de mobilidade, é exatamente para tentar gerenciar da melhor maneira possível, com o menor gasto, tanto financeiro quanto para o meio ambiente desses deslocamentos das cidades que acontecem todos os dias, nos mesmos horários. Por exemplo, a cidade, mais densamente habita na zona Leste, por residências, porém, a maior oferta de empregos é para esta região. Então é normal que todo dia o munícipe pegue o seu veículo ou a sua bicicleta ou pegue o ônibus ou alguma coisa desse tipo e se desloque para essa região de cada cidade. Isso faz com que o trânsito aumente, aumentando o número de veículos na



via, precisa de um melhor gerenciamento, porque acontecem mais acidentes, precisa de maiores cuidados. E falando dessa região aqui do CPA, está em andamento o licenciamento do Palácio Rio Madeira, de todo esse complexo do CPA. Fiquei sabendo aqui agora, já de imediato, que já era uma proposta, planejamento da utilização da EMATER para se construir o estacionamento. Porque quando nós falamos de um polo gerador de viagens, temos que levar em consideração duas principais situações: aquele impacto imediato que ele causa, que é a demanda por estacionamento. Ele causa aquele impacto imediato, que é a demanda para o estacionamento, todo mundo quer utilizar o seu veículo para vir, então causa aquele impacto, que virão mais veículos. E temos o segundo passo, que é dissolver esse fluxo de veículos, que eles chegam e vão. Hoje nós temos a Calama e a Abunã, como estamos falando dessa região, já está colocado com a construção do estacionamento, vai dirimir esse trânsito, ele vai se dissolver melhor, vai possibilitar uma melhor sinalização nas vias que hoje do entrono ali necessitam de uma melhor sinalização, apesar de que, eu gostaria de citar aqui que toda essa região aqui, ela foi recém sinalizada principalmente a Olaria aqui do lado, Presidente Dutra, a Farquar, ela tem sinalização, porém, nós estamos aguardando porque existe um acordo perante ao licenciamento do Teatro Estadual, deles recapearem toda a Farquar, ficou como medida mitigadora deles, a partir do momento que eles recapearem essa via, nós vamos novamente sinalizar isso certo, novamente a Farquar, apesar de que ela é uma via sinalizada. Então, tem todo esse entorno aqui desse mega polo gerador, com acesso ao escoamento, digamos assim, esse tema, ele não está a SEMTRAN, ela não está alienada desse tema, desse problema, dessa situação aqui, desse mega polo gerador, muito pelo contrário, tem sido objeto de reuniões dentro da própria prefeitura. Nós tivemos agora a duas semanas uma reunião com a SEMOB, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Planejamento, SEMTRAN, para possibilitar o acesso a essa região. Porque que vejo que essa região inicial da cidade, ela é uma região rica, eu nasci aqui mesmo em Porto Velho, é uma região muita rica e não está totalmente ainda utilizada, pode ter maior crescimento, porém o acesso e o escoamento das vias que nós temos hoje estão de certa forma comprometida, digamos que o nível de utilização das vias, aqui estou me referindo a Carlos Gomes, principalmente que é a que traz acesso, Calama e Abunã que faz o escoamento. Então, essa região da cidade, ela tem muito ainda a crescer, porém o acesso e o escoamento de certa forma estão estrangulado por conta que nós temos como eu coloquei Cama para vir, Abunã para voltar, aí vamos ter a mais próxima aqui a Pinheiro Machado que também volta e a Carlos Gomes, que vem trazendo fluxos. Isso é objeto de estudo da própria SEMTRAN e da Prefeitura, nós já estamos com a proposta aí da abertura da Álvaro Maia e da Herbert Azevedo, que são vias paralelas ali, Calama, Abunã que é a Joaquim Araújo Lima, do lado vem a Álvaro Maia, e paralela a ela vem a Herbert Azevedo, que essas vias, elas tem início lá na Buenos Aires, uma vez quando eu falo Buenos Aires é uma via muito estratégia da nossa cidade porque, porque eu consigo interligar com a Buenos Aires todas as zonas da cidade, inclusive a Zona Sul, porque ela sai na Rua

da Beira, então, quem quiser acessar, vai ter essa rota de vir da Zona Sul, Rua da Beira, Buenos Aeres, pode pegar no caso a Álvaro Maia, que é uma via que o planejamento de ser aberta e vai ter outra rota para o centro, vamos dizer assim, para essa região adensada, o que vai melhorar acesso e escoamento, não só Álvaro Maia, mas a Herbert Azevedo paralela, também existe um planejamento, qual o problema delas hoje, que nós já estamos fazendo esse projeto, que é uma galeria sobre o Canal dos Tanques. Nós temos o Canal dos Tanques do lado de cá da Jorge Teixeira, que a via, ela vem, e ela é interrompida pelo Canal dos Tanques, é um problema da natureza, está ali o canal, nós temos que fazer uma galeria e a via tem que prosseguir, passar para poder ter o acesso até a região central. Então, essas vias, elas vão ser abertas, vão se tornar mão única para ajudar a dirimir o fluxo tanto da Abunã e Calama, como a gente colocou, no que isso vai ajudar? Então, aqueles números de veículos que hoje, eu tenho na Calama que sobrecarrega a Calama, que ela está com nível de estilização muito alto, tanto é que foi removida uma lateral do estacionamento por conta disso, por conta do nível de estilização dela muito alto, eu vou ter outra rota de acesso a essa região específica aqui do CPA, com abertura da Álvaro Maia, que ela sai lá da Buenos Aeres. Imediatamente, também está sendo previsto e esse já está digamos assim com um prazo mais curto, a abertura da Duque de Caxias, ali o canteiro central que separa ela do lado de lá da cidade, do lado de cá na Duque de Caxias com a Jorge Teixeira, ela também aquele canteiro central, vai ser aberto, ela vai ser sinalizada toda sinalizada para servir como uma paralela da Carlos Gomes, que também é outra via que trás os veículos aqui para a região central, porém o nível de utilização, é muito alto, você vê a Carlos Gomes, durante todo o dia, ela carregada de veículos porque que é uma das vias principais que traz acesso a esse centro da cidade. Então, a secretaria, ela tem assistido esses problemas de Trânsito, e tem tomado as suas providências, campanha de educação já foram elaboradas, estamos na face de imprimir esses panfletos, vai se feito essas campanhas em todas essas vias que nós mencionamos aqui. Que o objetivo é o que? Aumentar a capacidade dessa região da cidade de trazer acesso e escoamento, e quando eu falo a capacidade, não é só para veículos, vai melhorar para transporte coletivo, vai melhorar para toda mobilidade, porque vi aumentar o número de vias que vão trazer acesso e escoamentos. Sobre essa região aqui, como eu acredito que é o andamento que todo polo gerador de tráfego, ele vem se instalar, ele é acompanhado pela Secretaria, inclusive o PRN estará sendo acompanhado pela SEMTRAN também lá, vai se ajustar essa questão do estacionamento, se ajustando a questão do estacionamento a finalização do entorno pode ser conclusa de maneira mais satisfatória, de maneira mais segura que a população tenha maior conforto e principalmente segurança; com essas vias de acesso, o escoamento, nós, o planejamento é melhorar a mobilidade urbana dessa região. Desde já, a gente gostaria de deixar o meu nome ai para participar, a SEMTRAN tem se esforçado não só nessa região central, porque nós saímos, a realidade não só do município aqui, mas de todo o país, a frota de veículos aumentou. Então,

antes nós tínhamos Abunã, Calama e elas nos atendiam, porém, hoje nós saímos de 60 para 230 e poucos mil veículos. Então, tem que ser feita algumas adequações no trânsito e não é só aqui na região central que a SEMTRAN tem visto isso, na zona sul nós temos planejamento em execução, está sendo aberta a rua Açai, que ela sai da três e meio até a 13 de Setembro; acabou de ser pavimentada também a 13 de Setembro e já iniciou os trabalhos de sinalização, se você for hoje lá a horizontal já foi implantada, nós estamos trabalhando para implantar também a sinalização vertical ali. Nós acabamos de trabalhar com a sinalização ali da zona sul também, na Sucupira, vai ser feita mudanças Angico, Algodoeiro; então, todo o cenário de trânsito, ele tem que ser readequado. Porque uma situação é nós termos 60 mil veículos, com 60 mil veículos, digamos assim, às vezes elas ficam com menor números de veículos e tem maior segurança. Agora, quando o número de veículos cresce, tem mudanças que precisam ser feitas no sistema viário, precisam ser feitas, as vias precisam ser adequadas para que a gente tenha maior segurança e uma maior fluidez, não só aqui na zona sul, no centro, então, em toda região da cidade, por exemplo, na zona leste também tem planejamento, tem vias sendo pavimentadas e sinalizadas para que a gente consiga. Porto Velho já vem diminuindo o número de veículos, ou desculpa, no número de acidentes, já tem diminuído o número de acidentes, isso a gente pode constatar, porém, ele tem se tornado mais violento, os acidentes, eles diminuíram, mas tem se tornando mais violentos. Eu gostaria aqui de aproveitar a oportunidade que também é um dos pilares do sistema nacional de trânsito, falar um pouquinho da educação para o trânsito. Lamento muito o óbito dessa colaboradora que faleceu na faixa de pedestre aqui na Farquar e todos nós aqui somos pedestres e somos motoristas, eu gostaria de deixar, compartilhar uma opinião minha. Mesmo que a Prefeitura tenha deficiências, não é perfeita, mesmo que a via não esteja sinalizada, nada justifica uma pessoa ser atropelada. Eu acredito que nós como condutores precisamos ter um pouco mais de educação, andar devagar, faço um apelo aqui contra a velocidade porque quanto mais andarmos devagar, quanto mais andarmos devagar com os nossos veículos, teremos tempo para poder frear, de repente desviar, reduzir e evitar um acidente que muitas vezes tira a vida de pessoas, tira dinheiro do nosso próprio bolso. Quantos aqui que tem veículos já não se envolveram num acidentes, às vezes não é culpa sua, não é culpa sua, é culpa de um terceiro, às vezes não foi nem culpa sua, nem de um terceiro, foi um acidente, às vezes passou mal, ou uma imprudência mesmo, estava usando um telefone celular ou estava prestando atenção naquilo que não devia e causou o acidente de trânsito que causa tanto dano material, que nos leva a trabalhar mais, mais também causa muitas vezes óbito. Então, deixar um recado pela redução da velocidade, se a gente for devagar, principalmente próximo uma faixa de pedestre, próximo uma faixa de pedestre eu preciso transitar a 30 Km por hora. Eu tenho certeza absoluta, que se eu tive no meu veículo a 30 Km por hora, eu vou conseguir evitar a morte de alguma pessoa, eu não vou atropelar ninguém, eu vou conseguir frear, nem que eu possa causar um acidente com menos danos, mas se eu estiver devagar dentro de uma via urbana, eu vou conseguir

evitar um dano maior que muitas vezes custa a vida de várias pessoas aí que a gente tem visto, quando as vezes não custa a vida, custa a vida de trabalho, aquela contribuição que a pessoa podia trabalhar, podia dar o seu trabalho para o município, para si mesmo, para sua família causa muito transtorno. Então, nós precisamos ser também mais conscientes no trânsito e tentar diminuir a velocidade, certo. Não sei se teria mais alguma coisa, dado espaço para mais alguma consideração, se é suficiente. Sobre o Plano de Mobilidade Urbana que foi mencionado aqui, também a SEMTRAN tem trabalhado, eu estive a frente das últimas 05 consultas públicas que foram realizadas pelo Plano de Mobilidade Urbana, o Washington esteve presente também, o Comandante esteve presente também, estivemos na Assembleia Legislativa, desculpe, na Câmara dos Vereadores, no Ministério Público e nas três regiões da cidade consultas públicas sobre o Plano de Mobilidade Urbana do município de Porto Velho, coletamos as informações, as reclamações da população e ele está sendo, está numa fase de ser reelaborado, readequado e vai novamente para uma discussão, porque a Lei 12587 já diz que o plano, tem que ser instituído no Plano Diretor e ele vai passar por todos esses debates, a Secretaria não vai se abster dessa responsabilidade que é da SEMTRAN, de dialogar, de discutir, de ouvir a população, de elaborar e instituir o Plano de Mobilidade Urbana que vem aí, vamos dizer assim, privilegiando 100% o transporte coletivo, que eu vejo que é a principal das nossas saídas para o nosso problema de trânsito, é um bom transporte coletivo, é um bom transporte coletivo que diminui o número de veículos das vias e faz com que esse índice de acidente alarmante que a gente tem aí, que esses acidentes acontecem, não vou dizer alarmante, mas que acontecem diariamente em Porto Velho, diminuam. Bom, eu agradeço a oportunidade e nós estamos ai caso seja necessário em alguma situação, responder algum questionamento se for preciso. Então é isso, obrigado á todos ai, e nós estamos lá na SEMTRAN de portas abertas, podem me procurar lá que nós vamos receber todos muito bem.

Obrigado.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente)** – Certo. Se necessário abrimos a fala mais um orador, caso contrário vamos encerrar, fazendo encaminhamento que a Assembleia Legislativa vai fazer o encaminhamento. Então como último orador, teremos o representante do Sindicato da EMATER que é o senhor Agostinho, portanto já fica dado o encaminhamento que pela Assembleia Legislativa o representante desta Comissão será o deputado Jesuíno, ele que é da capital, tem uma equipe técnica muito eficiente. E como engenheiro representando a Assembleia Legislativa, nós teremos o Dr. Rodrigo, então serão os dois Membros da Assembleia Legislativa. Ao Tribunal de Contas será feito um convite então para que indique um membro, Judiciário, Ministério Público, Ministério Público do Trabalho, EMATER, Governo do Estado de Rondônia, DETRAN/RO, Polícia Militar, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Banco do Brasil que nós não citamos aqui que estará abrindo uma agência nos próximos dias, é mais um problema que teremos, SESC, SENAC, FIERO. Então assim

todos aqueles órgãos ao nosso Conselho da Cidade, representante, Aeronáutica, enfim, será feito um levantamento agora pela Assembleia Legislativa de todos os órgãos que compreendem essa região. E logo após termos que com urgência buscar uma forma rápida e eficaz de ação dentre elas nós podemos contar com a força de execução dos trabalhos do próprio DER que está aqui, representado pelo nosso Diretor Adjunto. E que a gente tem que buscar primeiro não é Dra. Josiane, no meu entendimento, exatamente dá fluxo no trafego. E essas outras questões aí com certeza elas virão depois que a questão dos estacionamentos e afins, mas pelo menos vai ter que buscar nem que seja um paliativo com urgência e criar a necessidade orçamentária para que a gente possa Márcia, prever no orçamento do Estado essas questões. Estão aqui representantes da SEFIN também, essa questão orçamentária do Estado, que também ela se faz necessária.

Então com a palavra o Sr. Agostinho e aí encerramos oradores dessa manhã.

**O SR. AGOSTINHO** – Bom dia a todos, eu queria cumprimentar o deputado Luizinho e a Mesa toda. Dizer que o Sindicato dos Trabalhadores da EMATER, ele também não vem aqui criar empecilho para que o problema de trânsito naquela região seja solucionado. Apenas acreditamos que os grandes dados estatísticos que foram citados aqui não se concentram só naquela área. Eu acredito que em Porto Velho como um todo, não é? A preocupação não deve ser só ali para aquele trecho, para aquela área em especial. Agradecemos a SUGESPE que está dando oportunidade ao nosso colega Jurandir Vieira, que vai nos representar, nós não entendemos de engenharia de trânsito, nós somos engenheiros, mas engenheiros agrônomos, e gostaríamos de ter uma preocupação também com os nossos colegas. Desocupando o prédio da EMATER onde iremos estacionar nossos veículos? Por que bem ou mal a EMATER tem um estacionamento que é utilizado pelos seus empregados, e a partir do momento que nós desocuparmos o prédio vamos para onde? Estacionar aonde se já não há mais condições de estacionamento por ali. Queríamos acrescentar ao colega representando do SEMTRAN uma sugestão, eu não sei se é válido ou não, mas a continuidade da Padre Chiquinho ligando com os bairros São João Bosco e Liberdade eu acho que seria um desafogo para o trânsito de Porto Velho.

Obrigado.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente)** – Obrigado senhor Augustinho. Então desta forma agradecemos mais uma vez a presença de cada um de vocês, ela foi importante. Agradeço a Secretaria de Estado de Saúde, em nome do Secretário Pimentel, do nosso Coronel Caieiros pela sua presença. E a cada um de vocês, porque como foi dito aqui esse é um problema de toda a sociedade e que está sobre a nossa responsabilidade de buscar a solução.

Então invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública. E ao mesmo tempo convido a todos para um coquetel que será servido aqui no salão nobre ao lado. Estão todos convidados.

Muito obrigado a todos.

**(Encerra-se a presente Audiência Pública às 12h40 minutos)**

**ATA DA 53ª SESSÃO ORDINÁRIA  
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA  
DA 9ª LEGISLATURA**

Em 13 de Outubro de 2015.

**Presidência dos Srs.  
LEBRÃO - 1º Secretário  
MAURÃO DE CARVALHO - Presidente  
ALEX REDANO - 3º Secretário**

**Secretariado pelos Srs.  
EZEQUIEL JÚNIOR - Deputado  
JESUÍNO BOABAID - Deputado**

(Às 15 horas e 10 minutos é aberta a Sessão.)

**DEPUTADOS PRESENTES:** Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PTN), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

**DEPUTADOS AUSENTES:** Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Luizinho Goebel (PV) e Rosângela Donadon (PMDB).

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 53ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

**O SR. EZEQUIEL JÚNIOR (Secretário ad hoc)** – Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

**O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Secretário ad hoc)** – Procede à leitura do Expediente recebido.

**EXPEDIENTE RECEBIDO**

**01 – Ofício nº 1702/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 642/15, de autoria da Senhora Deputada Glaucione.

**02 – Ofício nº 1767/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 579/15, de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

**03 – Ofício nº 1796/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 441/15, de autoria do Senhor Deputado Lazinho da Fetagro.

**04 – Ofício nº 1699/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 648/15, de autoria do Senhor Deputado Jean Oliveira.

**05 – Ofício nº 1700/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 700/15, de autoria do Senhor Deputado Edson Martins.

**06 – Ofício nº 1701/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 613/15, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Roque.

**07 – Ofício nº 1703/2015 – DITEL**, encaminhando resposta às Indicações Parlamentares nºs 654 e 655/15, de autoria do Senhor Deputado Laerte Gomes.

**08 – Ofício nº 1704/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 623/15, de autoria do Senhor Deputado Só na Bença.

**09 – Ofício nº 1705/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 575/15, de autoria do Senhor Deputado Léo Moraes.

**10 – Ofício nº 1706/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 576/15, de autoria do Senhor Deputado Léo Moraes.

**11 – Ofício nº 1707/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 589/15, de autoria do Senhor Deputado Léo Moraes.

**12 – Ofício nº 1708/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 590/15, de autoria do Senhor Deputado Léo Moraes.

**13 – Ofício nº 1709/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 510/15, de autoria do Senhor Deputado Lebrão.

**14 – Ofício nº 1768/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 592/15, de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

**15 – Ofício nº 1769/2015 – DITEL**, encaminhando resposta às Indicações Parlamentares nºs 578 e 594/15, de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

**16 – Ofício nº 1770/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 635/15, de autoria do Senhor Deputado Lazinho da Fetagro.

**17 – Ofício nº 1771/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 567/15, de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

**18 – Ofício nº 1773/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 502/15, de autoria do Senhor Deputado Adelino Follador.

**19 – Ofício nº 1774/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 679/15, de autoria do Senhor Deputado Alex Redano.

**20 – Ofício nº 1787/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 670/15, de autoria do Senhor Deputado Léo Moraes.

**21 – Ofício nº 1792/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 669/15, de autoria do Senhor Deputado Léo Moraes.

**22 – Ofício nº 1793/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 544/15, de autoria do Senhor Deputado Edson Martins.

**23 – Ofício nº 1795/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 728/15, de autoria do Senhor Deputado Maurão de Carvalho.

**24 – Ofício nº 1797/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 239/15, de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

**25 – Ofício nº 1798/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 637/15, de autoria do Senhor Deputado Jean Oliveira.

**26 – Ofício nº 1799/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 702/15, de autoria do Senhor Deputado Ribamar Araújo.

**27 – Ofício nº 1888/2015 – DITEL**, encaminhando resposta às Indicações Parlamentares nºs 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666 e 667/15, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Roque.

**28 – Ofício nº 1889/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 673/15, de autoria do Senhor Deputado Lazinho da Fetagro.

**29 – Ofício nº 1890/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 476/15, de autoria do Senhor Deputado Jean Oliveira.

**30 – Ofício nº 1895/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 747/15, de autoria do Senhor Deputado Maurão de Carvalho.

**31 – Ofício nº 1896/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 702/15, de autoria do Senhor Deputado Ribamar Araújo.

**32 – Ofício nº 1897/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 609/15, de autoria do Senhor Deputado Luizinho Goebel.

**33 – Ofício nº 1898/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 704/15, de autoria do Senhor Deputado Lazinho da Fetagro.

**34 – Ofício nº 1901/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 671/15, de autoria do Senhor Deputado Lazinho da Fetagro.

**35 – Ofício nº 1902/2015 – DITEL**, encaminhando resposta às Indicações Parlamentares nº 687 e 699/15, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

**36 – Ofício nº 1903/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 668/15, de autoria dos Senhores Deputados Cleiton Roque e Só na Bença.

**37 – Ofício nº 1904/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 678/15, de autoria dos Senhores Deputados Cleiton Roque e Jean Oliveira.

**38 – Ofício nº 1905/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 680/15, de autoria da Senhora Deputada Glaucione.

**39 – Ofício nº 1906/2015 – DITEL**, encaminhando resposta às Indicações Parlamentares nºs 683 e 684/15, de autoria do Senhor Deputado Jean Oliveira.

**40 – Ofício nº 1907/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 709/15, de autoria da Senhora Deputada Lúcia Tereza.

**41 – Ofício nº 1779/2015 – DITEL**, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 596/15, de autoria do Senhor Deputado Adelino Follador.

**42 – Ofício nº 1781/2015 – DITEL**, encaminhando resposta ao Requerimento nº 237/15, de autoria do Senhor Deputado Laerte Gomes.

**43 – Ofício nº 1780/2015 – DITEL**, encaminhando resposta ao Requerimento nº 196/15, de autoria da Comissão de Habitação e Assuntos Municipais da ALE/RO.

**44 – Ofício nº 1778/2015 – DITEL**, encaminhando resposta ao Requerimento nº 240/15, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

**45 – Ofício nº 1777/2015 – DITEL**, encaminhando resposta ao Requerimento nº 240/15, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

**46 – Ofício nº 1712/2015 – DITEL**, encaminhando resposta ao Requerimento nº 238/15, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

**47 – Ofício nº 2701/2015 – Gabinete do Governador**, encaminhando o Ofício nº 1743/GAB/SEFIN, da Secretaria de Estado de Finanças, em resposta ao Ofício nº 015/CCJR/15.

**48 – Ofício nº 24573/2015 – Supremo Tribunal Federal**, solicitando informações sobre a Lei nº 1.052, objeto da ADIN nº 4852.

**49 – Ofício nº 24585/2015 – Supremo Tribunal Federal**, solicitando informações sobre a Lei Complementar nº 432 e 672, objetos da ADIN nº 5039.

**50 – Ofício nº 24598/2015 – Supremo Tribunal Federal**, solicitando informações sobre o art. 64, da Constituição Estadual de Rondônia, Lei nº 50 e Lei nº 276, objetos da ADIN nº 4546.

**51 – Ofício nº 24601/2015 – Supremo Tribunal Federal**, solicitando informações sobre o art. 64 da Constituição Estadual, Lei nº 50 e Lei nº 276, objetos da ADIN nº 4575.

**52 – Ofício nº 54/2015 – Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CONDEF**, encaminhando calendário de reuniões ordinárias de 2015.

**53 – Ofício nº 059/2015 – Gabinete do Vereador Genézio Mateus**, solicitando cópia dos Projetos de Lei que instituíram o Estágio Remunerado e Programa Jovem Aprendiz na ALE/RO.

**54 – Memorando nº 164/2015 – Gabinete do Senhor Deputado Laerte Gomes**, encaminhando o Ofício nº 239/PRES/AROM/2015, para conhecimento e análise.

**55 – Requerimento do Senhor Deputado Edson Martins**, justificando ausência nas sessões dos dias 22, 29 e 30 de setembro de 2015.

**56 – Requerimento do Senhor Deputado Maurão de Carvalho**, justificando ausência nas sessões dos dias 2 e 23 de setembro de 2015.

**57 – Requerimento do Senhor Deputado Jean Oliveira**, justificando ausência nas sessões dos dias 6 e 7 de outubro de 2015.

**58 – Requerimento do Senhor Deputado Airton Gurgacz**, justificando ausência na sessão do dia 7 de outubro de 2015.

**59 – Requerimento do Senhor Deputado Saulo Moreira**, justificando ausência na sessão do dia 2 de setembro de 2015.

**60 – Requerimento da Senhora Deputada Glaucione**, justificando ausência nas sessões dos dias 15 e 30 de setembro de 2015.

**61 – Requerimento da Senhora Deputada Lúcia Tereza**, justificando ausência na sessão do dia 30 de setembro de 2015.

**62 – Requerimento da Senhora Deputada Rosangela Donadon**, justificando ausência na sessão do dia 30 de setembro de 2015.

**63 – Requerimento do Senhor Deputado Lebrão**, justificando ausência nas sessões dos dias 8, 9 e 30 de setembro de 2015.

**64 – Requerimento do Senhor Deputado Ezequiel Júnior**, justificando ausência na sessão do dia 1º de setembro de 2015.

**65 – Requerimento do Senhor Deputado Luizinho Goebel**, justificando ausência nas sessões dos dias 8, 9 e 30 de setembro de 2015.

**O SR. EZEQUIEL JÚNIOR (Secretário *ad hoc*)** – Lido o Expediente recebido, Presidente.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – Muito obrigado, Sr. Secretário. Senhoras e senhores Parlamentares, neste momento transformo esta Sessão em Comissão Geral, nos termos do inciso III do artigo 135 do Regimento Interno, para entrega de Homenagem de autoria do Deputado Léo Moraes.

Neste momento, passo a palavra ao nosso querido Mestre de Cerimônias.

**(Às 15 horas e 27 minutos o Sr. Lebrão, transforma a Sessão Ordinária em Comissão Geral)**

**O SR. LÉO MORAES** – Pela Ordem, Presidente, Deputado Lebrão.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – Pois não, Deputado.

**O SR. LÉO MORAES** – Só gostaria de registrar a presença do Vereador Vanderilo Nogueira, nosso amigo, Vereador de Rolim de Moura; assim como o nosso amigo Fabrício, também do município de Rolim e Moura, que estão aqui para prestigiar nossa Sessão Ordinária. Sejam bem-vindos.

**O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias)** – Transformada em Comissão Geral, senhoras e senhores, vamos neste momento dar início a Solenidade de entrega de Voto de Louvor ao Programa *In Foco*, proposta do Exmº. Sr. Deputado Léo Moraes.

Convidamos para entrar e compor a Mesa o Sr. Marcelo Régis, apresentador e produtor do Programa *In Foco* e também Ronaldo Carriço, que é o produtor e idealizador do Programa *In Foco*, para compor a Mesa.

Com a palavra o Exmº. Deputado Léo Moraes, proponente do Voto de Louvor.

**O SR. LÉO MORAES** – Sr. Presidente em exercício, Deputado Lebrão, a quem estendo os cumprimentos aos demais Deputados membros da Mesa Diretora. Gostaria de saudar os Deputados presentes, em nome do Deputado Airton Gurgacz; cumprimentar a todos da imprensa que aqui estão prestigiando esse evento, a toda a população, a sociedade que também está aqui conosco, é importante que estejam cada vez mais próximos da Assembleia Legislativa, da nossa atuação, do desenvolvimento das ações deste Poder Legislativo, saudar todos os nossos servidores e nós estamos neste momento, neste ato, propondo um voto de louvor ao Programa *In Foco*,

Programa esse de grande credibilidade, que tem uma grande história através do apresentador Marcelo Régis, um amigo particular que tenho e que nutro um grande carinho e é sempre um grande prazer dizer do sucesso que esse Programa alcança e do público que ele também consegue fomentar.

Também parabenizar o Carriço, que é o produtor desse Programa, que logicamente é o esteio do sucesso, passa obrigatoriamente pela produção e não pode ser diferente, você tem que dividir os deméritos também, o suor, mas certamente os louvores e as congratulações e esse é o momento de nós de forma pública, em nome de todo o Poder Legislativo, Poder este hoje que é o terceiro maior Poder de todo o Estado de Rondônia, nós rendemos essa singela homenagem a todos os envolvidos no Programa *In Foco*. O Programa *In Foco* que já tem mais de quinze mil entrevistados, tem mais de mil e quinhentas edições, já contemplou, já participou do seu portfólio pelo menos quinhentos empresários e isso acaba, logicamente, se perpetuando, é um grande difusor de informações, alcança os formadores de opinião, alcança os empresários, alcança o setor produtivo, os geradores de emprego e, por consequência, a toda parcela significativa da nossa sociedade.

Então, é lógico, que a gente não pode deixar de mencionar e também se solidarizar com esse belíssimo programa, e que sirva de exemplo. Parabenizar o SGC - o Sistema Gurgacz de Comunicação, que aporta esse programa, que acolhe com entusiasmo esse grande projeto, e que possa virar certamente um exemplo para todos os comunicadores, os pretensos comunicadores e os futuros comunicadores também do nosso Estado de Rondônia. Eu acho que a mola mestra do desenvolvimento passa também por esse tipo de programa que vocês abordam, que é um programa no mais alto nível, é um programa que todos têm condições de assistir, e eles também, logicamente acabam se emocionando e acabam mais do que qualquer coisa tendo acesso à informação, que esse é o papel do comunicador.

Então, parabéns ao Programa *In Foco*, parabéns ao Marcelo Régis, parabéns ao Ronaldo Carriço, parabéns ao Sistema Gurgacz de Comunicação e parabéns para a imprensa de forma em geral, haja vista que aqui também nada mais são do que os representantes de todos vocês, num evento simbólico de tamanha magnitude e importância para a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Parabéns e fiquem com Deus, e um grande abraço. Obrigado.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – Neste momento, eu vou conceder a palavra ao Deputado Aécio, que gostaria de fazer uso da palavra.

**O SR. AÉLCIO DA TV** – Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa, em nome do Presidente Lebrão, quero cumprimentar todos os nossos colegas Deputados aqui presentes, cumprimentar os servidores da Casa, a imprensa, todos os que estão ai, toda a população presente aí na galeria, quero cumprimentar especialmente o homenageado nesta tarde, meu amigo Marcelo Régis.

Eu fico feliz quando pessoas, jornalistas, apresentadores, radialistas, quem quer que seja ligado à comunicação é homenageado. Por que eu fico feliz? Porque isso demonstra a importância da comunicação, da mídia, da imprensa para a

sociedade. Eu costumo dizer, sempre que tenho oportunidade aqui nesta tribuna, que o principal pilar de uma democracia é a comunicação, é a imprensa, é a mídia. Sem essa liberdade, sem essa penetração livre da comunicação e da imprensa não existe democracia. Nas ditaduras que nós tivemos oportunidade de viver nela, a imprensa não fala o que quer, o apresentador não diz o que quer, o radialista não diz o que quer, o jornalista não diz o que quer, isso é terrível. É terrível quando você tem que falar aquilo que alguém quer que você fale, ou aquilo que alguém deixa você falar, isso é terrível. Então, primeiro, eu quero dizer que a sua homenagem é uma homenagem à democracia, é uma homenagem à imprensa em geral. Eu costumo dizer sempre isso quando estamos homenageando alguém ligado à imprensa, nós estamos homenageando esse grande pilar da democracia que é a imprensa. Eu sei a importância, é engraçado que cada um tem uma linha de trabalho, cada um tem uma linha de alcance, cada um fala com um público e nós nos comunicamos com públicos diferentes. Às vezes a gente está na mesma emissora e comunicamos com públicos diferentes. E é bom isso, porque tem espaço para todos. Nós não somos concorrentes, nós somos aliados nesse processo chamado democracia, que é maravilhoso. Ver você sendo homenageado aqui, nesta tarde, é motivo de muita alegria para mim. Fico feliz, fico feliz por ser uma pessoa que fui radialista, diretor de rádio e televisão e ultimamente dando minhas pedaladas, apresentando televisão, com a minha família, ensinando meus filhos. Eu gosto tanto disso, Marcelo, e você sabe disso. Eu gosto tanto disso que eu fiz questão, quando eu vi algum talento na minha filha, pequenininha, ir para a comunicação, levá-la. Porque espaço não se abre assim, a gente briga pelos nossos espaços. Hoje nós temos programa na Rede TV, e aqui eu quero já deixar um convite para todos. A Rede TV será homenageada nos próximo dia 07 de novembro aqui por uma Indicação minha, pelo Dia do Bem, lindo, maravilhoso. Um trabalho lindo. São 10 anos, mais de quinhentas toneladas de alimentos arrecadados, distribuídos pelas entidades e nós estamos lá também. Então, tudo isso é motivo de orgulho, tudo isso é motivo de alegria, mas eu quero mesmo é dizer parabéns a você pelo seu lindo e brilhante trabalho que tem. Com certeza, muitos telespectadores que hoje ficam felizes como eu de ver a sua homenagem. Parabéns e que Deus o abençoe.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – Deputado Aírton Gurgacz, está liberado.

**O SR. AIRTON GURGACZ** - Boa tarde, senhor Presidente Lebrão, senhores Deputados, imprensa, plateia aqui presente e o homenageado Marcelo Régis.

Fico feliz, Marcelo, de você poder fazer parte lá do grupo e está sempre divulgando nosso Estado e nós do interior assistimos muito aos seus programas também, porque passa nos finais de semana e em outros dias também. Mas a oportunidade da gente, como Deputado, você sabe que nós temos que, principalmente nos finais de semana, estar em eventos e a gente, quando pode, quando eu não era ainda político, aí tinha mais tempo, era mais tranquilo. Mas eu quero assim, em nome da Rede TV, deixar aqui o nosso abraço, do senhor Assis, do Senador Acir, da Ana, lá do Lubiana também, merecida homenagem. Parabenizar o nosso Deputado Léo

Moraes por ter feito essa Moção para você e dizer que é uma alegria poder ter aqui comunicadores, como bem o Deputado Aécio, também é lá do Grupo da Rede TV, coloca, que vocês não são concorrentes. E acho que dentro do Grupo vocês têm a maior liberdade de poder agir, de entrevistar quem quer que seja, qual empresário que queiram ou políticos de qualquer área. Eu acredito que nunca lá a Direção da empresa foi e: “Olha, vocês têm que fazer isso ou fazer aquilo”. Tenho certeza disso.

Então, o Deputado Aécio bem colocou, merecida homenagem para você, para o seu Diretor. E continue assim fazendo esse trabalho, mostrando Rondônia, porque nós temos muitas coisas boas. E tem lado, às vezes, da própria imprensa nossa que só coloca o quadro ruim das nossas coisas. Mas não, nós temos coisas boas neste Estado maravilhoso, que nós vivemos aqui, nossa família que mora aqui há quanto tempo e quantas pessoas que vivem aqui e gostam deste Estado e fazem deste Estado um grande Estado. Tanto é que nós estamos num momento tranquilo, a crise por aqui ainda não chegou, as coisas estão em dia. Claro que problemas temos, se não tivéssemos não precisaria ter a nossa Assembleia, não precisaria ter os nossos Deputados, se fosse só maravilhas nessa vida. Mas você traz com muita elegância, com muito saber, toda informação para a nossa sociedade, que você é assistido no Estado inteiro, não pense que é só aqui na Capital. Você tem um grande público que te assiste, uma audiência muito grande no interior do Estado de Rondônia.

Então, em nome da direção, da nossa família, dos meus irmãos lá, eu quero desejar a você que continue nesse seu trabalho maravilhoso e que tenha liberdade de falar o que você sente, o que precisa ser falado e falar a verdade, procurar sempre não inventar coisas, mas sempre com muita dignidade, como você vem fazendo esse grande trabalho maravilhoso. Então, aqui, em nome da nossa família, dos meus companheiros Deputados e, mais uma vez, Deputado Léo, parabéns pela Moção e desejar a você muito sucesso e que continue nessa ida que esse é o caminho que nós precisamos trilhar: o caminho do bem. Muito obrigado.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – Neste momento eu volto a palavra ao nosso Mestre de Cerimônias.

**O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias)** – Neste momento, nós convidamos, à frente, o Excelentíssimo Senhor Deputado Léo Moraes, proponente deste Voto de Louvor, e os agraciados do Programa *In Foco*, Marcelo Régis e Ronaldo Carriço, aqui à frente para receber o Voto de Louvor.

Convidamos, então, os demais Parlamentares para que possam também tirar fotografia. Deputado Jean, Deputado Lebrão, Deputado Aécio, Deputado Adelino, Deputado Ribamar, Deputado Saulo, presente também Deputado Cleiton Roque. Pedimos que todos retornem aos seus lugares para que o agraciado Marcelo Régis possa fazer uso da palavra. Convidamos a todos para que retornem aos seus lugares no Plenário e na Mesa Diretora.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – Neste momento, concedo a palavra ao senhor Marcelo Régis.

**O SR. MARCELO RÉGIS** – Boa tarde a todos, boa tarde, senhor Presidente, senhores Deputados da Mesa, senhores Deputados do nosso parlatório, ao povo de Rondônia representado na galeria.

Primeiramente, eu quero agradecer a Deus pela possibilidade de me dar o privilégio de hoje receber essa tão importante homenagem que recebo da Assembleia Legislativa do meu Estado, a Casa dos Deputados que representa o povo desta terra. Eu estou muito feliz, esse dia é um dia muito especial para mim, Deputado Léo Mores, que eu conheço desde muito jovem, e hoje ele continua jovem, um jovem maduro, um jovem decidido e um homem de uma amizade muito especial para mim, porque conheço seus pais, conheço seu irmão, seus irmãos, conheci seu irmão agora. E eu estou muito feliz, Deputado Léo, por Vossa Excelência ter reconhecido num filho de Rondônia, numa pessoa que nasceu em Porto Velho, que se criou em Porto Velho e que vai ser enterrado aqui em Porto Velho, meu compromisso com a minha terra, com a minha cidade, com o meu Estado, com minha família e com meu coração, com meu Deus, é para sempre. Hoje é dia especial para mim, vai ser guardado no meu coração, assim como recebi também uma homenagem na Câmara Municipal da minha cidade, agora na Assembleia do meu Estado. Eu estou feliz porque, como Vossa Excelência bem disse, Deputado Léo, nós estamos celebrando, na verdade é muito mais do que quinze mil entrevistas, a gente coloca quinze mil para ficar na linha dos quinze, esses quinze anos, foram mil e quinhentas edições, quinhentas empresas já patrocinaram o Programa *In Foco* ao longo desses quinze anos, e o nosso programa, o nosso objetivo é mostrar o que há de melhor em Porto Velho, em Rondônia, no Brasil, mas sobretudo no Estado de Rondônia que é meu Estado. Eu sei que existem vários problemas no âmbito judicial, no âmbito político, no administrativo, enfim. Mas o meu programa não está voltado para isso, eu quero mostrar o lado bom das pessoas, o lado bom dos empreendedores, as pessoas que estão acreditando em Rondônia; o lado ruim fica para outro tipo de programa, o meu programa é um programa que leva coisas boas, que leva o que há de melhor em Rondônia. Desde criança, quando eu queria ser apresentador de televisão, eu me lembro de que eu tinha uma vontade enorme de ser o Cid Moreira, porque eu achava que o Cid Moreira seria o melhor apresentador do mundo e de fato é. Mas eu quero ser, na verdade, o trabalho que eu quero fazer em Poeto Velho é um trabalho único, um trabalho que talvez não tenha outro programa igual, ou que fizesse, tanto é que eu estou há quinze anos nesse setor, eu quero agradecer as pessoas que estiveram comigo desde o primeiro momento como, por exemplo, o Alexandre Badra, que me deu a oportunidade de estar no programa dele CLOSE, o Zé Luiz Brandão, da Yes Bananas, que me deu a possibilidade de fazer o primeiro Programa Yes Preview, a Rede TV Rondônia que faz parte do SGC que é mais poderoso grupo de comunicação de Rondônia, com TV, Rádio, Jornal e Internet. Agradecer a minha família, aos meus parceiros de trabalho, sobretudo os meus telespectadores e a Vossas Excelências que hoje assinam também essa homenagem que eu recebo, eu, em nome do Ronaldo Carriço, também o meu sócio, nós queremos agradecer profundamente a essa homenagem. E dizer que sempre o Programa *In Foco* estará voltado, Senhor Presidente, estará voltado para a gente mostrar

o que há de melhor. Esta Casa não foi homenageada ainda pelo Programa *In Foco* como deveria ser. Então, eu gostaria de colocar o meu Programa, o meu trabalho à disposição de Vossas Excelências, e agradecer a todos os meus amigos, a pessoa da minha amiga Eliete Melo, empresária que está ali, tantas outras pessoas que estão aqui conosco também, eu fico muito agradecido.

Muito obrigado. Eu que tenho palavras para apresentar o programa, hoje estou um pouco emocionado, um pouco não, tanto emocionado a tal ponto que eu não consigo mais me prolongar. Mas, muito obrigado, de coração, a todos vocês, aos membros da Mesa, aos Parlamentares que aqui estão, muito obrigado do fundo do coração.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** - Quero aqui parabenizar o Deputado Léo Moraes pela propositura, da mesma forma o Marcelo Régis, Ronaldo Carriço e toda equipe técnica, parabéns por esse brilhante trabalho, continue sempre apresentando esse grande programa que será certamente muito aplaudido por toda população do nosso querido Estado de Rondônia.

Neste momento, declaro encerrada a Comissão Geral e retornamos aos trabalhos da Sessão Ordinária.

#### (Às 15 horas e 48 minutos encerra-se a Comissão Geral e reinicia-se a Sessão Ordinária)

Passamos as Breves Comunicações. Antes de passar a palavra, eu quero registrar a presença aqui do Vereador Estácio Salomão, Câmara Municipal de Machadinho d'Oeste; do senhor Pompílio Brito, vice-presidente da Associação de Moradores da Cidade Nova; o Exmo. Senhor Vereador Vanderilo Nogueira; Fabrício Neto, Câmara Municipal de Rolim de Moura; o Senhor Salvador Filho, Presidente da Associação de Produtores Rurais do Rio Pardo; o Senhor Jurandir Ferreira, Presidente da Associação dos Empregados da Emater; o Exmo. Senhor Vereador Chico Lata, Câmara Municipal de Porto Velho. Sejam todos bem-vindos, nos sentimos muitos honrados com a presença de cada um dos senhores.

**O SR. LÉO MORAES** – Senhor Presidente, pela Ordem. Só fazer um registro também, na presença do ex-Deputado federal Mauricio Calixto, que aqui está conosco, que é um grande comunicador e é uma honra tê-lo aqui mais uma vez.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – E acaba de chegar também, vamos registrar a presença do Presidente da Câmara lá de Seringueiras, meu amigo Milton, que inclusive é Presidente do meu Partido.

**O SR. LÉO MORAES** – O Quixadá também está aqui conosco Presidente, o Quixadá é amigo do Deputado Aécio da TV, ele é do município de Alto Paraíso, é uma grande liderança. Então, gostaria de saudar ele aqui.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – Com a palavra, por cinco minutos, sem direito a aparte, o Deputado Aírton Gurgacz.

**O SR. AIRTON GURGACZ** – Senhor Presidente, Deputado Lebrão, nosso colegas Deputados, imprensa, todos os



Vereadores aqui presentes, o Maurício Calixto representante da imprensa aí na plateia. Queremos comunicar que amanhã em Ji-Paraná começará a 14ª FECOMIND, Feira do Comércio e Indústria de Ji-Paraná, um evento que já entrou para o calendário estadual das feiras de negócio e é realizado pela Associação Comercial e Industrial de Ji-Paraná desde 2009; conta com a participação e cooperação do setor comercial e industrial da região e com grandes parceiros e investidores de diversas regiões para vários segmentos, incluindo órgãos e agentes públicos, instituições financeiras e empresas privadas que acreditam no projeto e aproveitam oportunidade para agregar valores às suas marcas, serviços de bem de consumo. A feira acontece de 14 a 17 de outubro, das 14 às 22 horas, no Ginásio de Esportes Gerivaldão, em Ji-Paraná.

A 5ª FECOMIND é uma realização da Associação Comercial e Industrial de Ji-Paraná – ACIJIP, com apoio da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná e patrocínio do SEBRAE. A nossa feira, a FECOMIND, ficou 02 anos paralísada; então, quero também aqui parabenizar o Presidente Hugo da TOPCON, que é o Presidente lá da ACIJIP, pelo retorno da nossa feira, porque é uma feira tão importante, onde todos os industriais, as pessoas do comércio, a participação popular possam apresentar ali os seus produtos da nossa região toda, da grande Ji-Paraná. Então, ficaram 02 anos sem ter a feira, isso causa um desgosto muito grande, prejuízo para o nosso comércio e também quando nós fazemos uma feira dessa, muitas pessoas de fora vêm para nossa cidade, aí hotéis, restaurantes e todo mundo nós temos um aumento de movimento muito grande dentro da nossa cidade. Então, gerando uma economia muito boa para o nosso município. Então, eu quero parabenizar mais uma vez a FECOMIND por essa grande iniciativa e parabenizar a nova diretoria por ter voltado, porque ficamos 02 anos sem tê-la.

Também quero aqui registrar que ontem, dia 12 de outubro, nós tivemos lá o aniversário de 36 anos lá da Rádio Alvorada que foi fundada em outubro de 79 pelos pioneiros da antiga Vila de Rondônia, o senhor Roberto Jotão Geraldo, Luiz Bernardes e Alcides Paio, foi a primeira rádio a ser instalada no interior do Estado, sendo um dos principais meios de comunicação difundindo as notícias da região central do Estado desde o ano de 2000. Desde o ano de 2000 a emissora faz parte do Grupo do Sistema Gurgacz de Comunicação, emprega mais de 20 profissionais, procurando sempre levar a melhor informação, entrevistas, informações cobrando da nossa municipalidade todas as situações que tem acontecido ali e na nossa região.

Então, é a primeira rádio e que completa 36 anos, eu até faço aqui um pedido, vou pedir um Voto de Louvor aqui para ser votado à tarde e peço apoio dos nossos Deputados para que aprovem, porque 36 anos de vida como a primeira rádio do interior do Estado de Rondônia e a gente precisa valorizar todo esse trabalho que a imprensa tem feito, os profissionais, ela hoje está na direção, diretor lá Rádio de Alvorada, gerenciada pelo jornalista Fábio de Souza, que tem em seus quadros a Fátima Aguiar como a mais antiga apresentadora de rádio lá da nossa cidade.

Então esses são os assuntos de hoje que eu trago, Sr. Presidente, e a gente espera aí a votação mais tarde. Então, muito obrigado pela atenção, boa tarde a todos.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – Obrigado, Deputado Airton. Ainda por cinco minutos, nas Breves Comunicações, o Deputado Adelino Follador.

**O SR. LAERTE GOMES** – Questão de Ordem, Presidente? Só registrar a presença aqui do nosso companheiro Vereador Fabrício, lá de Rolim de Moura, está presente aqui na nossa Sessão.

**O SR. ADELINO FOLLADOR** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoal aqui presente, a imprensa. Com certeza usamos hoje esta tribuna para registrar que hoje é o Dia do Fisioterapeuta. O fisioterapeuta faz um papel muito importante, trata doenças, lesões, empregando técnicas como massagens, ginástica, esse profissional trata de problemas causados por má formação, acidentes, vícios de postura e outros. As massagens de ginástica têm a finalidade de restaurar, desenvolver, manter a capacidade física, funcional do paciente, também faz tratamento com base na água, calor, frio e aparelhos, além de ajudar a recuperação de acidentados portadores de distúrbios neurológicos, cardíacos, respiratórios, ele trabalha com os idosos, gestantes, crianças, pessoas com deficiência física ou mental.

Então, parabéns ao Dia do Fisioterapeuta hoje dia 13 de outubro. Então, quero deixar aqui essa mensagem ao profissional tão importante para o dia a dia na necessidade. Quero também aproveitar esse momento dizer que nós fizemos, hoje de manhã estivemos com a Secretária de Educação cobrando recursos para PROERD, nós fizemos a indicação, conversamos com o Governador, conversamos com a Secretária e já tem o recurso destinado para o PROERD do ano passado. Este ano também estão sendo comprados alguns equipamentos para o PROERD e também tem mais o recurso empenhado para o material gráfico para a aplicação do PROERD no ano que vem. Ainda tem o resto de material que foi comprado, os quatrocentos e cinquenta mil que nós conseguimos na Assembleia Legislativa no final da administração passada e também esperamos que seja aplicado esse material. E eu destinei uma emenda para comprar dois carros para o PROED, um aqui para Porto Velho, para a Coordenação Geral e outro para a região de Ariquemes, para poder atender, porque o PROERD, como os carros da Polícia Militar são alugados, não pode ser destinado para o PROERD, aí a educação também não pode ceder carros também para o PROERD, então a Coordenação, as pessoas envolvidas estão encontrando dificuldades de locomoção. Então, nós estamos comprando dois carros, uma emenda minha, um para a região ali do Vale do Jamari, Ariquemes especificamente, e outro aqui em Porto Velho para a Coordenação para estruturar o PROERD.

Então, parabenizar o Governo do Estado, a Secretária de Educação que está priorizando um recurso em cima de uma atividade tão importante. Então, eu quero dizer que o PROERD é uma maneira de prevenir as crianças, prevenir os alunos para que entrem no campo da droga para alerta, não só as crianças que fazem o curso, mas também eles ajudam as outras crianças a se prevenir. Então, a Polícia, e o fato da Polícia Militar estar presente dentro dos colégios, junto com o aluno, se familiarizando junto com os alunos, isso espanta muito a droga de perto das escolas e dentro das escolas. Então, eu quero deixar aqui registrado essa ação muito importante.

Eu quero aqui também registrar a indignação também que nós tivemos hoje do representante do DNIT no Estado de Rondônia, quando ele foi entrevistado hoje na rádio e uma

pessoa de lá da região de Alto Paraíso e região de Cujubim cobrou por que a iluminação na BR-364, na entrada de Cujubim, na entrada de Alto Paraíso, está, Deputado Lebrão, muito tempo desligada, muito, muito tempo no escuro. E lá foi gasto dinheiro público para instalar lá aquela estrutura. E agora ele simplesmente falou: *"Eu não sei se está desligado, e não vou responder."* Esse é o representante DNIT do Estado de Rondônia. Irresponsável, não procura nem saber que vai dar uma resposta, não tem nem educação nessa entrevista em nível de Estado. Isso eu quero falar em nome da população que estava ouvindo, que ficou indignada, eu também fiquei indignado e ele tem que dar uma resposta à população e tem que dar uma resposta também por que da região de Ariquemes até ali, para lá de Itapuã, está parado, a empreiteira abandonou o serviço e até agora não tem uma nova empreiteira trabalhando, e tantos acidentes que estão acontecendo naquela região e ninguém dá uma atenção. Ai, falando que vai ter vinte milhões agora para fazer o Viaduto aqui do Bairro do Roque, espero que de fato esses vinte milhões, Deputado Aécio, deem resultados e espero que seja tudo aplicado e dê resultados, que conclua esse trabalho, porque já foi investido muitos, muitos milhões e a gente não viu retorno nenhum.

Então, eu quero deixar aqui a minha indignação pela pessoa responsável aqui, parece que é o Robson, que é responsável pelo DNIT em Rondônia, tem que ter mais sensibilidade, mais responsabilidade, mais educação quando vai dar entrevista em nível de Estado, respeitar o eleitor, respeitar a população que está do outro lado assistindo e espera uma resposta. Então, quero deixar aqui registrado também mais uma vez essa reclamação para o DNIT, volto a frisar que ele também teria que explicar por que é que estão investindo no trevo na entrada da mineração ali depois de Itapuã, onde não tem nada, e estão deixando de fazer o trevo ali nas marginais de Ariquemes, está deixando de fazer o trevo da entrada de Cacaulândia, vários Municípios que têm a entrada que precisam ser feitas e estão lá perdendo tempo na entrada da mineração que até a mineração já parou. Depois de Itapuã aí já parou, não tem acesso, não passa lá um carro a cada meio dia, e estão criando uma estrutura enorme. Dinheiro jogado fora.

Eu quero deixar aqui, mais uma vez, registrada essa indignação pela má distribuição do dinheiro público, principalmente pelo DNIT de Rondônia. Mais uma vez, eu quero registrar também a minha indignação com o IBAMA, intervindo na BR-319, mais uma vez parando o serviço, a recuperação que estava sendo feita com a Licença Ambiental do Amazonas, e agora multaram em sete milhões e meio a empresa e mandaram parar, e isso é uma falta de compromisso com o Brasil, com o desenvolvimento e lá não tem impacto nenhum, porque aquela BR está aberta há muito tempo, não tem risco nenhum. É falta de responsabilidade de quem foi lá, interditou mais uma vez a BR-319, que ela ajudaria muito o Brasil todo, mas principalmente Rondônia e também Manaus, que baixaria, com certeza, uns 30%, 40% o custo de vida daquela população, mais de três milhões de pessoas que estão lá precisando comer, precisam de comida, e nós aqui temos como produzir, produzir muito mais barato para fornecer àquela população e ficam pessoas que não têm responsabilidade atrasando, ficam lá em Brasília, ficam nos escritório simplesmente achando que aquilo

que pensam, que a ideia deles está certa. Então, eu quero deixar aqui o meu protesto também, para mais uma vez, inclusive, combinei com o Senador Acir que nessa caravana que vai ser feita para ir a Manaus, ele falou que vai convidar para a gente ir junto, e eu fico indignado. Era para ver a obra desenvolvendo e já parou, como é que nós vamos ver? Então, nós precisamos que a Bancada Federal vá a Brasília e faça o IBAMA recuar e deixar trabalhar, deixar fazer aquele trabalho, que eu tenho certeza que vai ajudar muito o Brasil, mas principalmente Rondônia e Manaus, Roraima e aquela região.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – Ainda nas Breves Comunicações, o Deputado Jean Oliveira, por cinco minutos, sem direito a apertes.

**O SR. JEAN OLIVEIRA** – Senhor Presidente, nobres Deputados, eu venho a esta tribuna, primeiramente, para agradecer todo carinho, conforto e solidariedade prestados nessa última semana à minha pessoa e à minha família. Foram noticiados os fatos na imprensa local sobre que meu pai havia sido infartado, sofrido um infarto. E eu quero aqui agradecer de coração muitos dos colegas Deputados que foram solidários, ligaram, prestando todo apoio naquilo que fosse necessário. Quero agradecer aqui aos amigos da Assembleia Legislativa, local em que meu pai teve a oportunidade de passar aqui um período grande da sua história política, onde teve oportunidade de exercer cinco mandatos como Deputado, e fez amigos aqui na Assembleia Legislativa e aí os servidores também prestaram carinho, prestaram solidariedade à nossa família. Aos amigos, aqueles que nos cercam, aqueles que nas horas difíceis e boas estão ao nosso lado, eu venho aqui, Presidente, fazer um reconhecimento em público, através da tribuna, para poder falar um pouco disso, falar que é bom receber carinho e conforto, mas o motivo real da minha vinda aqui é dizer que sempre criticamos Governo, criticamos Prefeituras, nas localidades nas quais temos conhecimento e temos trabalho, e eu quero vir aqui fazer o contrário, em vez de reclamar, agora eu quero agradecer, agradecer à Prefeitura de Porto Velho, porque no momento difícil em que você tem que tomar uma decisão de onde levar uma pessoa importante da sua família, no caso o meu pai, aonde levá-lo para receber os primeiros socorros, Deputado Lebrão, é muito difícil tomar essa decisão, uma vez que eu quero aqui dizer que eu não sou acostumado com esse tipo de situações, a mim nunca aconteceu caso nenhum desse na minha família e pela primeira vez caiu essa situação em nossas mãos, eu e o meu irmão tivemos que tomar decisão de onde levar meu pai para receber os primeiros socorros, meu pai não tem plano de saúde, mas a gente poderia ter levado ele para qualquer lugar, Deputado Lebrão, podia ter levado ele para o particular, são vários hospitais aqui em Porto Velho, mas na hora nós levamos na proximidade da minha Casa, na UPA, ali na Zona Sul, Unidade de Pronto Atendimento aqui do Município de Porto Velho. Confesso em dizer que eu já passei muitas vezes pela frente de uma UPA, muitas vezes, e passava por aquilo despercebido, nunca tive a curiosidade de adentrar até a UPA e observar o que era uma UPA, como era constituída aquela Unidade de Saúde, mas eu tive a infelicidade ou talvez a felicidade divina de no momento que eu adentrei essa UPA, eu entrei com a pessoa mais importante da minha

vida, que é o meu pai, uma situação de infarto, e teve total atendimento, naquele momento, Deputado Lebrão, as pessoas que estavam trabalhando ali não sabiam que eu era Deputado, eu não estava de blazer, eu não estava de gravata, naquele momento eu era um cidadão comum como qualquer outro e na hora de diagnosticar o meu pai que estava naquele momento do infarto se colocou uma pulseira vermelha no braço dele e ele foi até um atendimento, onde as pessoas com o risco maior de morte e meu pai foi bem atendido, não foi atendido como Carlão de Oliveira, o qual já foi Presidente desta Casa, mas foi atendido como José Carlos de Oliveira, um cidadão como qualquer outro, e naquele momento, a UPA da Zona Sul, que muitos de nós criticamos a saúde pública, mas eu quero dizer aqui que eu não tenho vergonha de dizer que foi atendimento público que salvou a vida do meu pai, porque se eu tivesse levado, isso eu conversando com médicos, amigos da minha família, se eu tivesse levado meu pai para um hospital particular, pagando uma fortuna, talvez meu pai não estivesse aqui conosco hoje. Não quero dizer que é a melhor saúde do mundo, não, não é isso que eu quero dizer. Só quero fazer um reconhecimento aos profissionais da UPA da Zona Sul e aos profissionais da saúde municipal, porque naquele momento foi o Pronto Socorro, foi o pronto atendimento que salvou a vida do meu pai. Depois do meu pai estar estabilizado, levamos, tentei comunicar com uma ambulância particular, uma UTI, podia naquele momento, Deputado Lebrão, oferecer o que tivesse de financeiro, que não tinha nenhuma ambulância particular à disposição. Tentei no particular levar meu pai da UPA até a Angiocenter, que é hoje a Clínica de Coração mais especializada de Porto Velho, de Rondônia. Naquele momento tentei, tentei, não consegui, quem foi prestar socorro para o meu pai novamente foi o serviço público, através do SAMU, que mais uma vez aqui eu quero retratar o trabalho maravilhoso que eles fizeram. Fizeram um atendimento rápido, com segurança, mantendo a possibilidade de salvar a vida do meu pai. Chegando até a Angiocenter, onde é uma clínica especializada em coração, em cardiologia particular, a partir daquele momento, também eu quero registrar aqui a Angiocenter, a UTI Cardiológica, o Hospital Central que deram atendimento de qualidade, mas esse já é particular. Mas eu quero fazer aqui uma ponderação no serviço público, neste momento, Deputado Lebrão, é que a gente como representante da população se vê na pele do cidadão que nos escolhe, que nos conduz até aqui para ser Deputado e os representar e fazer crítica para o Governo, fazer crítica para a Prefeitura, porque essa é a nossa função, é tentar corrigir o que está errado e através das nossas ações melhorar o serviço público, mas eu quero aqui, de coração, dizer que não é soberano e o melhor do mundo, mas os profissionais da UPA, com as suas limitações, fizeram um excelente trabalho e eu quero registrar isso.

Quero registrar também ao SAMU de Porto Velho que fez um grande trabalho. E eu só peço que, infelizmente nem todos têm a mesma sorte que a minha família teve de conseguir conter um infarto e salvar a vida do meu pai. Mas eu quero dizer que o serviço público de Porto Velho está bom e que com certeza absoluta merece a nossa contribuição, nós, Parlamentares, para que ele possa ainda mais ter um serviço de excelência e poder salvar vidas.

Então, eu quero dizer que neste momento é que a gente se pega e observa profundamente, o quanto a vida da gente é como uma vela acesa, que basta um sopro para que ela se apague. Então, eu quero agradecer, primeiramente, esses profissionais da saúde aqui do Município de Porto Velho, agradecer aos colegas Deputados que prestaram solidariedade. Deputado Léo Moraes também está com uma situação semelhante, mas esteve lá com a gente, Deputado Hermínio, Deputada Lúcia Tereza, os demais Deputados que também fizeram uma ligação para perguntar como é que estava e prestar o apoio. Enfim, fica aqui o meu voto de louvor a esses profissionais aguerridos, que muitas vezes a gente passa por eles despercebidos, passa pelas unidades de saúde despercebidas, mas que num momento fundamental da vida da gente elas estão lá para nos dar guarita, para nos dar a solução do problema que é vital. Muito obrigado, Presidente, esse é o meu pronunciamento em detrimento ao belo serviço da UPA da Zona Sul e do SAMU de Porto Velho.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – Parabéns Deputado. Ainda nas Breves Comunicações, Deputado Léo Moraes, por cinco minutos, sem direito a apertes e sem direito à Questão de Ordem.

**O SR. LÉO MORAES** – Senhor Presidente, Deputado Lebrão, gostaria de saudar e cumprimentar toda a Mesa, cumprimentar todos os Deputados Estaduais, em nome do Líder de Machadinho d'Oeste e adjacências, Deputado Ezequiel Junior, que tem uma belíssima família, cumprimentar todos os presentes aqui em nossas galerias, de forma muito especial o meu amigo, amigo da minha família, o Vereador Vanderilo Nogueira, Vereador de Rolim de Moura, é sempre uma honra ter a sua presença aqui, Vereador, e saiba que o que nós pudermos, nós estaremos sempre à disposição, a colaborar com o Município de Rolim de Moura, não somente pelo carinho e apreço por aquela terra, mas também pelo elo que nós temos e pela sua hombridade, que sempre está, logicamente, margeada ao seu trabalho político.

Gostaria de cumprimentar também o Vereador Fabrício, policial de carreira, e tenho um grande apreço por ele e pela sua profissão, e sempre tentamos defender a todos, da briosa Polícia Civil aqui nesse plenário e aqui neste Poder. Cumprimentar meu amigo Bosco, Bosco da Federal, ex-Secretário de Justiça, uma liderança de Porto Velho, e que eu posso chamar de meu amigo.

E vou ser muito breve aqui nas minhas colocações, primeiro parabenizar a EUCATUR, a União Cascavel, Deputado Aécio da TV, por ter, após muitos anos, agora reativado a linha Manaus-Porto Velho. Vale realmente esse voto de louvor, essa menção honrosa, afinal isso muito vai ajudar os munícipes daqui de Porto Velho, a todos os cidadãos do Estado de Rondônia, e também do lado de lá, os moradores de Manaus, que agora têm uma via a mais para chegar a Porto Velho. Isso vai fomentar certamente o turismo, até mesmo o início também da vazão e da falta de isolamento, na verdade do acesso a todos os povos através da nossa rodovia, BR-319, então vale a pena mencionar e parabenizar o grupo pela pujança, pela ousadia e por essa visão arrojada de retomar essa linha, ainda que não tenha trafegabilidade do modo como deveria.

Gostaria, de forma muito breve, rápida, de cobrar do Secretário de Justiça do nosso Estado de Rondônia, Secretário que não tem ainda a feição de andar pelos presídios e constatar a realidade de como se encontra o sistema prisional do Estado de Rondônia em relação à escala de trabalho de todos os servidores daquela Secretaria, Deputado Lebrão, que era 24 por 96, agora vão fazer 12 por 36 e 12 por 72, 72 horas e logicamente existe um perigo latente, muito grande, por conta do horário de saída desses agentes penitenciários. Nós sabemos que eles são alvos de perseguições, de atentados, e a gente fica muito preocupado. Vez ou outra é noticiada na nossa imprensa que eles são ameaçados de morte e aí sai naquela Estrada da Penal, que é um local sombrio, remoto, que carece de iluminação, e logicamente que a qualquer hora eles podem sofrer um atentado. Gostaria que o Secretário nos trouxesse essa resposta, já encaminhamos requerimento, indicação e ofício, para que ele apresente os motivos e as justificativas. Ontem, ontem mesmo, no feriado, fiquei sabendo que agora também teria uma nova alteração, seria 11 por 36. Isso nos causa muita preocupação, porque esse imediatismo de trocar o turno não se reflete no imediatismo de conseguir prever todo aparato suficiente para aqueles valorosos servidores não trabalharem em regime de estresse. Até hoje não conseguiram colete antibala. Até hoje não conseguiram a bala antimotim. Até hoje não conseguiram cilibrim de iluminação. Até hoje não conseguiram rádio HT de comunicação entre os próprios servidores. Até hoje não conseguiram municiar os postos de enfermidade, de atendimento aos detentos, aos apenados, mas nisso eles têm pressa. Nós também cobramos que tenha a mesma pressa para conseguir ver colchão, para conseguir ver kit de higiene, para conseguir ver material de limpeza para todos os apenados que estão naquele regime e para os servidores que, logicamente, em regime de estresse rendem muito menos do que poderiam, ainda que eu reconheça um belíssimo trabalho da grande maioria.

Então, cobro aqui, de forma pública, respeitando o tempo regimental, que o Secretário de Justiça dê uma resposta razoável, e mais do que isso, saia do acolchoado da sua poltrona, do ar condicionado do seu gabinete e vá conhecer a realidade do sistema prisional, vá conhecer a realidade das unidades socioeducativas, vá conhecer o que ele administra, porque se você não conhece, você não administra. Muito obrigado.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – Encerradas as Breves Comunicações, passamos ao Grande Expediente. Concedo a palavra ao Deputado Cleiton Roque, por 20 minutos, com direito a aparte. O Deputado Cleiton Roque está ausente, então passo a palavra ao Deputado Laerte Gomes, por 20 minutos.

**O SR. LAERTE GOMES** – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados. Queria aqui, primeiramente, cumprimentar o Vereador Vanderilo, lá do município de Rolim de Moura, está junto com o Fabrício.

Senhor Presidente, só falar sobre a tragédia que aconteceu lá na sua cidade, nós conversamos hoje, no município de São Francisco, no Hospital Regional, onde vitimou duas pessoas e tem alguns que também passaram mal, outros em estado grave, e nas cirurgias que esse mutirão de médicos,

Deputado Dr. Ribamar, foi fazer no Hospital Regional de São Francisco, e acabou ocasionando isso. Conversava com o Deputado Lebrão, ele já me adiantava que já está sendo investigado pelos órgãos competentes, mas entenderia também, Deputado Lebrão, seria de bom tom, e até Vossa Excelência também, liderando esse processo, da Comissão de Saúde aqui da Assembleia fazer uma visita tanto ao Hospital Municipal de São Francisco, conversar com o Diretor, como também aos órgãos que estão investigando esse ocorrido no município de São Francisco, que vitimou duas pessoas, uma de São Francisco e uma de Costa Marques.

Então, eu entenderia que seria de bom tom nosso Presidente, o Deputado Dr. Neidson hoje não se encontra aqui no Plenário, não sei se está na Casa, mas poderíamos até fazer, se Vossa Excelência me permitir, fazermos esse encaminhamento junto à Comissão de Saúde para que ela possa ir a São Francisco e também a Assembleia Legislativa cumprir o seu papel de averiguar e ouvir as pessoas envolvidas, que estão investigando o que de fato aconteceu no município de São Francisco, mas também que vitimou uma pessoa do município de Costa Marques. Eu queria aqui me solidarizar às famílias das vítimas, logicamente que isso não aconteceu por querer dos médicos, longe disso, mas nós precisamos que os fatos sejam apurados para que possamos saber. E as famílias também possam ter tranquilidade e saber o que aconteceu. E os que vão usar o sistema de saúde do Estado, o Hospital Regional de São Francisco, os que vão ainda usar possam ter tranquilidade e saber que isso foi um fato isolado, Deputado Lebrão.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – Deputado Laerte, me permite um aparte?

**O SR. LAERTE GOMES** – Pois não, Deputado Lebrão.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – Agradecer o aparte, Deputado Laerte. E reconhecer, sem dúvida nenhuma, que foi uma grande tragédia que aconteceu, não em São Francisco do Guaporé, mas propriamente no Vale do Guaporé, já que o Hospital de São Francisco é um Hospital Regional. Dizer que eu conheço vários Hospitais e sem aqui contestar o trabalho dos Hospitais, eu não conheço nenhum Hospital mais limpo, mais bem estruturado do que o Hospital Regional de São Francisco do Guaporé. Lamentavelmente, nós tivemos esse caso que está sendo investigado pela ANVISA, pela AGEVISA, os medicamentos, as ações dos profissionais. Era um mutirão de cirurgia, onde foram feitas 07 cirurgias, hérnia e vesícula, e lamentavelmente 05 pessoas passaram mal e duas pessoas infelizmente vieram a óbito. Eu estou aqui, como Deputado, aguardando o resultado, já que está sendo investigado, para que a gente possa ter um resultado que venha a esclarecer esse fato e a gente possa voltar à normalidade daquele Hospital. E lamentar o que aconteceu em São Francisco. Entendo também que a Comissão de Saúde deve, sem dúvida nenhuma, fazer uma visita lá em São Francisco do Guaporé, no Hospital e também as instituições que estão fazendo o trabalho de investigação sobre esse caso, que infelizmente veio a acontecer no Vale do Guaporé, no Hospital Regional de São Francisco.

**O SR. LAERTE GOMES** – Obrigado, Deputado Lebrão, e certamente Vossa Excelência sente muito, a gente sente muito, e Vossa Excelência sente muito mais até por ser morador de São Francisco e ter a sua atuação também ali na região do Vale do Guaporé, logicamente Vossa Excelência sente, e sente muito, com a gente também que somos da região e lamenta muito o ocorrido. Mas o que precisamos fazer agora, Vossa Excelência muito bem colocou, é que os órgãos que estão aí acompanhando, estão fazendo esse trabalho de investigação ANVISA, AGEVISA, a própria Comissão da Assembleia, fazer essa participação para a gente dar tranquilidade aos moradores que usam o Hospital Regional do Município de São Francisco porque cria uma preocupação aos moradores daquela região, e isso é normal, isso é normal devido ao ocorrido. Mas como Vossa Excelência me disse na Presidência tem que salientar também que a cada quinze dias há esse mutirão de médicos fazendo cirurgia, e ocorreu esse fato isolado pela primeira vez, nós precisamos saber o que realmente houve, não tenho dúvida nenhuma que vai ser esclarecido, os fatos vão ser esclarecidos e aqueles que, provavelmente foi erro humano, erraram com certeza vão responder por isso. O que nós precisamos e podemos fazer é dizer que há culpados, é politizar isso, isso foi um fato infelizmente, uma tragédia como Deputado Lebrão disse, uma grande tragédia, porque foram os jovens que tiveram as vidas ceifadas, uma grande tragédia que aconteceu nesse fato isolado, Deputado Ribamar, no Município de São Francisco, a gente lamenta muito, lamenta mesmo porque, ali no nosso Vale do Guaporé, são pessoas trabalhadoras, pessoas que realmente fazem aquela região desenvolver, na maioria dos casos pessoas simples, humildes que usam lá o sistema de saúde. Então, a gente lamenta muito e esperamos que o mais rápido possível nós possamos dar uma resposta tanto ao povo daquela região como à sociedade do Estado de Rondônia.

Deputado, Adelino Follador.

**O Sr. Adelino Follador** – Eu quero parabenizar por trazer esse assunto importante, porque foi assunto da mídia nacional, inclusive do *Fantástico*, e não é só a região de São Francisco, mas é o Estado de Rondônia. Eu acho que tem que trazer uma resposta que nem Vossa Excelência falou, Deputado Laerte, parabéns por trazer esse assunto, junto com o Deputado Lebrão, que é da região, eu conheço o Dr. Jorge, que é o diretor, foi meu colega Vereador em Ariquemes, há muito tempo, já foi para aquela região e faz um grande trabalho, ele praticamente vive em função daquele Hospital, se empenha, eu conheço assim a preocupação dele nesse sentido, eu tenho o encontrado e conversado muitas vezes, como ele foi médico em Ariquemes muito tempo, foi meu colega Vereador em Ariquemes, fomos Vereador juntos, a gente o encontra e a gente o vê correndo atrás, buscando alternativa para aquele Hospital. Eu tenho certeza que vai ser analisado, tem que ser dada uma resposta à população e tentar para que a população tenha a segurança que não vai acontecer mais nada de negativo naquele hospital. Mas com certeza nós temos que dar uma resposta. Parabéns, Deputado Laerte, por trazer esse assunto e estamos aquilo que for da nossa importância, inclusive até de repente na Comissão de Saúde, logo que tiver os fatos, trazer, fazer uma reunião para trazer ao público essa resposta. Obrigado.

**O SR. LAERTE GOMES** – Obrigado, Deputado Adelino, e lembrando como Vossa Excelência falou que é um Hospital de responsabilidade do Estado, é bom a gente frisar isso, e o Secretário Estadual de Saúde, o Pimentel, eu acho que esteve lá. Esteve lá, Deputado Lebrão? Eu não sei se o Secretário de Saúde visitou lá a Unidade de São Francisco, mas se não visitou, deveria visitar e dar uma resposta, logicamente junto com os órgãos que estão aí acompanhando a fiscalização, dar uma resposta para todos nós, para a sociedade. Eu já diria mais, Deputado Adelino, acho que a Comissão de Saúde, não sei se reúne hoje ou amanhã, já deveria tomar um providência e marcar uma visita juntamente com o Deputado Lebrão, e com todos nós aqui, uma visita em São Francisco, para estar indo *in loco* e depois ir aqui na ANVISA, na AGEVISA para poder também estar por dentro e acompanhando o que está sendo feito, qual o trabalho de investigação que está sendo realizado, eu acho que esse é o papel da Assembleia neste momento, o papel da Comissão de Saúde.

Dizer, senhor Presidente, também que nós estivemos nesse final de semana, no Dia das Crianças, em vários lugares, visitando o Município de Ji-Paraná, várias comemorações que foram feitas lá, o Município de Alvorada, estivemos no Município de Urupá, eu quero aqui deixar um abraço a todos os amigos os quais nós estivemos visitando, por sinal nos receberam muito bem, na Linha 114, em Alvorada, na linha 8ª, do seu Floro, também em Alvorada, a Maçonaria de Alvorada fez uma grande festa também no BNH em Ji-Paraná, no Município de Urupá, estive lá domingo no MotoCross que aconteceu no Município de Urupá, deixar aqui um abraço ao Zé Roberto, que é o Presidente lá do clube de MotoCross, e ao Naor que é o Vice, estivemos domingo em Ji-Paraná, na CPI - Comunidade Internacional da Paz, que fez uma festa muito bonita lá, a Festa das Nações, em prol, em benefício da Santa Casa. Mas, rodando por esses lugares todos, eu me deparei, Deputado Adelino, com a RO que liga a BR-364 ali na balança, até o município de Urupá, tem um trecho ali que está intransitável, nós já estamos em outubro, em outubro e infelizmente a rodovia, principalmente do trecho da BR-364 até o município de Teixeiraópolis, está com lugares horríveis, com buracos, com acidentes, Deputado Aécio, e só vê carro encostado lá, trocando pneus, já teve inclusive acidentes mais graves com carros e o DER precisa fazer o dever de casa, precisa fazer o básico, vou até estar amanhã com o Coronel Caetano, conversando com ele, não estou tecendo críticas ao Coronel Caetano, que eu até gosto do seu estilo e do seu trabalho. Mas as RO's estaduais precisam ter uma atenção diferenciada, chega o momento que as parcerias, elas são importantes, Deputado Adelino, mas antes de fazer parcerias você tem que cuidar da sua cozinha, você tem que cuidar da sua casa, você tem que cuidar, Deputado Cleiton, do que é responsabilidade sua e o que eu vi ali, fazia dias que eu não passava ali na RO que liga ali a BR-364 até o município de Urupá, o que eu vi ali me assustou, realmente, Deputado Lebrão, não sei se Vossa Excelência está passando por ali quando vai para São Francisco ou por Nova Londrina ou Médici, mas se estiver passando por ali, Vossa Excelência é testemunha do que eu estou falando. Eu espero que o Diretor do DER, a equipe, o responsável lá, eu acho que é o município de Ouro Preto, a região de Ouro Preto tem que tirar o pé do chão, sapatear a poeira e trabalhar,

que a questão ali realmente, ali nós vamos ter mortes já, já, com aqueles buracos que estão ali, tomara que não aconteça isso, mas vamos ter coisa mais séria, já, já, naquela rodovia se o DER não cumprir com sua obrigação. Ao mesmo tempo, Deputado Hermínio Coelho, a BR-364 que liga Ji-Paraná até ali para frente um pouquinho de Jarú, ali, ontem, eu vinha ali à noite, principalmente à noite, eu vinha à noite ontem ali, eu fiquei com dó, com pena, a gente anda toda semana, Deputada Lúcia, já conhece os buracos mais ou menos onde estão, mas era fila de veículo, pneu furado, fila de veículo com pneu furado e tem uma panela lá entre Ouro Preto e Jarú no meio, se o cara bate ali já era, se tiver sorte não acontece nada com ele, mas se tiver azar vai dessa para a melhor.

Então, precisa o DNIT também com urgência, eu vejo muito o DNIT arrumando onde está boa a estrada, botando uma capinha para região; aí, onde precisa, eles não vão, eu não sei o que acontece, ali está horrível, está perigoso, tem que se fazer uma operação emergencial ali; ou tapa-buraco ou seja lá o que quiser dizer, urgente, urgente, porque a situação ali realmente é preocupante e é uma situação, é uma situação grave.

Então, Senhor Presidente, eu queria deixar esse relatório nosso aqui no final de semana, aos nossos amigos que estão aqui no Plenário, aos amigos que estão em casa, através da TV Jorner, que é a TV da Assembleia, dizer que na próxima quarta-feira, foi falado aqui pelo Deputado que me antecedeu, vai estar acontecendo em Ji-Paraná, com organização da Associação Comercial e Industrial de Ji-Paraná, FECOMIND, que é uma das maiores feiras, senão a maior feira da indústria e comércio do Estado de Rondônia, nós vamos estar colaborando, destinamos uma emenda de cinquenta mil reais para a FECOMIND, para contribuir nessa ajuda, tenho certeza que todo o comércio de Ji-Paraná vai estar em peso, expondo nessa feira e a região central do Estado toda vai estar participando, vai estar participando desse grande evento organizado pela Associação Comercial e Industrial de Ji-Paraná sob a Presidência do nosso amigo, do empresário, o Hugo da TOPCON e toda sua diretoria.

Quero deixar aqui um abraço à diretoria, Hugo, a sua diretoria, a ACIJIP, desejar sucesso dessa feira. Nós vamos estar lá contribuindo também da mesma forma. E deixar um abraço no final aqui nosso, aos fisioterapeutas do Estado, dia 13 de outubro, hoje, é o Dia do Fisioterapeuta, essa profissão digna, honrosa, que nós temos tantos rondonienses aqui formados em fisioterapia prestando serviço, prestando à população do nosso Estado de Rondônia. Então, Senhor Presidente, era o que eu tinha para dizer e agradeço o espaço.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – Parabéns, Deputado Laerte, dizer que o Governo Federal deveria respeitar um pouquinho mais, não somente o Estado de Rondônia, mas a região Norte, e o DNIT é uma vergonha para o Estado de Rondônia, o DNIT em Rondônia não existe, lamentavelmente a BR-364, ela está sem condições de tráfego em alguns trechos e eles não tomam providência nenhuma. Ainda no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Cleiton Roque, por 20 minutos, com direito a partes.

**O SR. LAERTE GOMES** - Só para estender o seu comentário, antes que o Deputado Cleiton Roque chegue a tribuna, é só

andar da 429 que vê o desleixo, vê o desleixo de DNIT, Deputado Cleiton, com as pontes inacabadas e os pedaços de asfalto por fazer, isso é uma vergonha.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** - E ainda com ajuda do IPHAN, que não define nunca os sítios arqueológicos, discutindo ainda osso de índio lá.

**O SR. ALEX REDANO** - Senhor Presidente, peço permissão ao nobre colega Cleiton Roque antes de começar o seu pronunciamento, mas é por uma justa causa, agradecer a presença da minha digníssima esposa e o meu filho no Plenário, meu filho Guilherme, a minha esposa Carla, falar que essa semana de trabalho de Porto Velho será uma semana mais leve com a presença dos meus amores. Obrigada.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – Gostaria que ela se colocasse de pé para que a gente pudesse fazer aqui uma foto e depois nós vamos fazer uma concessão de título honorífico porque para suportar esses Deputados não deve ser muito fácil, não.

**O SR. EZEQUIEL JUNIOR** – Sr. Presidente, só Questão de Ordem, contando aqui com a compreensão do brilhante vice-líder do Governo, Deputado Cleiton Roque, quero registrar a presença também, Deputado Alex Redano, da minha esposa também que está aí, Luana, está lá atrás junto com a minha filha Nicole e o filho Ezequiel Terceiro.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – Gostaria que ela se colocasse de pé também para a gente conhecer a esposa do Deputado Ezequiel.

**O SR. CLEITON ROQUE** – Sr. Presidente, Deputado Lebrão, presidindo a Sessão neste momento, em nome do Deputado Lebrão cumprimentar todos os demais Deputados e Deputadas aqui presentes no Plenário, servidores desta Casa que nos auxiliam, o público que nos acompanha pelo veículo de comunicação, transmitido simultaneamente para o todo planeta Terra.

Então, eu quero aqui saudar o público aqui presente, em nome das esposas dos Deputado Alex Redano, Carla Redano, e da esposa Luana, do Deputado Ezequiel Junior. Então, em nome dessas duas senhoras, cumprimentar todos os nossos amigos e amigas presentes aqui no Plenário.

Sr. Presidente, eu venho no momento utilizar a tribuna, eu ia falar também sobre o que vi nessa madrugada na BR-364, mas o Deputado Laerte Gomes e a Deputada Lúcia já falaram sobre esse assunto, Deputado, eu acredito que nós vimos na mesma hora, porque ali no trecho entre Ouro Preto até a Fazenda Nova Vida eu passei por uns oito carros trocando pneu ali, já eram altas horas da madrugada. Então, a gente lamenta profundamente e seria interessante que esta Casa encaminhasse expediente não só para DNIT, mas para a bancada federal, porque ainda está fácil de resolver o problema, mas com o início do período chuvoso com certeza vai virar atoleiro mais uma vez na nossa BR-364. Também só trazer a informação aqui aos Deputados presentes que continua avançada a obra de recuperação da RO-489 que interliga a BR-364 até o Município de São Filipe, durante alguns anos nós

estamos sofrendo, o Deputado Só Na Bença junto conosco tem também batalhado e tem acompanhado diariamente a situação da RO-489, e as obras continuam avançadas. Então, só trago aqui essa informação, da mesma forma a obra de ampliação da Av. Riachuelo, em Pimenta Bueno, foi dado em início em torno de 10 dias, também recurso do Governo do Estado, a empresa contratada já está fazendo o serviço de terraplagem, o compromisso é que se conclua antes do fim de outubro, no muito tardar começo de novembro a duplicação da Av. Riachuelo. Da mesma forma o trecho de Chupinguaia até o frigorífico Marfrig, que são dois mil e duzentos metros, Deputada Lúcia, e realmente esta praticamente concluída a obra lá. Então, a gente saúda o Governo do Estado, parabeniza..

**A Sra. Lúcia Tereza** – Um aparte Deputado?

**O SR. CLEITON ROQUE** – Sim, Deputada Lúcia.

**A Sra. Lúcia Tereza** – Eu fico muito feliz que Vossa Excelência assim com tanto entusiasmo, ainda mais por ser tão jovem agradecer essas ações governamentais e fico pensando que a gente tem que ser humilde bastante para saber da incompetência da gente, às vezes da impotência da gente, porque o que nós estamos lutando, eu vejo e fico feliz que é nosso Estado, olha, Deputado Cleiton, que nem Vossa Excelência falou, Vossa Excelência e o Deputado Só Na Bença persistindo e já estão conseguindo, parabéns. Eu só queria que Vossas Excelências me ajudassem a fazer também um trato, a cumprir um trato, o senhor Governador a quem eu tenho o maior respeito, acho um *gentleman*, Vossa Excelência está entendendo? Um cavalheiro, super educado, a nossa BR-387 já está acontecendo acidente, já está perigosa, e só é um recapeamento de oito quilômetros no máximo nos 24, eu queria que Vossas Excelências, com tanta abertura que tem nesse Governo, nos ajudassem; está ajudando Pimenta, está ajudando Espigão porque tem muita gente de Pimenta que trabalha em Espigão, para ajudar a gente, ao Governador recompor imediatamente antes do período chuvoso o recapeamento e sinalização da BR. E quero parabenizar Vossa Excelência pela atuação, que bom que Pimenta Bueno tem dois Deputados tão fortalecidos e é mais do que justo, Vossas Excelências deram apoio ao Governador, mais do que justo o Governador está atendendo as reivindicações que são reivindicações do povo por Vossas Excelências.

**O SR. CLEITON ROQUE** – Deputada Lúcia, com certeza eu me junto a Vossa Excelência, tenho certeza que o Deputado Só Na Bença também e a gente o quanto antes vamos fazer uma gestão junto ao DER, junto ao próprio Governo do Estado, mas assim a gente tem, na própria questão da 489 a dificuldade é diária, às vezes é atraso no pagamento da medição, a empresa paralisa a obra, às vezes retira um equipamento lá depois é difícil voltar, então é uma luta muito grande. Mas eu trago essa informação de que a obra está acontecendo lá e nós temos que trabalhar para que ela não pare. Por quê? Não vai dar para terminar 100% dela, Deputada Lúcia, este ano, mas a meta é fazer 10 quilômetros dessa recuperação e o restante dos outros dez quilômetros após o fim do período chuvoso, em 2016. Então, assim, mas nós precisamos terminar esses 10 quilômetros, porque senão tudo o que foi feito vai ficar praticamente perdido.

Mas eu me junto a Vossa Excelência, sei dessa demanda e sei que é compromisso do Coronel Caetano também com a Deputada Lúcia Tereza quanto à recuperação da BR-387. Isso eu ouvi da boca dele na semana passada, dizendo de alguns compromissos que está concluindo para aí então cumprir esse compromisso firmado com a Deputada Lúcia Tereza e com o Município de Espigão do Oeste.

**A Sra. Lúcia Tereza** – Que bom, Excelência, quando Vossa Excelência já falou isso já me animei novamente. Obrigada.

**O SR. CLEITON ROQUE** – Senhoras e senhores, hoje eu também não vim somente falar, Deputada Lúcia, das coisas que às vezes estão acontecendo, não. Eu vim também aqui na Tribuna, Deputado Lebrão, me queixar de minha insatisfação. Naturalmente, eu acredito que todo mundo que nos acompanha sabe o quanto a gente defende, tem defendido as ações do Governo do Estado, de maneira geral o quanto a gente é leal a ponto de comprar várias brigas, de realmente ajudar a solucionar os problemas, isso independente de pasta, independente de partido, independente de projetos políticos, porque eu reconheço o avanço em várias áreas. E eu já utilizei esta tribuna aqui nesta Casa, inclusive para enaltecer, parabenizar a ação por parte da Secretaria Estadual de Saúde, do Secretário William Pimentel, do seu Adjunto Doutor Maiorquim, que são realmente pessoas que de fato querem contribuir. Eu tenho certeza que quando o Governador escolheu, o Governador Confúcio escolheu o Pimentel, o William Pimentel e o Maiorquim, ele acertou porque esses profissionais eles assumiram o serviço de Saúde e começaram a dar resultado, e eu fui uma das pessoas, Deputado Adelino, e Vossa Excelência lembra bem, que vim a esta tribuna aqui, Deputado Hermínio, Deputada Lúcia, Deputada Glaucione, Presidente Maurão de Carvalho, e realmente parabenizei a ação do Governo quando ele assumiu o Pronto Socorro, na época era Hospital São Daniel Comboni, em Cacoal, ele assumiu e transformou, iniciou um processo de transformação ali no Pronto Socorro Estadual, sendo de responsabilidade e gerência do Governo do Estado, recurso do Estado, enfim. E na realidade nós entendemos e enaltecemos e parabenizamos a ação do Governo, Deputada Glaucione, que é do município de Cacoal também e sabe muito bem do que eu estou falando. De que a intenção do Governo foi justamente dividir o Estado em dois, ou seja, de Ji-Paraná para cima é um Pronto Socorro de Média e Alta Complexidade continua sendo o João Paulo II até a conclusão das obras do outro hospital, onde realmente vai substituir o João Paulo, e quando concluir com certeza melhorar muito os atendimentos aqui nessa região e lá em Cacoal, ficando como um grande centro ali, tem o Hospital Regional e tendo o Pronto Socorro também para que de Ji-Paraná para baixo atendendo a Zona da Mata, a BR-429 e todo o Cone Sul como a referência de Média e Alta Complexidade.

Pois bem, na realidade eu venho aqui manifestar a minha insatisfação pela maneira que está sendo administrado esse complexo. Eu falo isso não é porque é vontade pessoal do Deputado Cleiton Roque, não. É porque quando as pessoas nos procuram, quando as pessoas fazem denúncia, criticam, que cobram ação de nós, Deputados Estaduais, ainda mais eu sendo, fazendo parte daquela região, ainda mais estando em

uma das lideranças do Governo, somos muito mais cobrados pela população, pelas pessoas que utilizam esse sistema. E aí, eu quero aqui, senhor Presidente, Deputado Maurão, manifestar minha insatisfação pela maneira e pela inversão de prioridade do que está acontecendo lá. Veja bem, nós sabemos que tanto o Pronto Socorro quanto o Hospital Regional ele é de Média e Alta Complexidade, ou seja, serviços ambulatoriais de baixa complexidade compete aos Municípios fazerem. E aí são diariamente as reclamações que batem na porta do nosso gabinete aqui em Porto Velho, do nosso escritório regional em Pimenta Bueno, dos nossos assessores e dos nossos representantes que nós temos no interior, quanto às dificuldades encontradas tanto no Pronto Socorro quanto no próprio Regional também. A ponto, Deputada Lúcia Tereza, de faltar esparadrapo, de faltar gaze para você fazer um simples curativo. E aí eu tomo a liberdade, Presidente Lebrão, de vir aqui manifestar a minha insatisfação, porque eu fiquei sabendo de um programa que está sendo desenvolvido lá nesse Complexo Hospitalar e está sendo administrado pelo diretor regional lá de um programa, que a minha opinião é extremamente importante sim para a população, é bom para a população, mas é de competência do Município. Aí nós deixamos de fazer, Deputada Lúcia, aquilo que é de responsabilidade do Governo do Estado, que é de responsabilidade do Estado e passamos a fazer a responsabilidade que é do Município.

Eu quero dizer o seguinte: todas as pessoas têm liberdade para disputar a eleição, têm liberdade, Deputado Lebrão, para colocar o seu nome na disputa, mas não pode colocar uma situação, uma legislação que na realidade coíbe, já definiu de quem é a competência. E olha, Deputado Hermínio, o que eu recebo de ligações, diariamente, muitos no período noturno, muitas madrugadas nesse nosso mandato nós passamos, realmente tentando solucionar problemas ocasionados e as pessoas estão lá dentro, às vezes estão precisando de um encaminhamento, estão precisando de um atendimento e muitas vezes não conseguem ser atendidos. Então, eu quero aqui manifestar a minha insatisfação, já falei para o Governador Confúcio, fiz a reclamação. Já há algum tempo, em torno de 20 a 25 dias, falei com o Secretário Pimentel e ele me disse o seguinte: "*Toda situação que ocorrer me informa*". Mas eu sei que o Secretário tem tanta responsabilidade na cabeça dele que não pode ficar se preocupando com essas situações, então eu torno aqui pública a minha insatisfação da necessidade de uma mudança de comportamento no complexo hospitalar no conjunto de aparelho público de saúde no Município de Cacoal.

**O Sr. Adelino Follador** – Me permita um aparte, Deputado?

**O SR. CLEITON ROQUE** – Pois não, Deputado.

**O Sr. Adelino Follador** – Eu quero parabenizar o Deputado Cleiton Roque por colocar essa sua manifestação, muito justa, eu acho, inclusive quando foi para assumir aquele hospital lá em Cacoal eu fui um dos que questionei, porque eu estive na época com o Willames Pimentel, que é o Secretário, eu quero até elogiar que ele tenta fazer um trabalho da melhor maneira, ele e o Maiorquim tem feito o possível, mas eu falei para ele e ele falou: "*Infelizmente, o Governador já assumiu*". Mas ele também estava falando que gastaria de 15 a 20 milhões a mais para manter aquele outro hospital lá em Cacoal.

Então, tem que assumir todos os hospitais, Ariquemes também, tem que assumir o hospital de Ariquemes, Jarú, que está interditado, teria que assumir. Então, eu acho que nós temos que cuidar que nem agora foi citado pelo Deputado Laerte a necessidade de cuidar primeiro da responsabilidade do Estado. O que é de responsabilidade do Estado? Seja estrada, vamos fazer as nossas estradas, vamos fazer parcerias, vamos fazer primeiro a alta complexidade bem feita e se puder depois faz as parcerias, eu sou a favor, mas sem esquecer a média e baixa complexidade. A baixa complexidade é de todos os municípios, a média complexidade é dos municípios polos e eu ainda falo desde quando eu fui Secretário da AROM, eu sempre questiono, Porto Velho se acomodou, não faz a média complexidade, Porto Velho tem que fazer. "*Ah! Mas nós temos a maternidade!*". Isso é 10% da obrigação que o município tem que fazer, a média complexidade. Então, aí joga tudo no João Paulo. E quem é que faz o Pronto Socorro nos municípios polos? São os municípios, porque aqui em Porto Velho o Estado tem a UPA, mas aí está pegando só uma parcela, o João Paulo está indo todo mundo para lá, lá deveria ser o município, o município fazer uma triagem e jogar a alta complexidade para o Estado; a baixa e a média complexidade quem tem que fazer a triagem são os municípios polos. A Deputada Lúcia Tereza foi Prefeita, aqui tem vários Deputados que foram Prefeitos e sabem que na pactuação é a baixa complexidade que são todos os municípios, a baixa complexidade para os municípios polos e a alta complexidade que é de responsabilidade do Estado. Aí tem que fazer o exame de alta complexidade, o Estado não pode fazer porque não tem dinheiro, porque está gastando na média complexidade e aí é responsabilizado na Justiça e está fazendo na marra a alta complexidade e muitas vezes o cidadão fica perdido aí sem opção.

Então, quero deixar aqui, dizer que o Governador e o Secretário de Saúde têm que fazer parceria, sim, o Diretor do DER tem que fazer parceria, sim, com os municípios, mas primeiro fazer o que é de responsabilidade do Estado para que o Ministério Público não fique acionando, e com razão, porque se você assume tudo tem que chamar na responsabilidade mesmo e a população fica ali na alta complexidade precisando e o Estado não consegue atender. Obrigada.

**O Sr. Jean Oliveira** – Sr. Deputado Cleiton Roque, eu só queria fazer uma ponderação. Até porque agora há pouco falei sobre saúde e Vossa Excelência não estava aqui, eu acho. Falei sobre saúde, inclusive fiz, evidenciei o trabalho da UPA nos primeiros socorros, quando foi o caso do meu próprio pai, eu senti na pele e eu elogiei a UPA pelo excelente trabalho aqui em Porto Velho, e volto a frisar que faz um belo trabalho a UPA, é verdade que Porto Velho não se compara, em absoluto, com nenhum município, o município que mais tem habitantes depois de Porto Velho tem menos da metade do que Porto Velho...

**O Sr. Adelino Follador** – Que mais tem recurso, quem mais tem recurso.

**O Sr. Jean Oliveira** – Muito menos da metade, Porto Velho tem pelo menos quatro vezes mais do que qualquer outro município neste Estado. Porto Velho hoje é maior do que muita regional, infelizmente essa é a realidade, por isso que a saúde



aqui é esse colapso, mas eu quero dizer que o Pronto-Socorro João Paulo ele está entupido de ambulâncias do interior, tem dias que eu passo, eu moro perto do João Paulo, tem dias que o João Paulo tem 16 ambulâncias...

**O Sr. Adelino Follador** – Mas a alta complexidade é obrigação, é compromisso.

**O Sr. Jean Oliveira** – Calma, calma! Agora eu quero lhe dizer uma coisa, Deputado Adelino: saúde é óbvio que tem a separação de baixa complexidade, média complexidade e alta complexidade. A alta fica por conta do Estado, a baixa e média por conta do município. Agora, da mesma maneira que muitas vezes o Pronto-Socorro, a UPA faz serviço de alta complexidade naquele momento porque o paciente chega mal, o Pronto-Socorro, a Unidade de Saúde, seja ela do Estado ou do município, não pode se negar a fazer o atendimento de saúde, Deputado Cleiton Roque...

**O Sr. Adelino Follador** – Vossa Excelência acha que no interior não faz, não?

**O Sr. Jean Oliveira** – Não pode se negar porque o paciente não tem culpa dessa distribuição do Poder Público de Estado fica com isso e Município fica com aquilo, por isso que eu quero fazer aqui a ponderação, só defendendo o Município de Porto Velho, porque agora há pouco eu fiz um pronunciamento dizendo que tem um belo trabalho no Pronto Socorro, no pronto atendimento.

**O SR. CLEITON ROQUE** – Com certeza, Deputado Jean.

**O Sr. Hermínio Coelho** – Deputado Cleiton, só queria dizer o seguinte: estão fugindo da fala do Deputado na tribuna, que é com relação à situação lá de Cacoal, a politicagem que esse Secretário ou Diretor está fazendo lá. Agora já estão metendo Porto Velho. Não tem nada a ver, a discussão aqui é a situação lá, situação até criminosa pelo que está se vendo aí desse Diretor lá de Cacoal.

**O SR. CLEITON ROQUE** – Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Agradecer o aparte, Deputado, dizer que lamentavelmente o Governo do Estado está deixando os Prefeitos mal acostumados. Hoje, não estão fazendo nem as pequenas complexidades, às vezes arrancam uma unha de um paciente lá no interior e eles mandam aqui para a Capital. Ficou muito fácil o Prefeito dizer que a saúde faliu, que a saúde do seu Município quebrou e o Governo do Estado deu um tiro no pé quando ele assumiu ali o Daniel Comboni, que é até um hospital regional, era só investir mais no hospital regional. Tenho certeza que Cacoal, a partir do ano de 2017, estará sendo muito bem administrado pela nossa Deputada, a Glaucione, que será a próxima Prefeita, e sem dúvida nenhuma vai assumir aquele hospital de uma vez por todas e mostrar que tem jeito.

**O SR. CLEITON ROQUE** – Obrigado, Deputado Lebrão. Deputado Hermínio.

**O Sr. Hermínio Coelho** – Obrigado, Deputado Cleiton Roque, pelo aparte. Eu queria dizer primeiro o seguinte: esse Vasques, esse cara, eu só vejo o povo falar mal dele. Trata mal os Deputados, não respeita e faz essa politicagem, essa politicagem barata e suja lá no Município e na região de Cacoal. O que vai acontecer? O que vai acontecer na saúde é o mesmo que aconteceu no DER, quando você deixa aloprados mandar e desmandar e se achar o dono do mundo ou o rei da cocada, tipo o tal do Mosquini fez com o DER. O DER está aí, só os pedaços. Quebrou e está quebrado mesmo, o Coronel está lá eu não sei nem fazendo o quê. Está louco lá, porque o DER não consegue juntar os pedaços do DER e esse Vasques está fazendo a mesma coisa em Cacoal. Agora, eu quero saber, quem é Vasques no jogo do bicho? Quem é esse Vasques que tem esse poder todo de manipular, de fazer essa política criminosa, que o Estado deixa de fazer o papel dele lá em Cacoal, atender como deveria atender para ele estar fazendo a política, a politicagemzinha barata e suja, no Município de Cacoal, buscando, sim, que é o candidato do PMDB, inclusive eu vou levar isso para o Ministério Público, quero alertar o Ministério Público de Cacoal, o Ministério Público aqui de Porto Velho, para ver. Esse cara já está fazendo campanha antecipada, de forma suja e criminosa e a Justiça tem que ficar atenta. Mas o que a Assembleia tem que fazer? Os Deputados aqui, o Governo tem maioria absoluta aqui, e esse Vasques fica tratando mal e não respeita os Deputados desta Assembleia, pede a cabeça desse elemento, ou esse Vasques manda mais do que o Confúcio? Parece que esse Governador Confúcio não manda também em nada, sabe. Pense em um banana, é esse Confúcio Moura, governadorzinho que não manda em nada é esse Confúcio Moura. Ah, então tem uma cambada lá, e o próprio Pimentel, as pessoas ficam colocando, eu até que gostava bastante do Pimentel, e ele tem suas competências, mas ele apoia, sim, esse Pimentel apóia sim as ações desse Vasques. Isso aí é tudo joguinho. E principalmente para fazer politicagem, tentando, jogando a desgraça de Cacoal nas costas da nossa Deputada Glaucione, muitas vezes tentando, fazer essa política suja contra a nossa Deputada lá de Cacoal.

Por isso, Presidente Maurão, a Assembleia tem o direito, tem o direito e tem o poder, sim, de exigir que esse Governador possa até manter esse tal de Vasques lá, mas faça-o respeitar e cumprir o papel dele, não ficar fazendo essa política suja, Deputado Cleiton, não dá para ficar fazendo essa política suja. E aqui, Deputado Jesuíno, eu estava até pensando o seguinte: vamos fazer uma CPI lá na saúde de Cacoal, ver quem é esse Vasques mesmo, descobrir o que é, porque isso aí é só um pouquinho dos rolos, Deputada Glaucione, com certeza o que tem de rolo lá naquele hospital, como tem também nos daqui. Aqui some criança, aqui morre gente. Agora teve esse trem de São Francisco, que saiu até no *Fantástico*, que eu fiquei até admirado, fiquei até espantando quando vi São Francisco do Guaporé no *Fantástico*. É como falei, aqui em Rondônia acontece tanto absurdo na saúde deste Estado e fica tudo por isso mesmo. Aqui some criança de hospital, aqui acontece de tudo, Deputado Adelino, e ninguém investiga nada. A Justiça não investiga, Deputado, muito menos Deputados, muito menos, por isso que vamos fazer pelo menos o nosso papel. Eu vou pegar tudo isso aí e vou denunciar ao Promotor, peço

aqui ao Promotor do Ministério Público lá de Cacoal que tome providência, comece a investigar esse Vasques e esses outros, porque oh lugarzinho que tem gente ruim, eu pensei que só era em Porto Velho que tinha muito bandido, mas em Cacoal também, parece que está cheio ali de gente ruim também. Por isso, e também o nosso Ministério Público aqui, o nosso Procurador Geral, o Dr. Ailton, que investigue para que não aconteça esse crime, porque hoje não dá mais para você ver esse crime abusando, usando a máquina do Estado para fazer politicazinha, politicagem, visando ganhar o pleito eleitoral, levar vantagem no ano que vem na eleição do Município.

Obrigado, Deputado Cleiton, pelo aparte.

**A Sra. Lúcia Tereza** – Permita-me um aparte, Deputado?

**O SR. CLEITON ROQUE** – Pois não, Deputada Lúcia.

**A Sra. Lúcia Tereza** – Deputado Cleiton, eu fico pensando no tanto de esforço que nós já fizemos para ter aquele hospital regional. O senhor sabe que em governos passados que foi construído, depois foi acabado por esse Governo. É uma aspiração, uma necessidade de nós todos que moramos de Ji-Paraná até Vilhena, porque Porto Velho é tão distante. E eu sei, e gostaria de deixar aqui gravado isso, que eu sei dos esforços que o Dr. Pimentel, o Dr. Maiorquim têm feito para direcionar ações, recursos para incrementar. Agora, eu toda feliz, que vai ter a UTI Neonatal lá, é uma necessidade, porque um recém-nascido, para viajar 700, 800 quilômetros, até chegar aqui em Porto Velho no Cosme e Damião, muitas vezes a gente perde, no meio do caminho, a vida dessas crianças.

Então, a cada progresso, a cada coisa que se faz, a gente fica muito feliz. E me deixa aqui pensando que esse Hospital foi construído para que nós fôssemos atendidos mais depressa na alta complexidade. E nós sabemos que não tem governo que dá conta de atender tanto, principalmente na área ortopédica. E tudo que o senhor falou, eu não vou repetir porque a gente passa, porque é de madrugada, é de noite, porque as pessoas estão sem muito cuidado, estão desatentas. E o senhor acredita que só em Espigão d'Oeste, em duas semanas teve 14 pessoas que precisam de cirurgias ortopédicas, e na maioria das vezes com UTI. Estamos sofrendo tudo, mas não passa despercebido o que o Secretário, o senhor Governador, o Secretário e Adjunto de Saúde têm feito, não têm medido esforços para incrementar, para pôr aquilo para funcionar, porque aí sim nós vamos ter uma saúde de qualidade e também aliviar Porto Velho.

Nós sabemos de tudo isso. Se fosse ficar falando, a gente sabe discutir o assunto que a gente vive os problemas da saúde. Quero enaltecer o esforço de toda a equipe do Governador na saúde. Agora, não posso admitir que tenha essa prioridade Cacoal, também, de ter esse programa que Vossa Excelência acabou de falar e eu já fiquei sabendo também, que eu acho maravilhoso, porque eu acredito na saúde preventiva. Eu acredito que só assim a gente poderá realmente ter mais condições de ter uma saúde curativa, menos pesada. Agora, por que é que só tem em Cacoal? Porque se é do Estado, o Estado tem que atender a todos os municípios. Eu quero que atenda Espigão d'Oeste também com esse programa. Eu preciso que atenda, porque já que no Hospital Regional a gente fica

até amedrontado, até preocupado porque é muita gente, não se atende, não atende a demanda, está faltando condições de material, de pênsl, de remédio, e como é que o Estado vai fazer? É mesma coisa que a Secretaria de Educação, se o município não fez o pré-primário, não fez de primeira a sexta série e não fez o ensino médio, pagar para fazer a faculdade, o terceiro grau. Tem inversão de valores aí.

Então, nós precisamos que se façam as coisas bem feitas. Se for programa do Governo, eu preciso que vá para Espigão d'Oeste. Eu preciso e Vossa Excelência também sabe que precisa ir para Pimenta Bueno. Agora, não é possível que o Hospital Regional, com toda a esperança nossa, deixe de atender porque estão abrindo um leque muito grande na saúde. Nem vai atender Deus e nem o diabo, o senhor está entendendo? E não pode ser assim. Eu tenho certeza que nós temos que conversar e ver. Se for como Vossas Excelências estão falando que está se fazendo nos bairros, no Riozinho, eu também quero em Espigão d'Oeste, mas sei que isso é de alçada do município. Nós sabemos também que poderemos ser mal compreendidos nesta tarde de hoje, reclamando porque está se fazendo saúde. Ah! Se cada família tivesse um médico! Muito bom! Nós queremos mais saúde. Nós queremos saúde com qualidade, tanto é que aqui nesta Assembleia nenhum Deputado vacila e nem demora para aprovar qualquer projeto de remanejamento de dinheiro para a Saúde. De projeto que o Governo manda para a Saúde, todos aqui aprovam imediatamente. Quero aqui deixar bem claro que eu sou a favor de atender com qualidade as pessoas e não desviar de função, de foco. Nós precisamos que o Hospital Regional de Cacoal atenda a região. É para isso que ele foi construído, é para isso que nós alocamos recurso. É para isso que o senhor Governador, desafogando aqui Porto Velho e atendendo mais rapidamente e melhor as pessoas da nossa região, de Ji-Paraná para lá.

Então, nós precisamos ver o que está acontecendo, porque se está fazendo saúde pública, saúde da família com recurso, com material do Hospital Regional, nós temos que comunicar primeiro ao senhor Secretário de Saúde, porque eu acredito que ele não admite desvio, ele não admite desviar o foco daquele Hospital Regional, que eu sei que são incansáveis, tanto ele como o Maiorquim e a ordem do senhor Governador é para incrementar e fazer funcionar. E nós estamos aguardando o funcionamento completo, integral do Hospital Regional, para isso nós estamos juntos para fazer saúde, eu estou junto com Vossa Excelência para fazer saúde, para dar nosso apoio, para comprar remédios, para comprar equipamentos, mas para se fazer saúde curativa e de alta complexidade, para isso que ele foi construído.

**O SR. CLEITON ROQUE** – Com toda certeza, Deputada Lúcia, muito obrigado.

**A Sra. Glaucione** – Permita-me um aparte, Deputado?

**O SR. CLEITON ROQUE** – Pois não, Deputada.

**A Sra. Glaucione** – Obrigada, Deputado. Só para deixar claro aqui, até porque é a minha cidade, a nossa região, minha, do Deputado Cleiton, Deputada Lúcia, Deputado Só Na Bença.

**O SR. CLEITON ROQUE** – Deputado Maurão, Presidente Maurão.

**A Sra. Glaucione** – Deputado Maurão, que é dessa região nossa ali também. Na realidade, Deputado Cleiton, existe uma hierarquia do SUS, preconiza o Ministério da Saúde a hierarquia. Então, nós temos aqui no nosso Estado de Rondônia, a saúde é focalizada de que forma? Nós temos a SESAU que é a responsável pela saúde e os desdobramentos. Nós temos o Hospital de Base em Porto Velho e nós temos o Hospital Regional de Cacoal, que por sinal está no foco certo, e nós, como fiscalizadores que somos, os Deputados, a gente tem que ajudar realmente focar. O trabalho hoje que está sendo feito em Cacoal, essa Vila Saúde é um trabalho válido, é o preventivo, ele é valoroso, ele impede com que o paciente vá ficar internado, ele trata antes da gravidade, porém nós não podemos bagunçar e confundir o papel de cada um, o papel da prevenção é do município e o papel de média e alta complexidade é do Estado. Portanto, o Hospital Regional de Cacoal, ele está situado em Cacoal, mas ele é para atender a região de Ji-Paraná para baixo no Estado, de Ji-paraná para cá, é responsabilidade, a porta de entrada, é o João Paulo e depois o Hospital de Base, se nós começarmos a confundir os papéis, nós vamos bagunçar uma saúde que está direcionada, inclusive parabenizo o Governador pelo direcionamento da saúde. Agora, inverter os papéis é um prejuízo tremendo. Domingo, por exemplo, Deputado Cleiton Roque, eu acompanhei o Hospital lá, o Pronto-Socorro, que é o São Daniel Comboni, paciente que veio de Costa Marques, Deputado Lebrão, veio infartado e chegou, e infelizmente não tinha o que fazer porque não faz o cateterismo. Sabe o que é você ficar olhando o paciente com os aparelhos até ele morrer, foi o que aconteceu domingo e vários outros dias. Então, nós precisamos focar no Estado, na média e alta complexidade para salvar as vidas. Eu estive presenciando no domingo, o enfermeiro Caio, que é o enfermeiro padrão, ele cuidando do Pronto Socorro e das enfermarias, dos internados, é humanamente impossível. Então, enquanto desfoca para atender a responsabilidade do município, que o Município de Cacoal tem sido irresponsável em relação à saúde, a saúde municipal, nós temos que dar dever para quem é de direito, o dever é do município e o município tem que abraçar isso, ele recebe verba para isso, verba para cuidar da saúde preventiva. O Estado não, o Estado recebe para cuidar de média e alta complexidade, portanto, se começar desvirtuar e começar aí um período, um pleito eleitoral fora de época e bagunçando o sistema de saúde, quem vai ter prejuízo são aqueles pacientes que dependem do SUS, aqueles que não têm plano de saúde, aqueles que dependem exclusivamente do SUS.

Então, nós, como fiscalizadores, temos que observar, orientar o Governador e não desfocar para que a nossa saúde do nosso Estado ela venha melhorar cada dia mais e não bagunçar e piorar e fazer movimentos, que o Diretor do Hospital tem interesse. Então, nós, Deputados, nós temos que estar focados, porque isso não é justo e vem atrapalhando o Sistema Único de Saúde do nosso Estado, que quantas mil pessoas que dependem, Deputado Maurão, desse Sistema Único de Saúde. Então, quanto melhor é melhor para todos nós, é melhor para os nossos irmãos, vamos dizer assim. Porque o povo, enquanto aqueles que estão recebendo Vila Saúde ficam felizes, que é um projeto bonito e bom, aqueles que estão no Hospital que falta esparadrapo, que falta para fazer atendimento básico, que nós temos gravados aqui na Assembleia, está faltando

recurso para esse tipo de atendimento. Então, o que eu vejo assim, o Diretor do Hospital Regional de Cacoal, ele tem que focar na saúde que é de competência do nosso Estado de Rondônia, que é média e alta complexidade. Obrigada, Deputado.

**(Às 17 horas e 11 minutos o Deputado Lebrão passa a presidência ao Sr. Maurão de Carvalho)**

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Conceda-me um aparte, Deputado?

**O SR. CLEITON ROQUE** – Pois não, Deputado Maurão.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** - Eu queria aqui parabenizar o Deputado Cleiton pelo seu pronunciamento, da Deputada Glaucione, Deputado Lebrão, Deputada Lúcia Tereza, principalmente os Deputados que estão ali mais no centro, que na verdade sabem do trabalho que o Hospital Regional presta. Deputado Laerte, Deputado Adelino, Vossa Excelência sabe, Deputado, como que é o trabalho regional, não é um trabalho municipal, porque o que nós estamos vendo hoje, e o que eu estou sabendo é o seguinte: é que o diretor do hospital está fazendo um trabalho municipal em Cacoal, e aí falta medicamento, aí falta enfermeiro, falta técnico de enfermagem para fazer um curativo. Ontem, na sexta-feira, chegou uma denúncia, a pessoa me passou, falou: "*Maurão, Presidente, não tem como minha avó estar lá internada, solicitei um médico, não tinha, solicitei um enfermeiro, não tinha, solicitei um técnico em enfermagem para fazer um curativo, não tinha. Agora, os médicos estão fazendo um trabalho fora do município*". Então, se é o hospital regional, se é um hospital que presta serviço para Ministro Andreazza, para Espigão d'Oeste, para Pimenta Bueno, para 429, Zona da Mata, aí tira os médicos dali e vai fazer um trabalho centralizado municipal, aí a denúncia que me passaram, Deputada Glaucione, Vossa Excelência que está mais lá de perto acompanhando, que é justamente porque ele é candidato a Prefeito, já está fazendo uma campanha antecipada e isso nós não podemos aceitar, não podemos aceitar, como Espigão d'Oeste, Pimenta Bueno, Deputado, está sendo prejudicado, as pessoas estão deixando de ser atendidas, o povo de Rondônia, não adianta. Então, se ele quer ser candidato, não tem nada contra, ele peça para sair do cargo e não usa a máquina do Governo e também tirando o serviço que é prestado para o serviço regional que é do hospital, para fazer esse tipo de trabalho.

Então, não está certo, vou falar com o Governador do Estado, na hora que eu tiver oportunidade, de hoje para amanhã, para falar com ele, eu vou falar para o Governador: Governador, eu já recebi muitas reclamações por parte do diretor do hospital, mas essa é grave, essa se nós não colocarmos um basta, ela vai continuar, ela vai aumentar, se você é candidato, estamos longe, estamos numa pré-campanha, a eleição é o ano que vem e aí já fazendo esse trabalho, Deputado. É por isso que não tem um médico, é por isso que não tem o enfermeiro e depois o cara fica até sem moral de cobrar os plantões dele: "*Eu estava lá no final de semana fazendo esse serviço e agora?*". Às vezes faz troca de plantão, eu estou supondo aqui, faz troca de plantão para prestar outro serviço.

Então, na verdade, o Governo, o Secretário de Saúde não pode aceitar esse tipo de trabalho e nós como Deputado jamais vamos aceitar e as pessoas ligam primeiro é para nós, é o nosso telefone que toca quando o pai, ou a mãe, ou avô, ou filho ou alguém está lá no hospital internado, que ele não tem atendimento. Então, é preciso que o Hospital Regional volte a prestar o serviço dele, que é pra o Estado de Rondônia e toda região. Então, eu quero aqui lhe parabenizar, por coincidência, na sexta-feira eu recebi a ligação dessas pessoas denunciando esse mesmo, sua fala, seu discurso que Vossa Excelência está fazendo na tribuna. Então, parabéns, portanto, como Vossa Excelência está sentindo na pele, como a Deputada Lúcia Tereza já vinha falando isso há alguns dias e a Deputada Glaucione que está presente sempre em Cacoal, não é diferente. Então, não podemos aceitar o Senhor Vasques, Pimentel tem que tomar providências. Ou você vem dentro da normalidade trabalhar ou peça para sair e vá fazer campanha. Não um hospital daquele tamanho fazendo campanha, que na verdade é essa denúncia que nós temos recebido.

**O SR. CLEITON ROQUE** – Então, Senhor Presidente, antes de ceder aparte ao Deputado Jesuino também, o meu tempo já esgotou, mas eu sei que o tema é importante, daí a necessidade de às vezes a gente ultrapassar um pouquinho do prazo.

Na realidade, essa queixa que eu estou fazendo aqui da tribuna eu já fiz pessoalmente ao Secretário Willames Pimentel, em torno aí de uns 20, 30 dias atrás, eu já conversei pessoalmente com o Diretor Regional sobre essa situação e que eu pedi realmente providências. Por quê? Porque nós somos provocados a todo instante. Há pouco mais, Senhor Presidente, de duas semanas, eu passei minha madrugada praticamente em contato com o Sistema Estadual de Saúde, tratando de situações como de vidas de pessoas, que dependendo da decisão, no dia seguinte não teria mais, enfim. Então, não dá para a gente ficar brincando com coisa séria.

Então, eu quero deixar aqui bem claro, a nossa confiança, que nós temos na pessoa do Governador, o Secretário Willames Pimentel e do Maiorquim, que são pessoas que a gente percebe a boa intenção por parte deles em melhorar as condições, mas às vezes a gente se esbarra numa situação como já foi, já que manifestei aqui no começo apartado por vários Deputados desta Casa aqui.

**O Sr. Jesuíno Boabaid** – Um aparte Deputado?

**O SR. CLEITON ROQUE** – Deputado Jesuíno.

**O Sr. Jesuíno Boabaid** – Só para colaborar com o que Vossas Excelências que estão falando, Deputado Cleiton Roque. A Comissão de Saúde ali como Deputado Neidson, ele vem com uma atuação muito brilhante, então, o Deputado Hermínio tinha proposto até uma CPI, só que a CPI nós sabemos que a coisa pode, se a gente não chegar num consenso, é muito mais, mais assim que eu posso falar moroso o trabalho. Mas de antemão, eu já digo, eu sou membro, mas eu sou membro suplente, mas todos os encaminhamentos devem ser remetidos para comissão para já iniciar ali de plano, um apuratório, já para investigar essa situação, chamar esse cidadão que foi falado aí, como é o nome dele? Quem é o gestor agora?

Segundo o Pimentel, que está mandando lá em Cacoal, que está fazendo essa política, como é o nome dele? Vasques, ele que está agora gerindo Cacoal, fazendo aí, para mim, no meu entendimento, de uma forma bem perfunctória, já uma campanha usando do Poder Público para uma campanha antecipada, se ele for realmente, que a gente pode falar, mas assim que a gente já o convoque através da Comissão de Saúde, todas as autoridades com documentos, farta documentação, inclusive tem vídeo, está tudo registrado que ele realmente está fazendo esses procedimentos lá em Cacoal, a gente vai apurar e aí eu já de antemão, de ofício, a gente requerer, encaminhar, eu peço para o senhor também encaminhar para a Comissão de Saúde todos esses procedimentos.

**O SR. CLEITON ROQUE** – Obrigado, Deputado Jesuíno. Então, Presidente, finalizando aqui, chegou às minhas mãos a ficha desse serviço que está sendo prestado pela estrutura do Estado lá. A ficha, ela é, o cabeçalho dela: *Governo do Estado, Secretaria de Saúde, Hospital Regional de Cacoal, Projeto Vila de Saúde, Ficha de Atendimento Ambulatorial FAA*. Aqui tem os dados todos do paciente que passa por essa consulta.

Então, o que eu também quero saber, Deputada Lúcia, Deputada Glaucione, Deputado Maurão: esse programa ele está instituído na Secretaria Estadual de Saúde? Então, eu quero agendamento, também acho justo o atendimento da população de Cacoal, justíssimo, mas eu quero agendamento já imediato para os Municípios de Pimenta, São Filipe, Primavera, Parecis, Rolim de Moura, Santa Luzia, Alto Alegre. Por quê? Porque nós entendemos o quê? Se pode beneficiar, eu acredito que toda a população do Estado de Rondônia tem o direito. Agora, ao mesmo ponto, nós lamentamos também, porque como nós somos daquela região ali do entorno de Cacoal, nós, diariamente, Deputado Laerte, diariamente, não tem um dia, Deputado Airton, que eu não receba menos de 20 reclamações e pedido para cheque da situação que está acontecendo dentro das unidades hospitalares de Cacoal. Não tem menos de 20, está aí nossa assessoria de Porto Velho que nos acompanha, os que nós temos no interior, no Município de Cacoal, e principalmente no Município de Pimenta Bueno e região, não chega menos de 20 pedidos de socorro para que a gente intervenha, desde cirurgias ortopédicas, desde cateterismo, como foi citado aqui o caso de Costa Marques, da Deputada Glaucione, nós estamos acompanhando diversos casos, Deputada. Esse final de semana mesmo uma família tradicional de Pimenta Bueno, tradicional, depois de muito tempo de luta, o pai de uma professora da rede pública municipal de Pimenta Bueno, ali parte dos familiares, também São Filipe, ele necessitou de um cateterismo, ele foi infartado, foi para o Hospital Regional, ou seja, não teve o devido encaminhamento lá. Foi dada alta para o paciente, o paciente retornou para a sua casa, semana passada teve outro infarto, foi para o Hospital Ana Nery, daí um dos familiares tirou esse paciente para o Estado do Mato Grosso, município de Cuiabá. Então, a gente tem que brigar para que a saúde do Estado de Rondônia funcione, e cada um assume a sua obrigação de fato. E naturalmente nós fazemos isso, reconhecemos os avanços em várias áreas. Agora, essa situação pontual que está acontecendo no município de Cacoal, Presidente Maurão, tem que ser

solucionada, Vossa Excelência hoje, como Presidente desta Casa, tem poder de líder nosso aqui, lidera os 24 Deputados, nós confiamos o comando desta Casa também, nós pedimos o seu apoio. Como o senhor já se comprometeu aí na sua fala de nos ajudar a solucionar de uma vez por todas esse problema, e se o senhor quiser a minha companhia junto ao Governador, eu farei com o maior prazer e farei aquilo que eu falei nesta tribuna, que já falei para o Secretário de Saúde. Eu falarei pessoalmente para ele, porque eu tenho certeza que ele quer resolver essa situação, ele quer que as Unidades Hospitalares, que são de responsabilidade do Estado, funcionem como tem que funcionar, sem situações como a que vem ocorrendo, como foi pontuado aqui na minha fala. Peço desculpas aos colegas por ter ultrapassado o tempo.

Era isso que eu tinha hoje. Muito obrigado.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Muito bem, Deputado Cleiton. Deputado, pedi para marcar com o Governador, falar com ele de hoje para amanhã, e eu gostaria que Vossa Excelência fosse junto e a gente com certeza isso é notícia que já deve estar chegando ao ouvido dele, e nós vamos conversar com o Governador para que ele tome uma providência. Eu sei que há mais de trinta dias Vossa Excelência vem falando, eu vejo agora todos os Deputados e nós não podemos aceitar isso. Nós não podemos permitir que continue o erro, e se nós não estancarmos agora, vai aumentar, então é o momento que o Governo tem que tomar uma providência.

**O SR. JESUÍNO BOABAID** – Presidente, tem quantos inscritos ainda na Ordem do Dia?

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Encerrado o Grande Expediente, passamos às Comunicações de Lideranças. Não há Oradores inscritos. Encerradas as Comunicações de Lideranças, passamos à Ordem do Dia.

Solicito ao Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário *ad hoc*)** – Procede à leitura das proposições recebidas.

#### APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

**- PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Altera dispositivos da Lei nº 2.744, de 16 de maio de 2012.

**- PROJETO DE RESOLUÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO.** Altera e revoga dispositivo do Regimento Interno.

**- PROJETO DE RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA.** Dispõe sobre a baixa de exigibilidade de saldos de salários não reclamados existentes em Conta Contábil no SIAFEM.

**- PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL DE AUTORIA COLETIVA.** Acrescenta o parágrafo 7º ao artigo 136-A da Constituição do Estado de Rondônia.

**- PROJETO DE RESOLUÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO.** Altera dispositivo da Resolução nº 305, de 16 de setembro de 2015.

**- REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.** Requer à Mesa Diretora que seja encaminhado ao senhor José Alfredo Volpi, Presidente da Agência Sanitária de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON, pedido de informações, conforme discriminado.

**- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Requer Audiência Pública para o dia 23 de outubro de 2015, às 15 horas, para discutir e analisar a Regularização Fundiária do Bairro Lagoinha.

**- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Requer Audiência Pública para o dia 20 de novembro de 2015, às 09 horas, para discutir e analisar a 'Associação Amigos de Patas'.

**- REQUERIMENTO DO DEPUTADO AÍRTON GURGACZ.** Requer, na forma regimental, o Voto de Louvor aos 36 anos de criação da Rádio Alvorada.

**O SR. JEAN OLIVEIRA** – Secretário, eu gostaria que o senhor repetisse depois desse Requerimento, antes do requerimento do Deputado Airton teve algo sobre Amigos de Patas.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário *ad hoc*)** – Requerimento de uma Audiência Pública. REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Audiência Pública para o dia 20 de novembro de 2015, às 09 horas, para discutir e analisar sobre a Associação Amigos de Patas. Mas é sobre a discussão de animais.

**O SR. JEAN OLIVEIRA** – Vossa Excelência recusou um Projeto na CCJ de minha autoria, foi Vossa Excelência que recusou de minha autoria para essa Associação.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário *ad hoc*)** – Eu?

**O SR. JEAN OLIVEIRA** – Vossa Excelência.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário *ad hoc*)** – Não, faltavam documentos.

**O SR. JEAN OLIVEIRA** – Vossa Excelência. E agora Vossa Excelência quer fazer uma Audiência Pública, eu não estou entendendo isso.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário *ad hoc*)** – Não.

**O SR. JEAN OLIVEIRA** – Depois eu quero conversar com Vossa Excelência.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário *ad hoc*)** – Procede à leitura das proposições.

**- REQUERIMENTO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Requer à Mesa, na forma regimental, Voto de Louvor à Rede TV pela realização do Dia do Bem no Estado de Rondônia.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Requer à Mesa, na forma regimental, Voto de Louvor ao Instrutor de Programas de Resistência às Drogas e Violência – PROERD.

- **PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO.** Declara de Utilidade Pública a Associação Rural de Pais e Professores Chico Mendes - ARPP, localizada no Município de Novo Horizonte do Oeste/RO.

- **PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO.** Declara de Utilidade Pública a Associação de Produtores Rurais Verde Campo - ASPROVEC, com sede no Município de Nova Brasilândia do Oeste/RO.

- **PROJETO DE LEI DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Revoga os artigos 2º e 3º da Lei nº 3.368, de 05 de junho de 2014, que autoriza o Poder Legislativo a ceder serviços efetivos do seu quadro a outros Poderes ou órgãos públicos.

- **REQUERIMENTO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA.** Requer a Eletrobras - Distribuição Rondônia, informações sobre Relatório de Interrupção do fornecimento de Energia Elétrica no Município de Espigão do Oeste/RO.

- **REQUERIMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR ENCHENTE RIO MADEIRA.** Requer à Mesa Diretora que seja solicitado junto ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia à Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos – SEAE, e em virtude da Audiência Pública realizada no dia 18.09.2015, por intermédio do Termo de compromisso firmado com a representante da SEAE, a senhora Zilene Rabelo e a Assembleia Legislativa, pedido de informações sobre auxílios (social e vida nova) dos desabrigados da enchente do rio Mamoré de Guajará-Mirim e Nova Mamoré.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Deputado Herminio, Deputado Jean, Deputado Ezequiel, amanhã os Diretores, servidores da Casa vêm pedindo para que nós os levássemos para conhecer o prédio novo para ver como está a obra. Eu marquei para amanhã às duas horas e aí os Deputados que estejam também presentes. Para a gente ir lá visitar a obra, como é que está o prédio. E eu queria deixar aqui o convite, a gente normalmente tem o almoço aqui na Casa às 13 horas, e às 14 horas a gente vai visitar o prédio com a presença da imprensa; vamos convidar para os servidores que estão aí com vontade de conhecer, ver como que está ficando a sala, como que está ficando o prédio.

Então, eu quero deixar aqui o convite para os Deputados e os servidores, principalmente os diretores que queiram conhecer amanhã às 14 horas nós vamos lá, o pessoal, a obra vai parar, deixar os elevadores todos disponíveis, pelo menos uma hora, uma hora e pouco para que a gente possa visitar a obra nova que está em construção.

Então, fica aqui o convite para os Deputados e o convite para os nossos diretores, servidores que queiram conhecer o prédio amanhã, como que está ficando a obra, nós vamos lá fazer a visita. Era isso.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc)** – Presidente, eu vou fazer a leitura das Indicações. Como trata do mesmo autor e quanto à questão de pavimentação asfáltica, eu vou fazer de forma resumida.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Trompete, Bairro Castanheira, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Flauntan, Bairro Castanheira, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua da Viola, Bairro Castanheira, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Repinique, Bairro Castanheira, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Triângulo, Bairro Castanheira, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Guitarra, Bairro Castanheira, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Cavaquinho, Bairro Castanheira, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Cupuaçuzeiro, Bairro Castanheira, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Banjo, Bairro Castanheira, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Violoncelo, Bairro Castanheira, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Jaqueira, Bairro Castanheira, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Biribá, Bairro Castanheira, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Tamarineira, Bairro Castanheira, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Uchi, Bairro Castanheira, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Iaraca, Bairro Castanheira, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Pitangueira, Bairro Castanheira, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Ingá, Bairro Castanheira, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Goiabeira, Bairro Castanheira, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Taperobá, Bairro Castanheira, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Limoeiro, Bairro Castanheira, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Bananeira, Bairro Castanheira, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Mamoeiro, Bairro Castanheira, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Cajueiro, Bairro Castanheira, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO,** indica ao Governo do Estado de Rondônia, com cópia ao DER, da necessidade de construção de ponte em concreto armado sobre o Rio Ribeirão, no trecho que corta as linhas 21, 23, 25 e 27.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao órgão competente a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Rino Levi, entre as Avenidas Pinheiro Machado e José Vieira Caúla, no Bairro Esperança da Comunidade, no Município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao órgão competente a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Cristina, entre Av. Mamoré e a Rua Gregório de Matos, no Bairro Esperança da Comunidade, no Município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao órgão competente a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Alberto Guignard, entre as Ruas Rino Levi e Gregório de Matos, no Bairro Esperança da Comunidade, no Município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao órgão competente a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Antônio Gómes, entre as Ruas Rino Levi e Gregório de Matos, no Bairro Esperança da Comunidade, no Município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID.** Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao órgão competente a necessidade de pavimentação asfáltica da Av. Pinheiro Machado, entre Av. Mamoré e a Rua Sheila Regina no Bairro Esperança da Comunidade, no Município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Eustáquio Silvestre, no trecho entre a Av. Rio Madeira ao Final da Rua, Bairro Nova Esperança II, no Município de Porto Velho/Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Wilson Naimaier, no trecho entre as Ruas 27 de Novembro e Gibim, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no Município de Porto Velho/Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua 27 de Novembro, no trecho entre as Ruas Wilson Naimaier e Samuel Menezes, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no Município de Porto Velho/Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Atlântida, no trecho entre as Ruas Coimbra e Av. Pinheiro Machado, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no Município de Porto Velho/Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Criação, no trecho entre Av. Guaporé e Rua Atlântida, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no Município de Porto Velho/Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Parecis, no trecho entre Av. Guaporé e Rua Alberto Pasqualine, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no Município de Porto Velho/Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Severino Ozias, no trecho entre Av. Guaporé e Rua Gibim, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no Município de Porto Velho/Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Francisco Braga, no trecho entre a Av. Guaporé e Rua Frederico de Freitas, Bairro Flodoaldo Ponte Pinto, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Wanda Esteves, no trecho entre a Rua Elvira Jonhson e Av. Pinheiro Machado, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Elvira Jonhson, no trecho entre as Ruas Estela da Paz e Silas Shockness, Bairro Flodoaldo Ponte Pinto, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua do Igarapé, no trecho entre as Ruas Francisco Sobrinho e Cláudio Santoro, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Antônio Maria Valença, no trecho entre as Ruas Gibim e Jabu, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua do Igarapé, no trecho entre as Ruas Charles Shockness e Francisco Sobrinho, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Tufic Martins, no trecho entre as Ruas Charles Shockness e Avenida Calama, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no Município de Porto Velho – Rondônia.



- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Patápio Silva, no trecho entre as Ruas Gibim e Jabu Miro, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no Município de Porto Velho – Rondônia.

**INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Jabu Miro, no trecho entre as Ruas Cláudio Santoro e Charles Shockness, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua da Criação, no trecho entre as Ruas Alberto Pasqualine ao Final da Rua, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Julios Julien, no trecho entre as Ruas Jabu Miro e Igarapé, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Francisco Sobrinho, no trecho entre as Ruas Cláudio e Igarapé, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Cláudio Santoro, no trecho entre as Ruas Gibim e Igarapé, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no Município de Porto Velho – Rondônia.

**INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Fonte Nova, no trecho entre as Ruas Civilização e Wanda Esteves, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Lucini Pinheiro, no trecho entre as Ruas Civilização e Wanda Esteves, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Formosa, no trecho entre as Ruas Maria Nayemaier e Lucini Pinheiro, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Maria Nayemaier, no trecho entre as Ruas Civilização e Wanda Esteves, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Caribe, no trecho entre as Ruas Maria Nayemaier e Lucini Pinheiro, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no Município de Porto Velho – Rondônia.

**INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua 04, no trecho entre as Ruas Maria Nayemaier e Lucini Pinheiro, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Litorânea, no trecho entre as Ruas Coimbra ao Final da Rua, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Coimbra, no trecho entre as Ruas Litorânea ao Final da Rua, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Severino Ozias, no trecho entre as Ruas Silas Shockness e Canal, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Charles Shockness, no trecho entre as Ruas Jabu Miro e Igarapé, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Francisco Barros, no trecho entre a Av. Mamoré ao Final da Rua, bairro Igarapé, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Maria de Lourdes, no trecho entre as Ruas Ananias F. de Andrade e Daniela, bairro Igarapé, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Juliana, no trecho entre as Ruas Francisco Barros e Pantheon, bairro Igarapé, no Município de Porto Velho – Rondônia.

**INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Trizidela, no trecho entre as Ruas Mamoré e Daniela, bairro Igarapé, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Janaina, no trecho entre as Ruas Ananias F. de Andrade e Daniela, bairro Igarapé do Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia

ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Chirleane, no trecho entre as Ruas Daniela e Andréia, bairro Igarapé, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Michele, no trecho entre as Ruas Fábيا e Av. Mamoré, bairro Igarapé, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Thelma Regina, no trecho entre as Ruas Fábيا e Av. Calama, bairro Igarapé, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Santa Clara, no trecho entre as Ruas Trizidela e Av. Calama, bairro Igarapé, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Francisco Barros, no trecho entre as Ruas Bom Jardim e Andréia, bairro Igarapé, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Francisco Barros, no trecho entre as Ruas Mamoré e Bom Jesus, bairro Igarapé, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Bom Jardim, no trecho entre as Ruas Fábيا e Av. Calama, bairro Igarapé, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER,

que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Fábila, no trecho entre as Ruas Bom Jesus e Alba, bairro Igarapé, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Alba, no trecho entre as Ruas Vieira Cahúla e Av. Calama, bairro Igarapé, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Nova Esperança, no trecho entre as Ruas Jatuarana e Juscelino Kubistchek, bairro Caladinho, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Juscelino Kubistchek, no trecho entre as Ruas Geraldo Siqueira e Tancredo Neves, bairro Caladinho, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua McLaren, no trecho entre as Ruas Marcelina e Área Verde, bairro Ayrton Senna, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Nova Via II, no trecho entre as Ruas Ayrton Senna e Área Verde, bairro Ayrton Senna, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Ayrton Senna, no trecho entre as Ruas Petrolina e Nova Petrópolis, bairro Ayrton Senna, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a

pavimentação asfáltica da Rua Peroba, no trecho entre as Ruas Pavine e Três e Meio, bairro Floresta, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Travessa Belizário Pena, no trecho da Estrada do Santo Antônio ao final da Rua, bairro Triângulo, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Montenegro, no trecho entre as Ruas Estrada e Barravento, bairro Aeroclube, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Morungabe, no trecho entre as Ruas Mundial e Joaçaba, bairro Aeroclube, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Barravento, no trecho entre as Ruas Mundial e Montenegro, bairro Aeroclube, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Mondal, no trecho entre as Ruas Barravento e Morungabe, no bairro Aeroclube, município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Alexandre Guimarães, no trecho entre as Ruas Mané e Piranópolis, no bairro Jardim Santana, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a

pavimentação asfáltica da Rua Piranópolis, no trecho entre as Ruas Alexandre Guimarães e Raimundo Cantuária, bairro Jardim Santana, município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Genebra, bairro Bom Sucesso, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Monserrat, no trecho entre as Ruas Genebra e Amsterdam, bairro Bom Sucesso, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Amsterdam, no trecho entre as Ruas Monserrat ao Final da Rua, bairro Bom Sucesso, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ALEX REDANO.** Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia que considere as crenças religiosas, no que tange à Academia da Polícia Militar e Civil, para que não sejam penalizados os indivíduos cuja crença determina o resguardo desde o pôr do sol de sexta-feira até o mesmo momento do sábado.

Que são os Adventistas.

Lidas as matérias, Presidente

**(Às 17 horas e 44 minutos o Sr. Maurão de Carvalho passaa presidência para o Sr. Alex Redano)**

**O SR. ALEX REDANO (Presidente)** – Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc)** – REQUERIMENTO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Requer à Mesa, na forma regimental, Voto de Louvor aos 36 anos de criação da Rádio Alvorada.

**O SR. LAERTE GOMES** – Senhor Presidente, Questão de Ordem?

**O SR. ALEX REDANO (Presidente)** – Pois não, Deputado.

**O SR. LAERTE GOMES** – Senhor Presidente, gostaria de ver a verificação de quórum.

**O SR. ALEX REDANO (Presidente)** – Pedido de verificação de quórum. Determino, neste momento, a verificação de quórum no Plenário. Atenção, senhores Deputados, registrem a presença neste momento. Verificação de quórum a pedido do Deputado Laerte Gomes.

**O SR. JESUÍNO BOABAID** – Vamos utilizar essa tese do Deputado Laerte agora, verificação de quórum, viu? É importante.

## VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM

- Deputado Adelino Follador	- ausente
- Deputado Aécio da TV	- presente
- Deputado Airton Gurgacz	- presente
- Deputado Alex Redano	- presente
- Deputado Cleiton Roque	- presente
- Deputado Dr. Neidson	- ausente
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- presente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Herminio Coelho	- presente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- presente
- Deputado Laerte Gomes	- presente
- Deputado Lazineiro da Fetagro	- presente
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- presente
- Deputado Maurão de Carvalho	- presente
- Deputado Ribamar Araújo	- presente
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- presente

**O SR. ALEX REDANO (Presidente)** – Com 13 presenças, solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc)** – REQUERIMENTO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Requer à Mesa Diretora, na forma regimental, Voto de Louvor aos 36 anos de criação da Rádio Alvorada.

**O SR. ALEX REDANO (Presidente)** – Em discussão e votação o Requerimento. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

**Está aprovado.**

**Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Sr. Secretário.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc)** – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Audiência Pública para o dia 23 de outubro de 2015, às 15:00 horas, para discutir e analisar Regulamentação Fundiária do Bairro Lagoinha.

**O SR. ALEX REDANO (Presidente)** – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

**Está aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Sr. Secretário.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc)** – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID, requer Audiência Pública para o dia 20 de novembro de 2015, às 09:00 horas, para discutir e analisar, eu quero só que ratifique a questão aqui de Amigo de Patas, para discutir a questão dos animais. No caso os cachorros, os cães, no âmbito do Estado de Rondônia.

**O SR. ALEX REDANO (Presidente)** – Em discussão e votação o Requerimento. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

**Está aprovado. Vai ao Expediente.**  
Próxima matéria, Sr. Secretário.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc)** – REQUERIMENTO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Requer à Mesa Diretora, na forma regimental, Voto de Louvor à Rede TV Rondônia, pela realização do Dia do Bem no Estado de Rondônia.

**O SR. ALEX REDANO (Presidente)** – Em discussão e votação o Requerimento. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

**Está aprovado. Vai ao Expediente.**  
Próxima matéria, Sr. Secretário.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc)** – REQUERIMENTO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Requer à Mesa Diretora, na forma regimental, Voto de Louvor aos instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD.

**O SR. ALEX REDANO (Presidente)** – Em discussão e votação o Requerimento. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

**Está aprovado. Vai ao Expediente.**  
Próxima matéria, Sr. Secretário.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc)** – PROJETO DE LEI Nº 174/15 DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Declara de Utilidade Pública a Associação São Vicente de Paula, (Missão Santa Luísa de Marillac), no Município de Itapuã d'Oeste.

**O SR. ALEX REDANO (Presidente)** – O referido Projeto, já tem aprovação da Comissão, parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Em primeira discussão e votação o Projeto nº 174/15.

**O SR. LAERTE GOMES** – Trata-se do que o Projeto, senhor Presidente?

**O SR. ALEX REDANO (Presidente)** – Utilidade pública da Associação São Vicente, do Município de Itapuã.

Em discussão e votação o Projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado em primeira discussão e votação. Vai a segunda discussão e votação.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc)** – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Senhor Presidente, requeiro à Mesa, na forma regimental, com fulcro no parágrafo único do artigo 199 do Regimento Interno, seja dispensado interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação do Projeto de Lei nº 174/15, de autoria do Deputado Adelino Follador. Plenário das Deliberações 13.10.2015.

**O SR. ALEX REDANO (Presidente)** – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados

favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

**Está aprovado. Vai ao Expediente.**  
Próxima matéria, Sr. Secretário.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc)** – Não há mais matérias a serem discutidas, Senhor Presidente.

**O SR. HERMÍNIO COELHO** – Eu só queria dizer, se for para convocar Extraordinária só para votar esse Projeto, que não fosse convocada, deixa para votar amanhã na Sessão Ordinária.

**O SR. ALEX REDANO (Presidente)** – Pode deixar para a amanhã.

**O SR. HERMÍNIO COELHO** – Porque convocar uma Sessão Extraordinária só para votar um projeto desse tipo aí, é brincadeira, um Projeto simples desse.

**O SR. ALEX REDANO (Presidente)** – Então, encerrada a Ordem do Dia, passamos às Comunicações de Parlamentares. Não há Oradores inscritos também.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar esta Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 14 de outubro, no horário regimental, às 09:00 horas, ou seja, amanhã.

Declaramos encerrada a presente Sessão.

**(Encerra-se esta Sessão às 17 horas e 54 minutos)**

## SUP. DE RECURSOS HUMANOS

### ATO Nº 420/2015-SRH/D/P/ALE

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

#### RESOLVE:

Conceder 10 (dez) diárias no período de 10 a 19/11/2015 ao servidor relacionado para deslocar-se as cidades de Costa Marques/RO e Trinidad-Beni/Bolívia, onde irá prestar serviços de interprete na Reunião da Frente Parlamentar, que irá tratar da Conexão da Estrada Costa Marques/RO - Trinidad-Beni/Bolívia e da organização da FEXPO-BENI 2015, conforme Processo nº. 15111/2015-83.

**Matricula:** 200162321

**Nome:** Joao Cavalcante Guanacoma

**Cargo:** Asses. Técnico

**Lotação:** Gabinete da Presidência

Porto Velho - RO, 06 de Novembro de 2015.

**Maurão de Carvalho** **Maria Marilu do R. de B. Silveira**  
Presidente Secretário Geral Adjunto

**SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO  
ELETRÔNICO Nº 019/2015/CPP/ALE/RO  
Processo Administrativo nº 13555/2015-31  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP**

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO, por meio de seu Pregoeiro, designado através do ATO Nº 2395/2015 SRH/P/ALE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra autorizada à realização do certame, consignando o que se segue:

**TIPO:** Menor Preço.

**BASE LEGAL:** Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, da Lei Complementar nº 123/06, do Decreto nº 6.204/07, Decreto nº 7.892/13, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, bem como às Instruções Normativas/MARE nº 05, de 21.07.95 e nº 01, de 17.05.01.

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, para atender as necessidades do Departamento de Cerimonial, conforme quantidades e especificações estipuladas no Temo de Referencia – Anexo I do Edital. VALOR ESTIMADO: R\$ 26.490,20 (vinte e seis mil, quatrocentos e noventa reais e vinte centavos).

**LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME's E EPP's**, conforme art. 6º do Dec. nº 6.204, de 5.09.07. (x) SIM ( ) NÃO

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Dia: 18 de novembro de 2015, Hora: 10h00min.

**INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** Dia: 18 de novembro de 2015, Hora: 10h30min.

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:**  
[www.ale.ro.gov.br](http://www.ale.ro.gov.br) - (Licitações/2015);  
[www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) } Esclarecimentos:  
[cpl@ale.ro.gov.br](mailto:cpl@ale.ro.gov.br) }  
Telefone/FAX: (0xx) 69-3216-2732

Porto Velho-RO, 03 de novembro de 2015.

**Everton José dos Santos Filho**  
Pregoeiro ALE/RO  
Mat. 200160382

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO  
ELETRÔNICO Nº 021/2015/CPP/ALE/RO  
Processo Administrativo nº 8902/2015-80  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP**

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO, por meio de seu Pregoeiro, designado através do ATO Nº 2395/2015 SRH/P/ALE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra autorizada à realização do certame, consignando o que se segue:

**TIPO:** Menor Preço.

**BASE LEGAL:** Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, da Lei Complementar nº 123/06, do Decreto nº 6.204/07, Decreto nº 7.892/13, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, bem como às Instruções Normativas/MARE nº 05, de 21.07.95 e nº 01, de 17.05.01.

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e de forma parcelada de material de consumo de informática (para reposição) - CARTUCHOS E TONERS PARA IMPRESSORAS – a pedido do Departamento de Informática, para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme quantidades e especificações estipuladas no Temo de Referencia – Anexo I do Edital.

**VALOR ESTIMADO:** R\$ 871.080,81 (oitocentos e setenta e um mil, oitenta reais e oitenta e um centavos).

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Dia: 19 de novembro de 2015, Hora: 10h00min.

**INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** Dia: 19 de novembro de 2015, Hora: 11h00min.

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:**  
[www.ale.ro.gov.br](http://www.ale.ro.gov.br) - (Licitações);  
[www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br);  
Esclarecimentos: [cpl@ale.ro.gov.br](mailto:cpl@ale.ro.gov.br);  
Telefone/FAX: (0xx) 69-3216-2732

Porto Velho-RO, 06 de novembro de 2015.

**Everton José dos Santos Filho**  
Pregoeiro ALE/RO  
Mat. 200160382